

**Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de
Janeiro, Projeto Clínicas do Testemunhos
30 de novembro de 2015**

I - PROVENIÊNCIAS:	5
1. <i>Uma Equipe independente</i>	6
2. <i>Concomitâncias do movimento social, de equipes clínicas independentes e de programas estatais na aposta na função do testemunho da Verdade.</i>	9
3. <i>Medidas de reparação e as bases para o lançamento do Edital</i>	11
II – A PROPOSTA DO INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO	15
1. <i>Dispositivos utilizados e alterações no Plano de Trabalho</i>	15
2. <i>Metodologia:</i>	19
a) <i>O processo de construção da metodologia e seus antecedentes históricos:</i>	19
b) <i>O testemunho como um dos principais operadores clínicos do processo de reparação:</i>	22
c) <i>Os dispositivos clínico-políticos e os processos de reparação</i>	26
d) <i>Supervisão clínico-institucional</i>	30
III – ANÁLISE DA DEMANDA DE ATENÇÃO	32
<i>Referencial analítico utilizado</i>	32
<i>Análise quali-quantitativa dos dispositivos clínico-políticos experimentados:</i>	34
<i>Modalidades de acolhimento</i>	34
a) <i>Modalidades de Acolhimento em grupo</i>	34

b) Acolhimentos individuais	41
<i>Perfil dos 135 inscritos acolhidos</i>	42
a) Perfil dos acolhidos por faixa etária	42
b) Perfil por gênero e faixa etária	43
c) Perfil somente por sexo (gênero)	44
d) Perfil por nacionalidade.	44
<i>A atenção psicológica após o acolhimento</i>	45
<i>Modalidades de atendimento oferecidas pelo projeto</i>	46
a) Dispositivo grupal para escuta e elaboração da experiência do testemunho	46
b) atendimentos individuais;	59
IV – PARCERIAS E CONSTITUIÇÃO DE REDES:	63
1 . <i>Parceria com a Comissão Estadual do Rio de Janeiro (CEV-Rio)</i>	63
2. <i>A constituição de uma rede local de reparação psíquica e outras articulações para a construção coletiva de propostas para uma política pública:</i>	65
V - CAPACITAÇÃO	67
1) <i>Oficinas Clínico Políticas</i>	68
<i>Metodologia de capacitação para profissionais</i>	71
2) <i>Conversas Públicas:</i>	94
VI – OUTRAS ATIVIDADES - divulgação do Projeto Clínicas do Testemunho:	97

VII- INSUMOS.....	103
VIII – DADOS PARA DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE PESQUISA.....	103
VIX - RECOMENDAÇÕES.....	104
X – ANEXOS.....	109

I - PROVENIÊNCIAS:

Um recorte inicial neste relatório se faz necessário, tendo em vista a dimensão privilegiada da memória como força propulsora desta clínica - que trata da memória abafada, silenciada do testemunho. Uma introdução a partir da reconstituição do que veio a pavimentar este percurso de dois anos e meio do projeto piloto Clínicas do Testemunho e que se apresenta como um esforço para uma política pública de âmbito nacional.

Na cena clínica costumamos nos perguntar sobre a proveniência dos acontecimentos. Estendemos esta pergunta investigatória sobre a proveniência do acontecimento Projeto Clínicas do Testemunho da CA/MJ, projeto pioneiro de reparação psicológica em que o Estado por primeira vez assume sua responsabilidade em reparar danos psíquicos provocados pelo terror de Estado no período totalitário. Intrinsecamente articuladas ao conceito de proveniência as perguntas “de onde veio?”, “por que veio?” e “como veio?”, irão nos conduzir, levando em conta o movimento engendrado num contexto social em que a Equipe Clínico Política é uma das protagonistas, inserida em lutas sociais e políticas.

A Equipe Clínico Política que se apresentou ao Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro, através do “Instituto Projetos Terapêuticos RJ”, desenvolveu uma experiência de atenção clínica a perseguidos políticos, afetados pela tortura e familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura civil militar, de 1991 a 2010 junto ao movimento Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, instituído em 1985 por militantes da resistência, sobreviventes e familiares, bem como simpatizantes com a luta contra a tortura.

A necessidade de atenção clínica aos afetados pela tortura e seus familiares se colocou em cena desde as primeiras reuniões plenárias da entidade. Por iniciativa da diretoria do GTNM/RJ, sensível ao sofrimento de sobreviventes e familiares, foi criada em 1991, com apoio financeiro do Fundo das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura, uma equipe clínica para atendimento dos interessados que comprovadamente tivessem passado por perseguições. Nesta ocasião as agências internacionais multilaterais de apoio aos Direitos Humanos contribuíram com recursos aos países da

América Latina para iniciativas de entidades de Direitos Humanos interessadas na atenção aos sobreviventes logo após os períodos ditatoriais. Anos mais tarde, a Equipe Clínica do GTNM/RJ contou com o apoio da Comissão Européia para um projeto conjunto com outras entidades do Cone Sul que desenvolviam o trabalho de atenção a sobreviventes.

No contexto político mais geral, a violência estatal mantinha-se ativa, os torturadores e seus mandantes permaneciam protegidos pela Lei da Anistia de 1979. Sua ação repressiva no período constitucional passou a se dirigir com todo o vigor aos setores empobrecidos da sociedade. A Equipe Clínico Política, ciente de que os crimes do presente estavam relacionados aos do passado, e da insuficiência dos componentes teórico-técnicos na formação de profissionais de atenção psíquica, criou um dispositivo de capacitação, as Oficinas Clínico-Políticas, a partir de uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e a Equipe Clínico Grupal Tortura Nunca Mais.

A experiência clínica local e a interação com outras equipes latino-americanas permitiram uma sistematização do trabalho clínico, publicado em livros e artigos nacionais e internacionais¹.

Durante este percurso, a atenção clínica e capacitação de profissionais foram dois eixos de intervenção da Equipe Clínico Política que, ciente dos limites deste trabalho e da importância da responsabilização do Estado na construção de medidas de reparação no campo da Memória Verdade e Justiça, lançou publicamente o tema da reparação e do testemunho, assunto até então restrito aos meios acadêmicos e aos grupos de Direitos Humanos.

1. Uma Equipe independente

Em 2010, membros da equipe, de forma independente, participaram, com apresentação de trabalhos, do primeiro Seminário Nacional sobre Tortura, organizado pela Coordenação Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da

¹ Red Salud DDHH- <http://redsaludddhh.org/publicaciones.html>

Presidência da República, em maio, na Universidade de Brasília. No mesmo ano três artigos foram publicados sobre o dano e seus efeitos subjetivos, a reparação e a permanência da tortura.²

Neste ano, a equipe participou de atividades de formação profissional em um módulo sobre a violência de Estado e suas repercussões na subjetividade, para residentes do curso de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, em parceria com as Secretarias de Saúde Municipal e Estadual integrantes do SUS. Pôde fazer incluir na pauta, de forma inédita na rede pública de atenção psicossocial, em um Seminário sobre Violências, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, organizado pela coordenação de Saúde Mental do Município do RJ e pela ESAM - Escola de Saúde Mental o tema da violência estatal e a necessidade de que o Estado Brasileiro se responsabilizasse pelo atendimento aos afetados, sobreviventes e familiares. Neste evento, tendo como convidadas especiais duas representantes do Centro de Asistencia Fernando Ulloa da Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, foi possível dialogar a partir das experiências de programas estatais de atenção e de projetos não governamentais, sobre o tema da afetação direta e indireta durante o terror de Estado e seus efeitos de permanência.

Ainda neste ano de 2010, a Equipe Clínico Política apresentou proposta de capacitação para profissionais da área de Saúde Mental no campo da reparação psíquica dos afetados pela violência de Estado durante a ditadura civil militar para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e para o Ministério da Saúde. Entretanto, apesar do acolhimento por parte da SDH da Presidência da República, não houve seguimento no ano seguinte, uma vez redirecionadas as políticas desta Secretaria com a mudança de Ministros no governo federal.

Dando continuidade ao intercâmbio de experiências, a Equipe Clínico Política participou de Seminário Internacional em Buenos Aires, organizado pelo Centro Fernando Ulloa, no Espacio Memoria y Derechos Humanos, onde funcionou a ESMA,

² Tortura – (org) Coordenação Geral de Combate à Tortura. MOURÃO, Janne. Só nos resta a escolha de Sofia? P. 212-235. KOLKER, Tania. Tortura e Impunidade- danos psicológicos e efeitos de subjetivação. P.170-195. VITAL BRASIL, Vera. Dano e Reparação: construindo caminhos para enfrentar a tortura. P.254-295. Disponível em http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_sedh_tortura.pdf acesso em julho 2015.

Escola de Mecânica da Armada, o maior centro de extermínio durante a ditadura argentina. Um dos temas centrais deste encontro foi o acompanhamento de testemunhos nos julgamentos de repressores que, na ocasião, estavam sendo realizados na Argentina. Esta interlocução entre equipes da Argentina e Brasil³ veio criar as bases para o intercâmbio entre as equipes clínicas nos anos seguintes e potencializar o tema do Testemunho que já vinha sendo trabalhado e apresentado em artigos por membros da equipe⁴.

Na conjuntura nacional, por sua vez, estavam sendo introduzidos temas que se articulavam com o trabalho da Equipe Clínico Política: a recomendação de criação de uma Comissão Nacional da Verdade no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos⁵ em que testemunhos poderiam ter um papel importante na reconstituição de acontecimentos. Bem como a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Estado Brasileiro pelos desaparecimentos de guerrilheiros do Araguaia, e que exigiu um conjunto de medidas para a apuração dos crimes cometidos durante esta Guerrilha na região do Araguaia, como por exemplo, a mudança na interpretação da Lei de Anistia de 1979, considerada pela CIDH inadequada por proteger torturadores, e indicando, como uma das medidas de reparação pelos graves crimes cometidos, a atenção psicológica dos familiares de desaparecidos.

Em junho de 2011 é realizado o “Seminário Internacional Comissão da Verdade e Justiça de Transição, Perspectivas Brasileiras”, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, organizado pela Comissão de Anistia/MJ, com apoio da ONU e do Instituto Max-Planck, ocasião em que o trabalho sobre “Dano e Reparação no Contexto

³ Além de representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, duas equipes clínicas brasileiras participaram com trabalhos no Seminário: a do Instituto Projetos Terapêuticos e a Equipe Clínico Política do RJ.

⁴ VITAL BRASIL, Vera. Construyendo memoria y el lugar del testigo. Revista Reflexión. Santiago de Chile: 2009.

⁵ Em 2008 a “XI Conferência Nacional de Direitos Humanos: Democracia, desenvolvimento e Direitos Humanos, superando as desigualdades”, reuniu em Brasília mais de 2 mil pessoas e cerca de 14 mil participantes no processo de mobilização no território nacional, contou com gestores públicos, ativistas de direitos humanos, organizações da sociedade civil de todos os estados da federação, teve como propósito em seu debate central a revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos. Este, em seu terceiro formato, foi ampliado e lançado no ano seguinte, com diretrizes para a criação de uma Comissão da Verdade, dentre outras iniciativas.

da Comissão da Verdade”⁶ é apresentado por membro da equipe, valorizando a função do testemunho neste processo.

Nos meses que se seguiram, a Equipe Clínico Política, com apoio de entidades de Direitos Humanos e programas estatais de atenção à Saúde Mental, organizou Seminários de intercâmbio com o Centro Ulloa sobre o tema da Clínica Política, Grupos e Testemunhos: em janeiro de 2012, no Instituto Municipal Philippe Pinel, com apoio do CRP-05 e da ESAM: **Clínica Política: Potencia Grupal e Clínica do Testemunho**; em abril de 2012, na PUC-Rio, com apoio do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito: **“A coragem da Verdade: testemunhos no Brasil e na Argentina”**.

Estavam sendo construídas, através deste intercâmbio, as bases para o acompanhamento de Testemunhos da Verdade.

2. Concomitâncias do movimento social, de equipes clínicas independentes e de programas estatais na aposta na função do testemunho da Verdade.

O contexto político foi um fator facilitador da irradiação da vontade de falar sobre o que ocorreu no período totalitário. Uma vez em cena a iminência da instalação da Comissão Nacional da Verdade, CNV, o debate público sobre a recuperação do período se ampliou e vários atores sociais se organizaram em Coletivos e Comitês interessados em contribuir no processo.

Vale registrar a mobilização “espontânea” de testemunhos no fórum semanal do **Coletivo RJ Memória Verdade Justiça**⁷, criado em junho de 2011, integrado pelo ISER, Instituto de Estudos da Religião que lhe deu suporte físico e político, e por varias

⁶ VITAL BRASIL Vera - Dano e Reparação no Contexto da Comissão da Verdade, In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*/Ministério da Justiça. – N. 6. (julho a dez de 2011) Brasília. p. 246-260.

⁷ Criado, assim como outros Coletivos e Comitês em várias partes do país e constituídos por ex presos políticos, familiares e jovens ativistas envolvidos com a temática para interferir e acompanhar os trabalhos da CNV.

outras entidades da sociedade civil⁸, nos meses que antecederam a assinatura da lei que instituiu a CNV, Lei nº 12.528/ 2011, sancionada pela presidente Dilma Rouseff, em 18 de novembro de 2011, e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. Diante da expectativa dos trabalhos da CNV, nas reuniões deste Coletivo militares cassados, ex marinheiros que resistiram ao golpe, militantes da UMNA (União de Mobilização Nacional pela Anistia) e ex-presos políticos manifestavam o desejo de compartilhar seus testemunhos, narrando aos demais presentes o que haviam experimentado durante o período repressivo: as perseguições, prisões, desemprego e o consequente sofrimento. Esta mobilização sobre a memória do passado passou a interferir no ritmo dos encaminhamentos deste fórum que se propunha a formular propostas, intervir criticamente e monitorar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Foi criado um espaço específico para escuta de testemunhos e a cada final de mês uma das reuniões era destinada a este trabalho de escuta de testemunhos. Foram cerca de 5 encontros, realizados no final de cada mês. Membros da Equipe Clínico Política se fizeram presentes nestas sessões especiais.

Por sua vez, as Caravanas da Anistia do Ministério da Justiça, instituídas desde 2008, percorriam os estados do país mobilizando a palavra daqueles cuja apreciação de requerimentos estava em pauta. As narrativas traziam a comoção do vivido; a palavra ocupava a cena e a força do testemunho se irradiava entre os presentes. Estava evidenciada, nesta ação inovadora da Comissão da Anistia, a importância da dimensão do testemunho, sua potência narrativa, sua intensidade emocional. Expunha-se publicamente a dor da violência sofrida e a necessidade de reparação psíquica.

Por ocasião do Seminário da Rede Latino Americana Memória Verdade Justiça, apoiado pela Comissão Anistia/ MJ, em 30 de março de 2012, Porto Alegre, foi apresentado um trabalho sobre Reparação psicológica como dever do Estado.

Na conjugação deste movimento de valorização do testemunho em maio de 2012 foi realizado um debate na PUC-Rio com a Comissão de Anistia e equipes latino-americanas (Argentina e Uruguai) e brasileiras, do RJ, SP, Porto Alegre, Brasília

⁸ O Coletivo RJ Memória Verdade Justiça reúne entidades variadas e pessoas envolvidas com o tema: ISER, Fórum de Reparação e Memória do RJ, OAB/RJ, ABI, UMNA, ANAPAP, Casa de América Latina e outras.

(CNDH/CFP), encontro que contribuiu para algumas diretrizes do edital que a CA/MJ se encarregou de lançar publicamente nos meses que se seguiram.

3. Medidas de reparação e as bases para o lançamento do Edital

Muito tardiamente o Estado brasileiro adotou medidas para a quebra do silêncio sobre o período. Até 1988, ano em que foi lançada a nova Constituição, a tônica sobre o reconhecimento das vítimas e das violações sofridas era de plena negação. A estratégia de apagamento esteve presente na Lei 6.683/79, Lei da Anistia, que encobre pela interpretação falaciosa os algozes como anistiados de seus crimes. Esta foi a resposta dada pelo Estado brasileiro às mobilizações populares pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita que tomaram conta das praças públicas nas grandes cidades e ampliaram a discussão sobre o regime militar.

Uma das primeiras medidas de reconhecimento das violações cometidas pelo Estado se deu no âmbito do parlamento federal em 1991, com a criação de uma Comissão Parlamentar para investigar as buscas de ossadas no cemitério de Perus em São Paulo, demanda de familiares de desaparecidos, cuja experiência institucional de três anos – segundo autores - permitiu o acúmulo de informações para o reconhecimento da responsabilidade do Estado nos crimes da ditadura.⁹

Mas foi pela Lei 9140/95 que, por primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade nos crimes de lesa humanidade. Antiga demanda dos movimentos de DH, esta lei ao reconhecer as mortes e desaparecimentos de pessoas sob a custódia das forças repressivas, criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, encarregada de investigar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos de opositores ao regime militar de 1961 a 1988. Esta Comissão, vinculada à Secretaria de Direitos

⁹ SILVA, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição: da ditadura civil-militar ao debate justransicional. Direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015, p. 227.

Humanos da Presidência da República, identificou 136 casos¹⁰ e contou com a participação ativa de familiares no levantamento de dados, sem, entretanto, ter tornado público os testemunhos que contribuíram para a identificação de casos. Importante registrar que na ocasião não havia acesso aos documentos oficiais e o ônus da prova recaiu sobre os familiares, que haviam obtido informações em suas peregrinações pelos quartéis, prisões e delegacias à procura de seus parentes, e que o esforço em contribuir para o esclarecimento das mortes e desaparecimentos mobilizou dores e sofrimentos destes familiares.

Uma outra iniciativa estatal foi a criação da Comissão de Anistia pela Lei 10.559/02, encarregada de dar abrangência ao processo de reparações. O nome “Anistia” destinado a esta Comissão é motivo de confusão, dada a identificação com a Lei de Anistia de 1979. Tendo ambas as leis o mesmo nome, mas conteúdos diferentes, esta semelhança revela a ambivalência, que atribuímos ao modo como o Estado brasileiro vem tratando de seu passado. De forma dúbia, além de tímida, na Lei de 1979 o conceito de anistia se inscreve como esquecimento, como perdão estatal por crimes cometidos pelos resistentes, opositores ao regime civil militar, incluídos aqui os responsáveis pelos crimes de lesa humanidade perpetrados no período, como forma de ocultamento destes crimes praticados pelos agentes estatais. A outra Lei de Anistia, a 10.559, dá lugar a uma inversão deste sentido: reparação às vítimas dos crimes cometidos pelo Estado.

Abrão e Torelly discutindo o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil, suas disputas e mudanças, mapeiam as teorias e movimentos do processo de lutas que atravessam o tema da Anistia. Localizam na primeira fase a dupla face da Lei de 1979: “anistia como liberdade” coexistindo com a “anistia como esquecimento”, dando lugar à 2ª fase da anistia como reparação. Apontam o momento atual como de passagem das

¹⁰Na publicação “Direito à Verdade e à Memória” pela SEDH, em 2007, são identificados 136 e no Relatório Final da CNV um total de 434 mortos e desaparecidos, cuja informação poderá ser acessada no terceiro volume daquele relatório.

políticas públicas de programas de reparação e memória para um terceiro estágio nas lutas, em que a demanda de Verdade e Justiça estão em curso nacionalmente¹¹.

A missão da Comissão de Anistia, principalmente a partir dos anos 2007, afirmou o compromisso de reparação ampliando o seu escopo de ação.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos/SDH e Comissão de Anistia/MJ, comissões independentes uma da outra, atualmente em funcionamento, possuem mandato de busca de documentos e esclarecimento da verdade e de construção de memória.

A Comissão de Anistia reconhece atos de exceção ocorridos entre 1946 e 1988, como torturas, prisões, exílios, demissões arbitrárias, cassações, entre outras, e declara a condição de anistiado político aos atingidos por esses atos. Dessa forma, é responsável pela reparação moral e material, nas modalidades de compensação econômica, dada a interrupção de projetos de vida, reabilitação das vítimas, satisfação pública e garantias de não repetição. Reconhece assim a responsabilidade do Estado pelos danos cometidos pelo período totalitário, o direito de resistência ao regime totalitário, fazendo o pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro aos cidadãos anistiados e registrando a memória dos acontecimentos ocorridos no período de 1946 a 1988.

A política de reparação desenvolvida a partir de 2007 pela Comissão de Anistia ampliou a reparação econômica, predominante até então, ao criar projetos de construção de memória, estimulando a participação da sociedade civil. As Caravanas da Anistia, ao examinar publicamente os pedidos de reparação econômica e moral, têm convocado o testemunho dos peticionários. O projeto Marcas da Memória permite aos próprios perseguidos contarem sua história, com meios técnicos e financiamento apropriado, estimulando a participação da sociedade civil na pesquisa e elaboração de produtos culturais como filmes, peças teatrais, publicações que documentam os acontecimentos. A estas iniciativas se incluiu mais recentemente o projeto piloto intitulado “Projeto Clínicas do Testemunho”, de reparação psicológica de anistiados, anistiandos e

¹¹ Paulo Abrão & Marcelo D. Torelly. “Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase luta pela anistia”. In: *Revista de Direito Brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais/Thomson Reuters, ano 2, vol.3, jul-dez de 2012, pp.357-380 (ISSN 2237-583X).

familiares afetados pelo terror de Estado que, assim como os outros citados, abre caminhos para a quebra do silêncio que se projetou na vida dos afetados e na sociedade.

Ao reconhecer os efeitos danosos da violência estatal praticada no período da repressão ditatorial sobre a subjetividade, a sua permanência nos dias atuais e a inexistência de uma política pública de reparação psicológica que pudesse acolher os afetados, a Comissão de Anistia/MJ assume o compromisso de ampliar as medidas de reparação considerando o dano psíquico decorrente do processo repressivo ditatorial. O Projeto Piloto teve como objetivo a criação de Núcleos de Apoio e Atenção Psicológica e apresenta três eixos: atenção, capacitação e elaboração de insumos para a criação de uma política pública.

A Equipe Clínico Política concorreu em 2012 ao edital ao projeto Piloto Clínicas do Testemunho para dois anos de duração e, uma vez aprovada sua proposta, fez lançamento público de sua proposta como “Instituto Projetos Terapêuticos RJ”, “Clínicas do Testemunho do RJ”, no dia 17 de abril de 2013, na OAB/RJ, através de uma Conversa Pública, onde concorreram cerca de 100 pessoas, dentre elas, ex-presos políticos, familiares, entidades da sociedade civil, partidos políticos, bem como alguns profissionais “psi” interessados em se incorporar à equipe. Em maio a Equipe Clínica deu início ao trabalho de atendimento.

II – A PROPOSTA DO INSTITUTO PROJETOS TERAPÊUTICOS DO RIO DE JANEIRO

1. Dispositivos utilizados e alterações no Plano de Trabalho

Para a execução do projeto enviado pela Equipe Clínica Política Clínica do Testemunho no Rio de Janeiro foram estabelecidas 03 metas:

- 1) a atenção às vítimas, com a criação de uma Clínica do Testemunho com capacidade de atendimento de até 200 pessoas, em dois anos;
- 2) a capacitação de 55 profissionais de saúde para a atenção psicológica a afetados pela violência de Estado (15 nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e 10 no Rio de Janeiro);
- 3) a geração de insumos de referência, com vistas à formulação de propostas para a implantação de uma política pública de atenção aos afetados pela violência do Estado.

Para a execução da meta de atenção inicialmente foi proposto o seguinte:

- a) Grupos de recepção e acolhimento: 40 encontros, com 2 terapeutas cada;
- b) Atendimento psicológico e psiquiátrico: 1.200 horas de atendimento, com capacidade para atender até 48 pacientes em 2 anos;
- c) Atendimento de grupo e família: 800 horas de atendimento, com capacidade para atender até 96 pacientes em 2 anos,
- d) Dispositivo para escuta e elaboração da experiência do testemunho; 26 encontros, cada um com 2 terapeutas e com a participação de até 10 pessoas;

Após oito meses de funcionamento da Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro foi verificada a necessidade de reformular certos aspectos do projeto inicial, levando-se em conta os novos cenários que foram se apresentando, as análises preliminares do perfil e demanda de atenção aos afetados, os efeitos dos dispositivos clínicos oferecidos e a necessidade de acompanhar a dinâmica do processo com a disponibilização de novos dispositivos para a escuta e elaboração da experiência do testemunho.

Da mesma forma, tendo em vista a introdução de novos recursos clínicos e considerando a inseparabilidade entre as atividades clínicas e de pesquisa concluímos

pela importância de aumentarmos a quantidade de horas previstas para a pesquisa, propondo uma redistribuição das atividades e reformulando a quantidade de horas de trabalho previstas para cada integrante da equipe.

Por sua vez, levando-se em conta os novos compromissos assumidos em reunião da Rede Clínicas do Testemunho, no dia 14 de junho de 2013 (como a realização de novas conversas públicas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais) e as novas demandas de acompanhamento de testemunhas junto às Comissões da Verdade, ação respaldada pelo Acordo de Cooperação Recíproca entre a Comissão de Anistia (CA/MJ) e a Comissão Estadual de Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio)¹², resolvemos reformular algumas atividades da proposta original de capacitação profissional, de maneira a poder destinar esforços e recursos para os ajustes avaliados como necessários. Para tanto, suprimimos a oficina do estado de São Paulo (já contemplada pelas Clínicas de Testemunho de São Paulo); redistribuímos as 15 vagas que seriam destinadas a capacitação no estado de São Paulo entre os 03 outros estados; compactamos a carga horária destinada às demais oficinas; deixamos de incluir os capacitados no Rio de Janeiro nas atividades clínicas e reuniões de supervisão e substituímos a realização do banco de dados de capacitados por uma avaliação metodológica das oficinas, sem prejuízo do levantamento de dados dos participantes que nos comprometemos a realizar. Considerando que para a geração de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo em novas experiências seria mais proveitoso realizar uma narrativa do desenvolvimento desta atividade, do que propriamente criar um banco de dados, decidimos realizar uma reformulação da proposta original de banco de dados sobre os profissionais capacitados, destinando o orçamento deste item para uma análise qualitativa da experiência. Também foi decidido que na narrativa sobre cada atividade de oficinas de capacitação seriam levados em conta os dados dos participantes (identidade, inserção profissional, CPF), bem como os temas que foram desenvolvidos, a metodologia e a avaliação dos participantes sobre o conjunto das atividades do evento.¹³

¹² Vide Diário Oficial, número 213, em 01/11/2013, no que tange a “realização de esforços conjuntos para a efetivação do direito à memória e à verdade” (artigo 1º) e no que diz respeito à “reparação e à capacitação recíproca de agentes de Estado e da sociedade civil (artigo 6º).

¹³ Na época, também se colocou a urgência de sanar certas dificuldades logísticas vividas nesses primeiros meses de execução do projeto. Não foi previsto no nosso orçamento original nenhum recurso

Como se evidenciou, mostrou-se acertada a decisão de constituir grupos de recepção que funcionassem como porta de entrada do projeto (exceção feita aos pacientes com moradia em outro estado/país, dificuldade de mobilidade ou recusa/impossibilidade de ser atendido em grupo) e a oferta de diferentes tipos de dispositivos clínicos que contemplassem tanto as necessidades de suporte terapêutico dos afetados, quanto de acompanhamento dos testemunhos. Contudo, no momento em que o fluxo de chegada dos usuários pela via inicialmente proposta já não se mostrava tão intenso; em que se verificou uma maior demanda para a construção e elaboração da experiência do testemunho, do que para as modalidades tradicionais de atendimento clínico; em que se tornou evidente o impacto dos testemunhos nas pessoas envolvidas com esta tarefa e em que começaram a chegar demandas da CEV-Rio, tanto de acompanhamento às testemunhas, quanto de apoio aos assessores responsáveis pela escuta e construção dos testemunhos, verificou-se a necessidade de:

- 1) Disponibilizar novas formas de acesso ao projeto;
- 2) Criar novos dispositivos clínico-políticos para o acompanhamento dos testemunhos e assessoramento dos membros titulares e auxiliares da Comissão;
- 3) Ampliar o tempo destinado à supervisão e discussão dos casos clínicos e do impacto da escuta dos testemunhos na equipe do Projeto e nos membros da Comissão;
- 4) Incluir a participação da terapeuta corporal em atividades de capacitação - oficinas - e desta última e do supervisor nos dispositivos de construção e escuta de testemunhos;
- 5) Deixar em aberto a distribuição das horas para cada modalidade terapêutica, de maneira a garantir suficiente flexibilidade para a inclusão das situações imprevistas que se apresentam num contexto político de mobilização de testemunhos, no atual momento de trabalhos das Comissões da Verdade;
- 6) Garantir recursos para o pagamento de aluguel de horas em espaços adequados às atividades com grupos maiores.

Por sua vez, para a execução da meta de geração de insumos de referência havíamos inicialmente proposto o seguinte:

para os gastos com a realização das Conversas Públicas em outros estados, nem com as reuniões técnicas em São Paulo e em Brasília. Da mesma forma não garantimos recursos para o pagamento de aluguel de salas nos casos de atividades com grupos maiores.

- a) Pesquisa bibliográfica sobre projetos similares realizados na América Latina;
- b) Construção/aplicação de instrumento para análise da oferta/demanda de atenção;
- c) Construção de bancos de dados sobre anistiados atendidos/profissionais capacitados;
- d) Análise da oferta/demanda de atenção aos afetados e da eficácia dos dispositivos clínicos oferecidos;
- e) Construção de instrumento para avaliação das capacitações;
- f) Proposta de metodologia de capacitação e de política pública para a atenção psicológica a afetados pela violência de Estado.

Contudo, pelas razões expostas acima acerca da incorporação de novas demandas clínico-políticas e tendo em vista a necessidade de permanente retroalimentação entre as atividades clínicas e de pesquisa, no contexto de uma proposta de pesquisa-intervenção, concluímos pela necessidade de:

- 1) Ampliar nossa carga horária disponível para a pesquisa;
- 2) Redistribuir as atividades acrescentando algumas horas mensais para observação e apoio (na perspectiva de pesquisa-intervenção) aos trabalhos das Comissões Estadual, Municipais e Setoriais de Verdade;
- 3) Ampliar a participação do supervisor nas atividades de pesquisa;
- 4) Garantir recurso para os gastos com a realização de atividades de pesquisa envolvendo a construção e elaboração de testemunhos em outros municípios;
- 5) Garantir recursos para o pagamento de aluguel de horas em espaços adequados às atividades com grupos maiores.

Por último, para a execução da meta de capacitação profissional inicialmente foi proposto:

- a) Oficinas de capacitação em 04 estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo);
- b) Discussão de casos e supervisão clínica;
- c) Encontros com a equipe de São Paulo, para intercâmbio de experiências e metodologias;
- d) Participação em Reuniões Técnicas.

Tendo em vista, no entanto, o fato de já terem sido criadas duas Clínicas de Testemunho em São Paulo, não sendo mais necessária a realização de oficinas nesse

estado; de ter sido acordado em Reunião Técnica realizada em Brasília, que a Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro se encarregaria também de atividades de sensibilização visando à ampliação das Clínicas no estado do Espírito Santo e de terem aparecido no Rio de Janeiro demandas de capacitação diversas daquelas previstas para profissionais de saúde, optamos por reestruturar as atividades relacionadas à capacitação de maneira a:

1) Realizar oficinas de capacitação de profissionais de saúde em apenas 03 estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), redistribuindo as 15 vagas de São Paulo entre os outros estados e compactando os módulos de maneira a fazê-los caber em apenas 02 oficinas em cada estado e não nas 03 originariamente previstas;

2. Metodologia:

a) O processo de construção da metodologia e seus antecedentes históricos:

Ao longo de sua experiência anterior no Projeto clínico desenvolvido pelo GTNM/RJ, a Equipe Clínico Política já tivera oportunidade de constatar a permanência e a magnitude dos danos na vida dos afetados pela violência de Estado e a limitação de seus dispositivos clínicos, na ausência de políticas de memória, verdade e justiça. Concluindo que, receber tais pessoas no âmbito terapêutico, não poderia contribuir para o confinamento dessas problemáticas no espaço dos consultórios¹⁴ passou a desenvolver estratégias clínico-políticas para romper com o silenciamento dos danos causados pela tortura, tais como algumas modalidades de atendimento em grupo, ou atividades

¹⁴ A esse respeito ver RODRIGUES, Heliana Conde e MOURÃO, Janne Calhau. “A Herança da Violência: o silêncio e a dor das famílias atingidas – aspectos do tratamento”. In: Passos, E.; Rauter, C.; Barros, R.B. *Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: GTNM-RJ/IFB/Te Cora, 2002 e KOLKER, Tania – “Tortura e Impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação”. In: Tortura. (Org) Coordenação de Combate à Tortura, Secretaria de Direitos Humanos. 2010, pp 170-195. Disponível em http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_sedh_tortura.pdf acesso em julho 2015.

envolvendo um coletivo mais amplo. Se o Estado e a sociedade silenciavam e a percepção da violência e do dano continuava a ser negada, não era suficiente garantir a atenção psicológica para os afetados: era preciso contribuir com a politização e irradiação do debate, visando à inscrição social do dano.¹⁵ Assim, atentando para o risco, sempre presente, de os dispositivos Psi intensificarem a interiorização e o divórcio entre o individual e o coletivo¹⁶ os integrantes da Equipe Clínico-Grupál do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ procuravam utilizar estratégias ampliadas de intervenção e adotar uma perspectiva ético-estético-política que ajudasse a desprivatizar o dano e a operar deslocamentos intensivos que permitissem habitar o passado de outra maneira.

Como estratégia de intervenção na experiência privada da violência, foi então introduzido o dispositivo clínico-grupal, e foram realizadas Oficinas Clínico-políticas em vários Estados do país. Igualmente, ao longo do referido projeto, a Equipe passou a participar dos eventos comemorativos realizados a cada 31 de março (ou 1º de abril), ou 26 de junho¹⁷, além de participar de pesquisa sobre o impacto da violência de Estado nos descendentes dos afetados diretos e seus familiares¹⁸. Nesse momento, verificando que os processos analíticos pareciam prolongar-se indefinidamente e observando os efeitos da irradiação da violência estatal nos afetados de 2ª e 3ª geração que buscavam

15 Já nessa época, a participação ativa dos afetados nas lutas pelo esclarecimento e responsabilização dos crimes da ditadura se mostrava por si só terapêutica, contribuindo para a desvitimização dos militantes e a retirada da memória da tortura do território do segredo, da clandestinidade e do privado. No entanto, a continuação da negação e do silenciamento das violações tendia a confinar aqueles que se percebiam como atingidos no papel de eternos guardiões desta memória. Ver em COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Reparação do crime de tortura. Trabalho apresentado no seminário regional, quando do lançamento do “Guía Para la Denuncia de Torturas” em sua versão espanhola, na cidade do México, em março de 2001. Disponível em:

http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto72.pdf e em KOLKER, Tania – “Tortura e Impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação”. In: Tortura. (Org) Coordenação de Combate à Tortura, Secretaria de Direitos Humanos. 2010, pp 170-195. Disponível em http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_sedh_tortura.pdf acesso em julho 2015.

¹⁶ Ver em RAUTER, C. Clínica do Esquecimento: construção de uma superfície. Tese de doutorado em psicologia clínica. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

17 Dia Internacional de apoio a Vitimas da Tortura.

18 Refiro-me a pesquisa sobre os efeitos transgeracionais da violência de Estado, realizada pelo GTNM/RJ e três outras entidades de direitos humanos da Argentina (Equipo Argentino de Trabajo y Investigación Psicosocial – EATIP), do Chile (Centro de Salud Mental y Derechos Humanos – CINTRAS) e do Uruguai (Servicio de Rehabilitación Social - SERSOC). Para ter acesso à publicação integral ver em www.cintras.org/textos/libros/librodanotrans.pdf

tratamento no Projeto, sem estabelecer qualquer relação com o dano sofrido, a Equipe entendeu que era hora de concentrar os esforços na construção de proposta de política pública, voltada para a reparação psicológica e na transmissão de sua experiência para o Estado.

Quando, então, se colocou a oportunidade de construção de um Programa de reparação psicológica oferecido pelo próprio Estado, a Equipe Clínico Política concluiu que deveria contribuir com a sua experiência e, ao mesmo tempo, garantir que esse processo fosse construído junto aos seus beneficiários diretos. A partir desse momento, já desvinculada do movimento social que abrigara o primeiro Projeto do gênero, no país, mas, como antes, construindo seus dispositivos em torno da idéia-força plasmada no conceito de “clínica política” (LOSICER, 2009), parte dos profissionais que compunham a Equipe Clínico Política apresentou Projeto ao Edital de seleção. Contudo, como agora era o próprio Estado que reconhecia os danos e tomava a decisão de repará-lo, colocava-se pela primeira vez a possibilidade de conjugar ato clínico com ato político. Assim, afirmando a reparação como um processo simultaneamente privado/individual e público/coletivo¹⁹ e considerando a função clínico-política da quebra do silenciamento para a reparação dos danos causados pela violência de Estado²⁰, a Equipe apresentou Projeto em que apontava a indissociabilidade entre clínica e política, e entre memória individual e memória coletiva, propondo o testemunho como um dos principais operadores do processo de reparação. Seu objetivo era apoiar a construção de narrativas e outras linguagens para os acontecimentos vividos na tortura e desta forma possibilitar a passagem da situação de vítima para testemunha e

19 A esse respeito ver também VITAL BRASIL, Vera. “Dano e Reparação: construindo caminhos para enfrentar a tortura”. In: Tortura. (Org) Coordenação de Combate à Tortura, Secretaria de Direitos Humanos. 2010, pp 170-195. Disponível em http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_sedh_tortura.pdf acesso em julho 2015; e em ABRÃO, Paulo & D. TORELLI, Marcelo. “As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça”. In A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. Disponível em http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/2011livro_OXFORD.pdf. Acesso em julho de 2015.

²⁰ In CARDOSO, FELIPPE, KOLKER, LOSICER, MOURÃO, VITAL BRASIL, 2012. Projeto Clínicas do Testemunho no Rio de Janeiro, disponível no Portal do SICONV, sob a proposta 037730/2012.

a integração no psiquismo daquilo que, até então, mantivera-se suspenso no tempo, tornando o horror uma ameaça eternamente presente.

b) O testemunho como um dos principais operadores clínicos do processo de reparação:

Para garantir a ampla participação e a eficácia deste Projeto era preciso contornar algumas dificuldades. Em primeiro lugar era preciso contar com a resistência ativa ou passiva por parte significativa de seus beneficiários potenciais²¹. Considerando a tardia e incompleta iniciativa do Estado em assumir sua responsabilidade frente às violações passadas e presentes e, tendo em vista algumas de suas tentativas de encerrar as demandas dos afetados/familiares, por meio de políticas de esquecimento e reconciliação forçada, era possível esperar pela recusa em participar, tanto por parte de muitos militantes por memória, verdade e justiça - insatisfeitos com a forma com que suas demandas de esclarecimento e reparação estavam sendo tratadas pelo Estado -, quanto por parte de outros que, ainda atados ao imperativo de silenciar e por temor de voltar a ocupar-se com essas dores e marcas, acabaram por silenciá-las e enclausurá-las em alguma parte cindida do psiquismo.

Em segundo lugar, era preciso ir além dos dispositivos clínicos tradicionais, voltados para a interpretação dos conflitos inconscientes. Considerando a limitação do modelo representacional para lidar com aquilo que excede a capacidade de simbolização, era preciso experimentar novas ferramentas clínicas - sobretudo com aqueles que viveram os acontecimentos quando ainda eram crianças -, capazes de acessar e ativar as dimensões extralingüísticas envolvidas na produção de sentido e, dessa forma, possibilitar a saída da condição passiva produzida pela vivência da tortura. Tendo em vista que o que caracteriza a vivência de traumas extremos é a impossibilidade de integração psíquica do acontecimento traumático, que continua agindo no psiquismo do afetado, sem que ele possa tornar-se sujeito da experiência, a

21 Até hoje não é possível dimensionar a população diretamente afetada, conhecendo-se, tão somente, o número de pessoas que apresentaram requerimentos à Comissão de Anistia.

oportunidade de falar em primeira pessoa sobre o vivido na tortura e, desta forma, dar fim ao mandato de silenciamento que ainda o unia ao torturador, é o que poderia disparar o início do processo de elaboração, ressignificação e atualização daquilo que, até então, ficara suspenso no tempo e sem lugar na história²². Assim, além do atendimento individual e de grupo para aqueles que o desejassem, era fundamental a oferta de dispositivos clínico-políticos que, por um lado, dessem suporte àqueles que quisessem testemunhar sobre os eventos extremos vividos durante a repressão e, por outro lado, garantissem o apoio a quem se disponibilizasse a ouvi-los²³.

Segundo Maia (2005:84), diferentemente do que se passa no processo de recalçamento, que preserva a potência de simbolização, na recusa que caracteriza o trauma, há uma despotencialização da capacidade de simbolizar. Na esteira de Figueiredo, que pensa o processo de recusa como “desautorização da percepção”, a autora explica que o que ocorre aí é

*“ o congelamento do processo perceptivo, a impossibilidade de seu deslizamento de sentidos. Tem-se a percepção, mas seu aspecto transitivo fica prejudicado. Sua dimensão de processo se interrompe: uma possível percepção que se faria presente depois da primeira fica impedida; uma lembrança que poderia por ela ser ativada não ocorre; (...). Resumindo: o que é desautorizado, no processo perceptivo, não é a percepção em si, mas a sua potência de desdobrar-se em outros processos psíquicos, como por exemplo, o enredamento de outras percepções, processos mnêmicos ou de simbolização. ”*²⁴

22 Para Pierron (2010), o testemunho é também um ato de autor, o que sugere uma posição do sujeito que fala como um sujeito que age, o que em nosso caso não é apenas um detalhe, tendo em vista que um dos objetivos da tortura é fazer do torturado um objeto pensado e agido pelo torturado. Ver em PIERRON, Jean Philippe. “Transmissão – uma filosofia do testemunho”. São Paulo: Loyola, 2010 e em KOLKER, Tania. Notas sobre o papel do testemunho e do dispositivo clínico-político no processo de reparação dos afetados pela violência de Estado. In CARDOSO, FELIPPE e VITAL BRASIL (Orgs). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p. 57 a 74. Disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2>

23 Sobre esse ponto ver o item que trata da parceria com a CEV-Rio e em LOSICER, Eduardo. O Projeto Clínicas do Testemunho e a interação com a Comissão Estadual de Verdade do Rio de Janeiro. In CARDOSO, FELIPPE e VITAL BRASIL (Orgs). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p. 179-184. Disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2>

24 MAIA, M.S. Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004

Nesse sentido, se o mandato de silenciamento e a falta de reconhecimento social do dano, ainda vigentes, poderiam levar à dificuldade de simbolização do trauma, a possibilidade de ele ser novamente desacreditado, ou tratado com indiferença, poderia produzir retraumatizações. Assim, tão importante quanto o apoio para a construção de narrativas era a construção de dispositivos para a sua coletivização e publicização. Nesse sentido, a coincidência da realização deste Projeto Piloto com o período de vigência das Comissões Nacional, Estadual e Municipais de Verdade, permitiria que os Testemunhos fossem ouvidos tanto por representantes do Estado, como pela sociedade. Como aponta Eduardo Losicer:

*(É) a potência do testemunho, sua palavra viva, a única força que consegue neutralizar a mais sinistra de todas as ameaças; “ninguém acreditará nos monstruosos fatos que narrarei como sobreviventes”. Este é o maior dos “danos” sofridos pela “pessoa humana”: mais do que a ameaça de morte iminente, a ameaça de sua experiência ser apagada do resto da humanidade, mesmo na sobrevivência, é o que deixa o dano mais dificilmente reparável.*²⁵

Entendendo, pois, que “é a destituição subjetiva a que são submetidos por terem vivido o ‘inferno sem testemunhas’ que provoca o dano maior”²⁶, a Equipe se propôs a construir dispositivos de diferentes formatos para tornar possíveis os testemunhos. Considerando a experiência de “devir testemunha” como um processo e entendendo que é possível testemunhar utilizando diferentes linguagens, inclusive as não verbais, o Projeto ofereceu a possibilidade de diferentes tipos de encontros e composições para que as narrativas pudessem ir se compondo.

Nesse sentido, além dos grupos terapêuticos, sobre o qual falaremos abaixo, a proposta era oferecer para os inscritos a participação em grupos de recepção e acolhimento e grupos para escuta e elaboração da experiência do testemunho cada um

²⁵ Ver em LOSICER, Eduardo. Potência do testemunho: reflexões clínico-políticas. In CARDOSO, FELIPPE e VITAL BRASIL (Orgs). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p. 30.

²⁶ Idem, LOSICER, 2015, p. 30.

com a duração previamente combinada e com dois ou três terapeutas. A idéia era que cada inscrito ingressasse pelo Grupo de recepção e acolhimento, podendo escolher em qual modalidade terapêutica participar nas etapas seguintes. No entanto, como se poderá ver a seguir, o dispositivo de escuta de testemunhos foi se afirmando cada vez mais, de maneira que foi possível experimentar diferentes tipos de encontros, ora em grupos intergeracionais e sem recorte de gênero (misturando pessoas diretamente afetadas com familiares), ora em grupos com recortes geracionais (como o grupo de filhos e netos), ou com recorte de gênero (grupos de mulheres).

O que se pretendia com essa estratégia era oferecer diferentes dispositivos coletivos para a construção de narrativas sobre o vivido. A princípio, com o Grupo de Recepção, a proposta era de que as pessoas dessem início ao processo de construção de narrativas sobre os motivos de busca de tal Projeto e a partir deste relato pudessem, não apenas escolher entre os dispositivos clínicos oferecidos, mas também começar a dar linguagem e atualizar sua vivência acerca do ocorrido. Nesse momento, onde se poderia esperar pelas primeiras resistências à quebra do silenciamento e do isolamento - já que a maioria dos ex-perseguidos políticos e familiares tinha passado a viver isolados, desde então, nunca tendo falado dos acontecimentos vividos durante o período repressivo -, o aparecimento de ressonâncias e identificações entre eles, poderia ser um facilitador tanto para a construção dos laços de confiança, quanto para disparar a construção de narrativas. De qualquer maneira, se por um lado a tortura introduzira a desconfiança entre companheiros de luta e esgarçara violentamente os laços sociais e, por outro, levava à impossibilidade de confiar no Estado, a participação em um dispositivo grupal onde se podia contar com um certo conhecimento prévio das implicações políticas dos terapeutas - nesse terreno onde não há lugar para a neutralidade -, também poderia servir como alguma garantia. Em seguida, o fato dessa variedade de grupos propiciar diferentes tipos de agenciamentos e conexões poderia ajudar a tornar possível a visibilização das diferenças, fundamental para os processos de transversalização e diferenciação. Afinal, se a possibilidade de se reconhecer tanto nas lutas como nas dores dos companheiros poderia facilitar a construção da relação de confiança, a abertura ao desconhecido e um certo abandono às referências de si, como forma de quebrar a fixação ao trauma e a certas formas de vida tomadas pela compulsão à repetição –

comuns ao sofrimento causado pela tortura – exigiriam estratégias clínicas que propiciassem também os processos de heterogeneização.²⁷

Nesse sentido, outra ferramenta fundamental com que se pretendia contar nos grupos de construção de testemunhos para provocar novos agenciamentos e composições; possibilitar a experimentação de novos modos de sentir e agir; “desenvolver novas linguagens expressivas e novas narrativas que permit(iss)em dar voz a experiências onde a palavra não alcança dizer”; ativar o potencial de afetar e ser afetado e disparar processos de criação de novos modos de subjetivação era a terapia corporal.²⁸

Por outro lado, tendo em vista os processos de clivagem que levam ao comprometimento da capacidade de ligação, dos aspectos afetivos e cognitivos envolvidos no acontecimento traumático, também era fundamental construir recursos que ajudassem a elaborar e atualizar as experiências vividas e a experimentar novos possíveis. Assim, também foram oferecidos dispositivos clínicos de maior duração, para o atendimento individual e grupal dos inscritos.

c) Os dispositivos clínico-políticos e os processos de reparação

Além de experimentar e investigar o impacto dos testemunhos na vida dos afetados pela violência de Estado, interessava à Equipe responder às seguintes questões: “O que pode a clínica no processo de reparação? Como construir uma política de

²⁷ A este respeito ver em KOLKER, Tania. Notas sobre o papel do testemunho e do dispositivo clínico-político no processo de reparação dos afetados pela violência de Estado. In CARDOSO, FELIPPE e VITAL BRASIL (Orgs). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p. 57 a 74.

²⁸ Inspirada no Sistema Rio Aberto, o trabalho corporal desenvolvido no Projeto tinha o objetivo, entre outras coisas, de oferecer outras linguagens para a expressividade dos afetos, trabalhando sua conexão com o de fora e investindo na vitalidade e capacidade de afetabilidade dos participantes. Ver em FELIPPE, Marília. O corpo no aprendizado da reexistência. In CARDOSO, FELIPPE e VITAL BRASIL (Orgs). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p. 121-124.

reparação psicológica aos afetados/sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos, cujos danos se intensificaram por tantos anos de silêncio, de esquecimento, de invisibilidade a que foram submetidos, e cujos efeitos se desdobraram para as gerações que se seguiram?”²⁹.

Partimos, então, das seguintes pistas³⁰:

SE, como dissemos acima, a reparação é um processo simultaneamente privado/individual e público/coletivo que exige o reconhecimento público do dano e a construção social da memória dos acontecimentos;

SE não basta testemunhar para que ocorra a elaboração e a cicatrização das feridas traumáticas, sendo fundamental que o Estado assuma a responsabilidade por seus atos, esclareça as circunstâncias das torturas, mortes e desaparecimentos, indique o local onde esses fatos ocorreram, aponte os responsáveis diretos e indiretos por essa máquina mortífera e proceda imediatamente à sua desconstrução;

SE é fundamental um profundo trabalho de subjetivação, de modo a garantir que esse processo possa operar a saída da posição vitimada e a produção de sentidos para a construção da memória do trauma;

SE o testemunho tanto contribui com a construção da memória histórica e o esclarecimento dos casos ainda obscuros, como ajuda a tirar estes acontecimentos da clandestinidade e a produzir e atualizar o sentido conferido à sua vida pelo acontecimento-tortura;

SE podemos entender o testemunho como um ato performativo, em que o dizer tanto descreve o que se passou, como dispara novos processos de subjetivação;

SE o testemunho é necessariamente relacional e não se testemunha para si, sendo necessário que ao esforço de falar se junte a disposição de ouvir;

SE a experiência do tempo só é possível no encontro com o outro e se o descongelamento das marcas do dano e a recuperação da potência de simbolização são

²⁹ Ver em VITAL BRASIL, Vera. Memória e Clínica: testemunho e reparação. In CARDOSO, FELIPPE e VITAL BRASIL (Orgs). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p. 79-90.

³⁰ Para um desenvolvimento mais detalhado dessas pistas ver KOLKER, Tania, 2015, p. 57 a 74.

fundamentais à atualização do vivido e requerem, não apenas intervenções clínicas no plano da micropolítica, sendo necessário considerar igualmente o que se passa no plano da macropolítica, era preciso apostar não numa clínica voltada para a interpretação de conteúdos latentes, ou no mero alívio dos sintomas relacionados com a situação traumática, mas sim, numa clínica, ela mesma aberta às dimensões tradicionalmente deixadas de fora da clínica e capaz de investir na ativação de processos de experimentação e criação de novos dispositivos.

Para tanto, era nosso objetivo experimentar novos dispositivos clínicos e desenvolver metodologia que possibilitasse a análise permanente de sua eficácia. Nesse sentido a compreensão clínico-política da demanda/oferta e a avaliação do impacto dos dispositivos utilizados seriam fundamentais, tanto para possibilitar o aumento do grau de abertura dos terapeutas às demandas construídas ao longo do Projeto, como para garantir a participação dos usuários nesse processo de construção. Também por essa razão, adotamos a metodologia cartográfica, cujo objetivo é acompanhar processos, potencializar processos de diferenciação, identificar pontos de enrijecimento e germens potenciais de mudança e garantir ferramentas para a análise da implicação, o que, por sua vez, nos levou a identificar a necessidade de investimento em medidas de cuidado dos cuidadores.³¹

Entendendo a subjetividade como um processo em permanente construção, mas considerando a capacidade dos acontecimentos traumáticos de aprisionar os sujeitos no anteriormente vivido, o objetivo dos dispositivos clínico-políticos utilizados - com suas funções de conectividade, heterogeneização, transversalização, atualização e transdução - era acompanhar processos e identificar pontos de bloqueio e fixação; potencializar novos agenciamentos e ativar o potencial de afetar e ser afetado; compartilhar e irradiar experiências, buscando aumentar o coeficiente de

31 Segundo Passos e Barros, a cartografia como método de pesquisa-intervenção não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. Para eles, em vez de um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (meta-hódos), o método cartográfico propõe que as metas sejam traçadas ao longo do próprio percurso. Ver em PASSOS, Eduardo e BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

transversalidade; criar condições de visibilidade e dizibilidade às marcas dolorosas; viabilizar o descongelamento das marcas da tortura, possibilitar aberturas no já dado e tornar possível a criação de novos modos de subjetivação.

Como apontam Passos e Barros³², a intervenção clínica deve ser entendida como uma operação de transversalização que se realiza na zona de vizinhança entre dois processos – os processos de subjetivação que se passam na relação analista-analisando e aqueles que se passam na relação entre a clínica e o não clínico (a clínica e a política, a clínica e a arte, a clínica e a filosofia). Nesse sentido, a própria clínica é um caso de transversalização e visa aumentar o *quantum* comunicacional entre todos os planos envolvidos.

No caso dos afetados pela violência de Estado, tendo em vista as enormes dificuldades de comunicação observada entre estes e seus familiares, o dispositivo clínico permitiu que os acontecimentos vividos na prisão, tortura e exílio fossem finalmente compartilhados, rompendo barreiras e refazendo laços profundamente abalados, pela imperiosa necessidade de manter apartados e sob controle os dolorosos afetos acionados pela memória da tortura³³.

Por sua vez, tendo em vista sua função de transdução³⁴ o dispositivo de escuta de testemunhos revelou sua potência de se desdobrar em novos testemunhos. Como pudemos observar, o ato testemunhal não apenas ajudava a fazer o trânsito da vítima à situação de testemunha, com a mudança do lugar passivo de objeto das ações do Estado, para o de agente e protagonista de um ato reparatório, como também transformava os ouvintes em novas testemunhas, criando novos elos na corrente do processo reparatório. Nesse sentido, ele mostrou ter um intenso potencial de irradiação, estimulando que outras pessoas afetadas pela violência de Estado se animassem a participar.³⁵

³² Idem, Passos e Barros, 2009, p. 27,

³³ A esse respeito ver CARDOSO, Cristiane e MOURAO, Janne Calhau. Notas sobre o ato de comunicar-se. In CARDOSO, FELIPPE e VITAL BRASIL (Orgs). Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015, p 111 a 120.

³⁴ Transdução é a operação pela qual uma atividade se propaga em várias direções, de maneira que cada novo ponto da rede serve de base a novas irradiações. Ver em SIMONDON, Gilbert. La individuación a la luz de las nociones de forma y información. Buenos Aires: Edición La Cebra y Editorial Cactus, 2009.

³⁵ Idem, KOLKER, Tania, 2015, p. 57 a 74.

d) Supervisão clínico-institucional

Desde o início do Projeto Piloto, o profissional da equipe nomeado para exercer a função de supervisão clínica enunciou seu modo de trabalho, próximo do que se define como supervisão clínico institucional ou socioanalítica, referenciado na experiência clínica nos campos da Psicanálise e da Análise Institucional.

Ao mesmo tempo, na supervisão se iniciaram os estudos para a construção de nossa caixa de ferramentas³⁶, além das pesquisas específicas no campo do atendimento que se tornaram necessárias. Considerando que se trata de material clínico de alta singularidade, isto é, uma clínica de afetados pelo terror num contexto de um projeto de reparação assumido pelo Estado, que só é possível quando o Estado se responsabiliza como causante, nos sentimos diante da singular função de escutar aquilo que podemos chamar de nunca ouvido e nunca elaborado. E, diante do valor das falas que saíram do silêncio na nossa clínica, colocou-se a necessidade de supervisionar o trabalho e construir os diários de campo da pesquisa com o material clínico e as reflexões anotadas para constituir a base permanente do material para a análise imediata e futura.

Contudo, quanto a modalidade de funcionamento da Supervisão, os desdobramentos do trabalho foram nos conduzindo em uma outra direção. Tendo em vista que para a análise institucional, toda intervenção se realiza por um mergulho na experiência e a análise se faz sem distanciamento, já que todos estão implicados no próprio percurso da investigação, a direção que foi tomando esse processo foi a da dissolvência de certos lugares predeterminados e a função supervisão passou a circular no grupo como um todo. Assim, formas e conteúdos do material clínico a serem apresentados seriam da escolha do grupo e de cada um, assim como a seleção do material clínico que serviria como subsídio a pesquisa e como referência argumental para dar apoio às recomendações do Relatório Final.

³⁶ Segundo Guattari, devemos ver os conceitos como caixas de ferramentas e as teorias como caixas que os contêm. Essa ideia nos é muito cara, na medida em que trabalhamos com processos e portanto, os próprios conceitos devem ser pensados em sua dimensão de produção, mais do que de produto.

A passagem de uma modalidade para a outra se realizou de forma modulada, até que a função centrada no supervisor ficou completamente diluída no grupo e não mais se apresentou como atividade específica de um supervisor.

Contudo, se a função de supervisão clínico-institucional passou a operar de modo transversal a todo o trabalho da Equipe, um certo lugar de testemunha das testemunhas foi se constituindo e os diários de campo da pesquisa, com o material clínico e as anotações do supervisor, foram se constituindo em um memorial, não apenas daquilo que foi trazido pelos atendidos pelo Projeto, como também por todos aqueles que se ocuparam com a escuta dos mesmos, entre eles os próprios terapeutas. E esse material, fundamental não apenas para o nosso trabalho clínico, mas também um importante dispositivo clínico político para a análise da demanda, passou a ser trabalhado em nossos encontros semanais, servindo como base para o trabalho com a própria Equipe e para a realização do presente Relatório.

III – ANÁLISE DA DEMANDA DE ATENÇÃO

Referencial analítico utilizado

Uma vez apresentadas as metas e os dispositivos clínicos oferecidos, bem como as bases teóricas e as referências metodológicas do Projeto desenvolvido pela Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro, passemos à análise da demanda de atenção.

Tendo como direção o trabalho de desindividualização do dano e adotando como estratégia clínico-política a oferta de dispositivos que propiciassem diferentes possibilidades de conexões e agenciamentos entre os participantes e ajudassem a romper com o silenciamento, a dar linguagem para o traumático, a superar a fragmentação dos laços, a ampliar o grau de transversalidade ou abertura comunicacional entre os beneficiários do Projeto e a ressignificar e dar outros destinos para os acontecimentos vividos no período repressivo, logo identificamos a necessidade de estender os limites do setting clínico³⁷ e investir no protagonismo dos participantes³⁸.

Por outro lado, concebendo a execução desse Projeto como uma pesquisa-intervenção³⁹, de modo a poder avaliar a eficácia dos dispositivos; possibilitar o

37 A ampliação do setting clínico, tradicionalmente restrito aos consultórios foi uma exigência fundamental de nosso trabalho. Inspirados por Antonio Lancetti que propôs uma clínica peripatética e movidos, seja pelas demandas dos familiares de segunda e terceira geração que acorreram ao Projeto, seja pela necessidade de garantir o acompanhamento dos testemunhos nos próprios locais onde estes se davam, foi necessário desenvolver formas de acolhimento e cuidado nos mais variados espaços, tais como nas ruas, nas plenárias onde se dava a maioria dos testemunhos das Comissões de Verdade, em auditórios onde ocorriam as conversas públicas e até em diligências feitas nos locais onde tinha ocorrido a tortura. Sobre esse ponto ver LANCETTI, Antonio. Clínica Peripatética. São Paulo: Hucitec, 2006 e em KOLKER, T. O Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro: propostas para uma política pública para a atenção psicológica dos afetados pela violência de Estado, fala para a mesa Violência de Estado e mecanismos de Reparação, a ser realizada no dia 02/12/2015, no Seminário de direitos Humanos e Justiça Criminal na Universidade Federal do Espírito Santo.

38 Como dissemos em Kolker, 2015, “se para qualquer outro setor da sociedade, mover-se do lugar passivo de objeto das políticas do Estado, para o de agente e protagonista de sua construção é fundamental para o efetivo exercício da cidadania, para aqueles que um dia viveram o horror da tortura7 essa é uma condição sine qua non”. (...) Assim, “uma vez que, mesmo políticas públicas construídas em resposta a demandas sociais não estão isentas de acabar alimentando estratégias biopolíticas de controle e governo das subjetividades, o engajamento e a participação ativa dos movimentos por memória, verdade e justiça na elaboração das políticas reparatórias é condição essencial para garantir que estas não se convertam em novas formas de assujeitamento da vida”.

39 Para o método cartográfico toda pesquisa é intervenção, o que só se realiza quando se incluem na análise tanto as forças macro e micropolíticas que incidem sobre o plano da experiência, quanto às implicações dos analistas envolvidos no processo. A este respeito ver, PASSOS, KASTRUP e

aumento do grau de abertura da equipe de terapeutas às demandas apresentadas e garantir a participação dos usuários no próprio processo de gestão da atenção, optamos pelas ferramentas disponibilizadas pela metodologia cartográfica, que têm como objetivo acompanhar os processos em seus movimentos, analisando as relações de força em jogo, identificando os pontos de paralisação ou enrijecimento do processo, ajudando e ativando a potência de criação de novos modos de sentir e estar no mundo. Desta maneira, também foi possível identificar e dar linguagem para os incômodos e desconfiças em relação ao Estado que produziram ruídos ao longo do Projeto, tanto no que diz respeito à ausência de esclarecimento e responsabilização dos crimes perpetrados à época da ditadura, como no que concerne à demora de apreciação de requerimentos junto à Comissão de Anistia e quanto à permanência das violações, mesmo após a instauração do Estado de Direito ainda que agora atingindo predominantemente outros setores da sociedade⁴⁰. Por outro lado, as tensões produzidas pela insegurança em relação à continuidade dos atendimentos, produzindo na equipe um dilema ético e levando à reagudização de sintomas em alguns pacientes, em alguns momentos trouxe o risco de revitimização para o interior do próprio projeto e produziu abalos na confiança quanto à decisão do Estado de instituir uma política pública para a atenção dos afetados pela violência de Estado.⁴¹

Assim, tendo em vista que “a cartografia, enquanto método, sempre requer, para funcionar, procedimentos encarnados em dispositivos”⁴² e uma vez que esses dispositivos devem, eles próprios, se abrir às variações e desdobramentos do processo, na medida em que o Projeto foi sendo executado foram se desenhando novas demandas

ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

40 Inclusive, durante a execução do Projeto Piloto dois pacientes chegaram a se presos durante as manifestações e um terceiro durante um processo grevista.

41 Por outro lado, a perspectiva de encerramento de atendimentos em dezembro de 2014 também provocou reações e movimentos produtivos entre os pacientes. Foi entregue ao Ministro da Justiça, por uma paciente, uma carta assinada por 79 pacientes do Projeto Clínicas do Testemunho do RJ, solicitando a assinatura de um termo aditivo de valor. Da mesma forma, os usuários do Projeto gravaram vários vídeos, deram várias entrevistas e participaram de Audiência Pública sobre políticas reparatórias, onde manifestaram às autoridades presentes as suas demandas e reivindicações quanto à política pública de reparação psíquica.

42 Ver em Kastrup, Virgínia e Barros, Regina Benevides, *Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia*. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009: 76-91

e foram experimentados novos dispositivos clínico-políticos. Assim foram introduzidos Grupos Temáticos (Grupos de filhos e netos, Grupos de militares e Grupos com recorte de gênero), foram propostas Audiências públicas sobre os efeitos transgeracionais da violência de Estado e Conversas públicas sobre políticas reparatórias e, sobretudo, foram introduzidos dispositivos avaliativos, com a participação de todos os inscritos do Projeto, com o objetivo de analisar coletivamente o impacto terapêutico das estratégias clínicas utilizadas em todos os beneficiários.

Análise quali-quantitativa dos dispositivos clínico-políticos experimentados:

Inicialmente, o Projeto Clínicas do Testemunho do RJ recebeu inscrições, em sua grande maioria, de pessoas que já haviam sido atendidas no Projeto Grupal Tortura Nunca Mais do RJ. Aos poucos foram se apresentando pessoas que passaram a conhecer a proposta do Projeto Clínicas do Testemunho pelas divulgações e eventos.

Tendo em vista nossa aposta nos dispositivos grupais e na grupalização dos pacientes, desde a sua entrada, na figura abaixo se pode visualizar o modo como as pessoas foram acolhidas:

Modalidades de acolhimento

a) Modalidades de Acolhimento em grupo

– 97 pessoas acolhidas

Foram inscritas 172 pessoas, e atendidas em várias modalidades 135 inscritos, dentre os quais 97 pessoas foram acolhidas em grupo. De início, não foi tarefa difícil formar grupos para recepção dos inscritos, exceto os de praxe, por conciliação de horários.

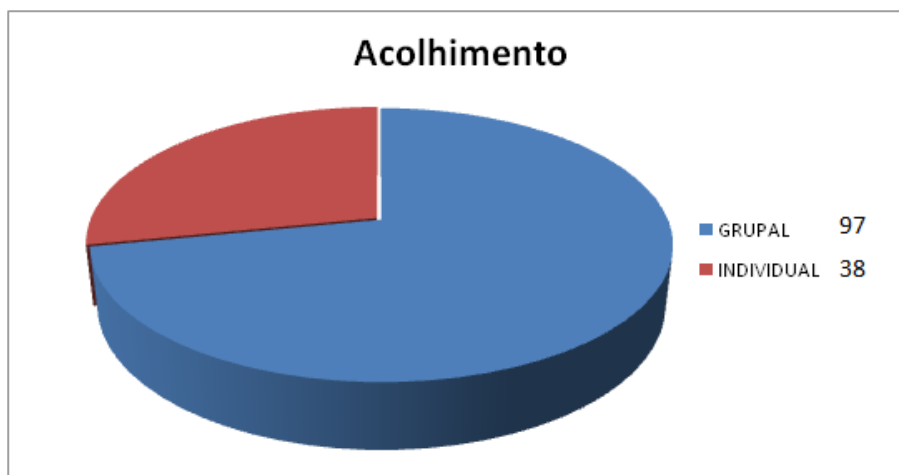


Gráfico 1

Pelos gráficos abaixo podemos perceber a concentração e a dispersão das inscrições, segundo o ano de entrada no Projeto. O primeiro gráfico mostra que as adesões ao projeto foram mais concentradas no ano de 2013.

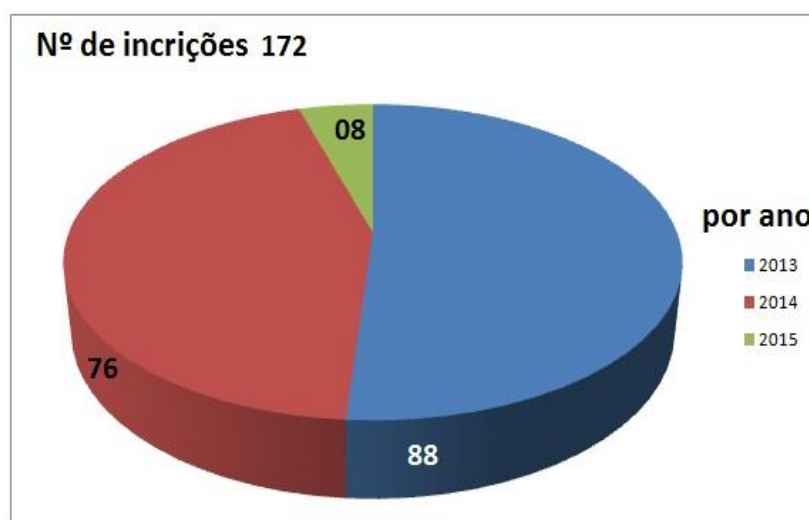


Gráfico 2

Detalhando um pouco mais, vê-se na terceira figura que no mês de maio de 2013 o núcleo RJ do projeto Clínicas do Testemunho recebeu sessenta e sete (67)

inscrições. Considerando-se a retirada de nove inscrições⁴³, fizemos uma relação inicial de cinquenta e oito (58) nomes e iniciamos as convocações para os Grupos de Recepção. Registre-se que de junho a dezembro desse mesmo ano tivemos apenas mais vinte e uma (21) pessoas inscritas.

Após um considerável volume inicial, as inscrições começaram a ficar esparsas, mais difícil se tornou a tarefa de montar grupos de recepção nos moldes iniciais. Nossa opção clínico-política pelo acolhimento grupal, associada à necessidade de dar continuidade, ou mesmo iniciar os atendimentos, fez-nos inventar formas coletivas de acelerar os processos de inclusão dos inscritos. Assim, pessoas também foram acolhidas em Grupos de Recepção Familiar (GRF) ou em Grupos Temáticos (Gts). Os grupos passaram a não ser mais tão heterogêneos, mas os ganhos foram inúmeros.

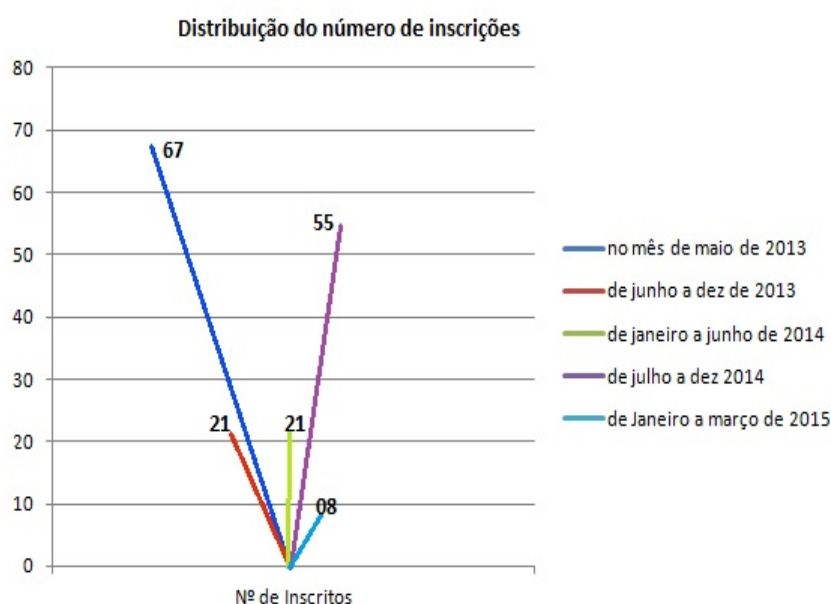


Gráfico 3

Em 2014, até o mês de maio, o projeto no núcleo Rio de Janeiro, teve 21 inscrições, mas a partir do mês de setembro 2014, passou a receber um tipo de inscrição

43 Sobre as nove pessoas mencionadas: uma teve sua inscrição duplicada; b) uma, infelizmente, faleceu logo após a inscrição; c) sete se inscreveram por equívoco, entendendo que o edital convocava profissionais.

inesperado: o de militares de baixa patente (em sua maioria da Aeronáutica) perseguidos, presos, torturados e expulsos das Forças Armadas. Foram formados grupos de recepção para acolhimento destes militares, dois em 2014 e mais dois em 2015 – com a assinatura do Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência e Acréscimo de Recurso (acréscimo de seis meses ao prazo de vigência inicial e acréscimo de recurso de 25% em relação à dotação anterior).

- **Grupos de Recepção (GR)**

– 56 pessoas acolhidas.

A primeira forma de acolhimento grupal foi denominada de Grupo de Recepção. Abertos para acolhimento dos inscritos funcionaram durante o ano de 2013 até meados de 2014, da forma planejada inicialmente, com formação de grupos heterogêneos. Foram em número de dez (10) os GR com, em média, três encontros por grupo, duas horas de duração por encontro, com dois terapeutas. Por este dispositivo de entrada, cinquenta e seis inscritos (56) tiveram o primeiro contato com o projeto e puderam tomar conhecimento de seus objetivos e propostas, além de possibilitar discutir coletivamente muitas questões ligadas à perspectiva de ampliação da reparação proposta pelo Estado, no âmbito da Justiça de Transição.

Oito grupos de recepção foram realizados no ano de 2013: seis nos meses de maio e junho de 2013, um em agosto/setembro do mesmo ano e mais um em outubro/novembro. Por meio desse dispositivo, no ano de 2013, cinquenta e uma (51) e uma pessoa foram acolhidas. No ano seguinte, foram acolhidas mais cinco (05) pessoas com a realização de dois GR nos meses de junho e setembro de 2014.

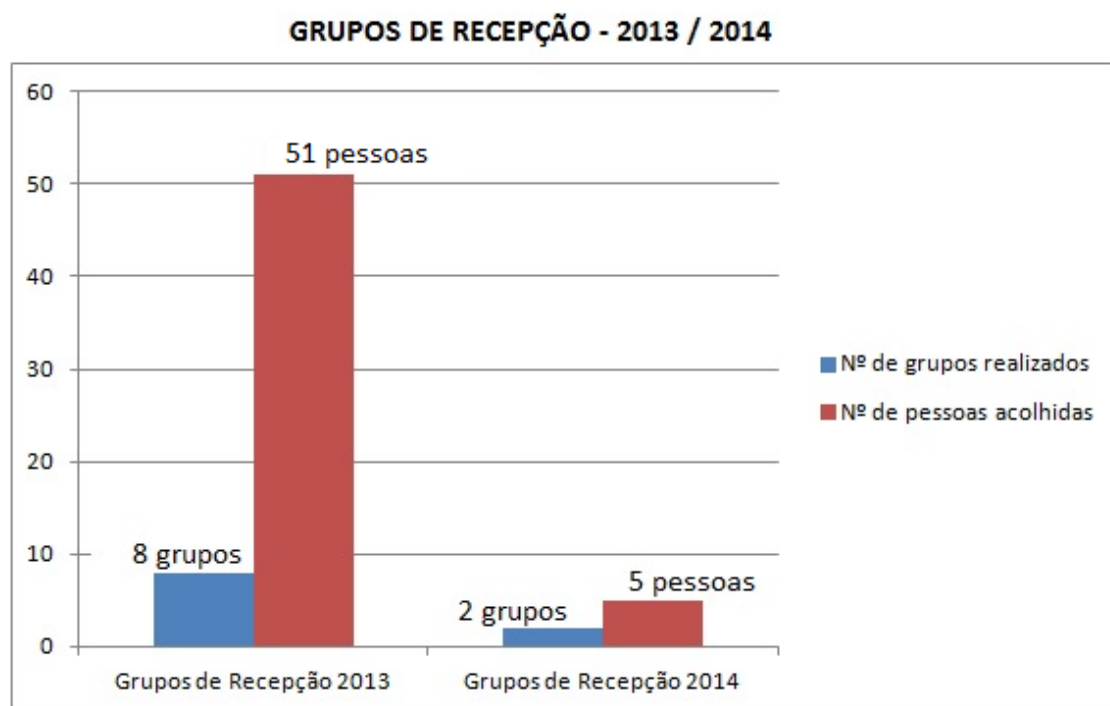


Gráfico 4

- **Grupos de Recepção Familiar (GRF) e recepção em Grupos Temáticos (GTs)**

– 11 pessoas acolhidas nas duas modalidades.

Nos Grupos de Recepção, nos acolhimentos feitos individualmente (que falaremos mais detalhadamente posteriormente), nos encontros do Dispositivo Grupal para Escuta e Elaboração da Experiência do Testemunho – mais conhecidos pelo nome abreviado de Grupos de Testemunho (GrT) – e que também detalharemos adiante, ficou patente que a inclusão do atendimento familiar (com a possibilidade de Terapia de Casal) em nosso plano de trabalho foi oportuno e potente. Além disso, grupos temáticos foram sendo criados por demandas que foram aparecendo ao longo do desenvolvimento do trabalho: Grupo de Filhos (inicialmente para pesquisa de efeitos transgeracionais), Grupos de Gênero (para apoio de testemunho de mulheres à CNV), Grupos de Apoio ao Testemunho na CEV (principalmente após a celebração de parceria) e em Audiências Públicas. Assim, sete (07) pessoas foram acolhidas coletivamente em grupos denominados de Recepção Familiar (GRF) e outras quatro (04) pessoas tiveram

acolhimento/recepção em um desses outros grupos, como observaremos no quadro a seguir.

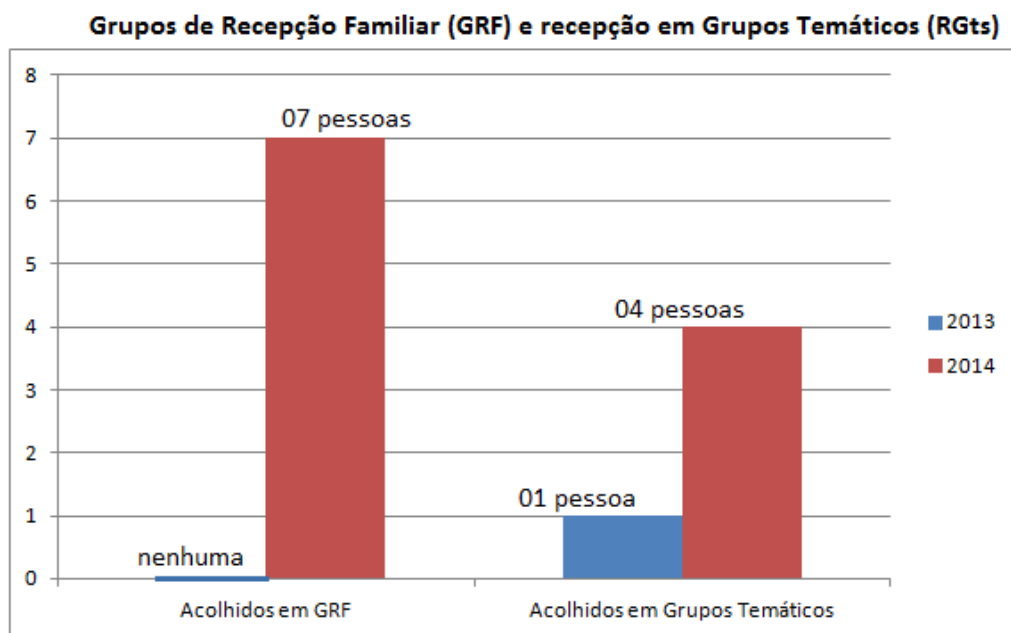


Gráfico 5

- **Grupo Recepção a Militares (GRM)⁴⁴**

– 30 pessoas acolhidas.

Este grupo específico de militares de baixa patente, perseguidos, presos, torturados e expulsos de suas corporações, passou a ser conhecido por nós a partir do Projeto Clínicas do Testemunho. Inscreveram-se em massa no último trimestre de 2014 e primeiro trimestre de 2015. Destaque-se que, dos quarenta e sete (47)⁴⁵ inicialmente inscritos no RJ⁴⁶, a maioria pertencia à Aeronáutica.

44 Neste segmento, também foram incluídas viúvas de militares e uma viúva de agente federal perseguido, preso e torturado (em situação análoga aos militares inscritos).

45 Desses 47 militares inscritos, 04 não atenderam às convocações para acolhimento; 12 eram de Anápolis – GO, que não possuía núcleo da Clínica do Testemunho e foram atendidos pela equipe do Instituto Sigmund Freud – núcleo RS, na localidade onde residiam; e 01 teve acolhimento individual.

46 Em abril de 2015, já com as inscrições fechadas para o núcleo do Rio de Janeiro, 15 militares foram inscritos pelo SIG-RS, que veio ao Rio por duas vezes para dois encontros de recepção. Mais adiante falaremos desse grupo que, posteriormente, integrou-se ao trabalho no núcleo do Rio de Janeiro na

Foram formados então quatro (04) grupos de recepção de militares: dois em 2014 e mais dois em 2015, acolhendo um total de 30 pessoas, como demonstrado no gráfico a seguir.



Gráfico 6

A seguir, o gráfico que demonstra a distribuição do acolhimento grupal de 97 inscritos por modalidade de recepção.

participação em eventos, em atos públicos e em reuniões setoriais e gerais dos pacientes atendidos pelo projeto no Rio de Janeiro.

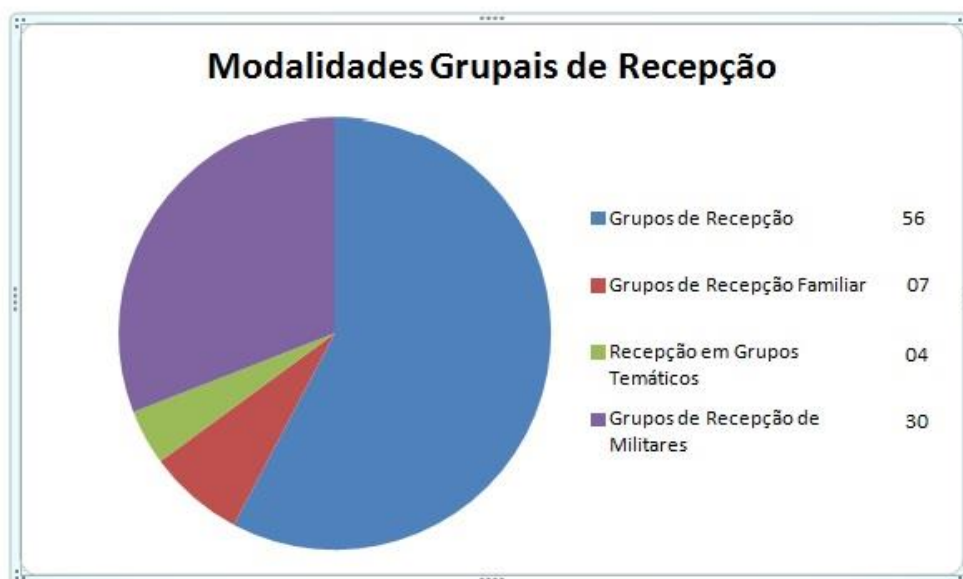


Gráfico 7

b) Acolhimentos individuais

Trinta e oito pessoas (38) foram acolhidas individualmente, por motivos diversos e por critérios terapêuticos. Abaixo, podem ser visualizados a tabela e o gráfico com o numérico desses acolhimentos, por período.

	2013	2014	2015	Total
1º trimestre	-	09	02	
2º trimestre	08	04	-	
3º trimestre	04	05	-	
4º trimestre	05	01	-	
Totais	17	19	02	38

Tabela 1

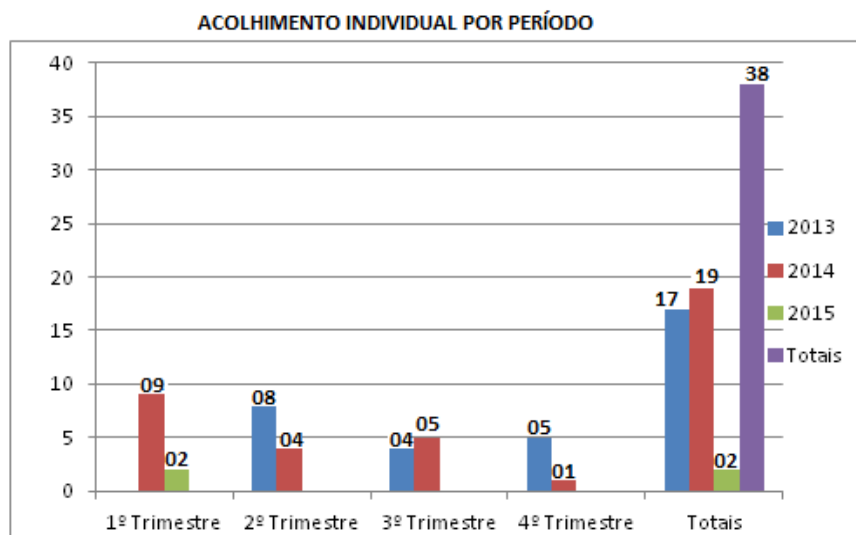


Gráfico 8

Perfil dos 135 inscritos acolhidos

a) Perfil dos acolhidos por faixa etária

A tabela e o gráfico abaixo mostram o perfil dos acolhidos por faixa etária. A primeira também acrescenta na última coluna a vinculação predominante por faixa. Como pode ser observada, a maior concentração está na faixa compreendida entre 61 a 65 marcadas em verde, na qual predominam os requerentes militares; seguida da faixa entre 51 a 60 anos, destacada em azul, onde encontramos o maior número de anistiados; e a situada entre os 66 a 70 anos, em laranja, onde se concentram anistiados e requerentes anistiados militares em mesmo número. A maior dispersão pode ser localizada nas três faixas até 30 anos, onde predominam netas(os) e filhas(os). A maior número concentração de filhas(os) está compreendida nas duas faixas entre 31 a 50 anos.

Idade (base 2013)	Número	Tipo de vínculo predominante
Até 20	01	Neta/o (01)
De 21 a 25	04	Netas/os (02)
De 26 a 30	05	Filhas/os (04)
De 31 a 40	17	Filhas/os (12)
De 41 a 50	15	Filhas/os (10)
De 51 a 60	24	Anistiados militares (11)
De 61 a 65	36	Anistiados (15)

De 66 a 70	22	Anistiados (09)
De 71 a 80	11	Anistiados (05)
Totais	135	Tabela 2

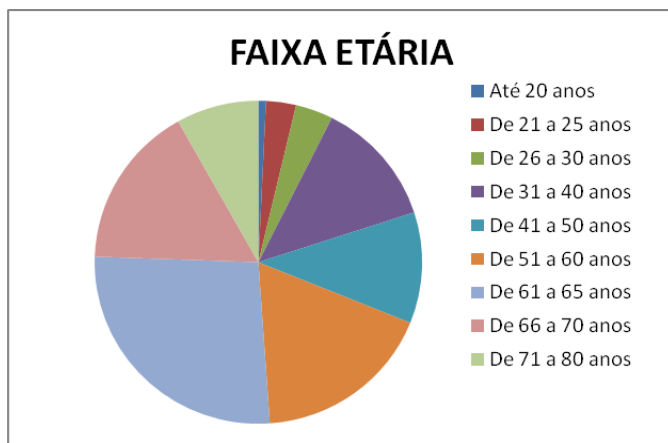


Gráfico 9

b) Perfil por gênero e faixa etária

A seguir, na tabela abaixo, visualizaremos o perfil dos 135 acolhidos por sexo (gênero) e faixa etária.

Faixa etária (base 2013)	Mulher	Homem
Até 20	01	00
De 21 a 25	01	03
De 26 a 30	03	02
De 31 a 40	07	10
De 41 a 50	10	05
De 51 a 60	09	15
De 61 a 65	16	20
De 66 a 70	10	12
De 71 a 80	07	04
Totais	64	71

Tabela 3

c) Perfil somente por sexo (gênero).

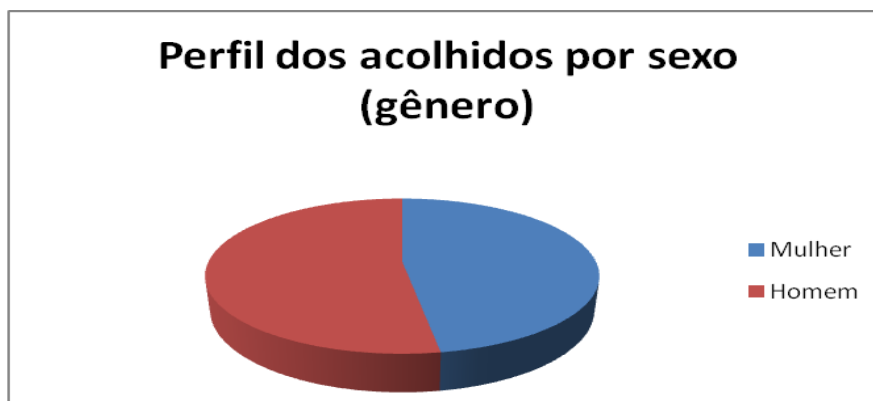


Gráfico 10

d) Perfil por nacionalidade.

- 126 brasileiros e 09 estrangeiros.

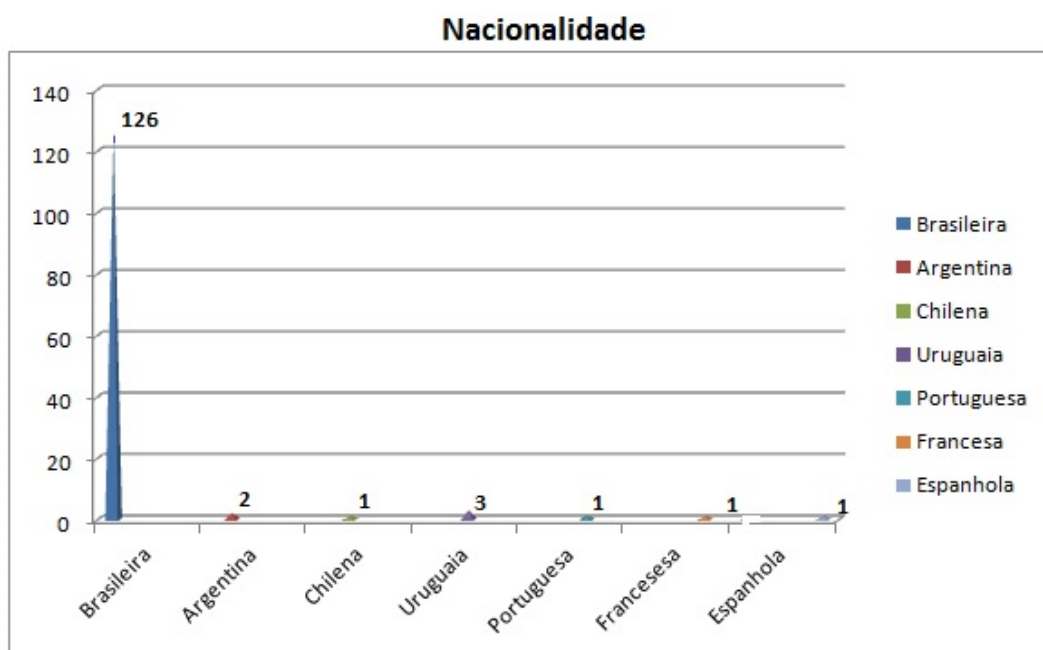


Gráfico 11

Abaixo, podemos visualizar pelo gráfico o modo de inserção dos acolhidos pelo Projeto Clínicas do Testemunho – núcleo Rio de Janeiro. Como se vê, o maior número de atendidos, quase a metade do total, é composta por familiares.

FORMA DE VINCULAÇÃO DOS 135 ATENDIDOS (INSCRITOS NO RIO DE JANEIRO)

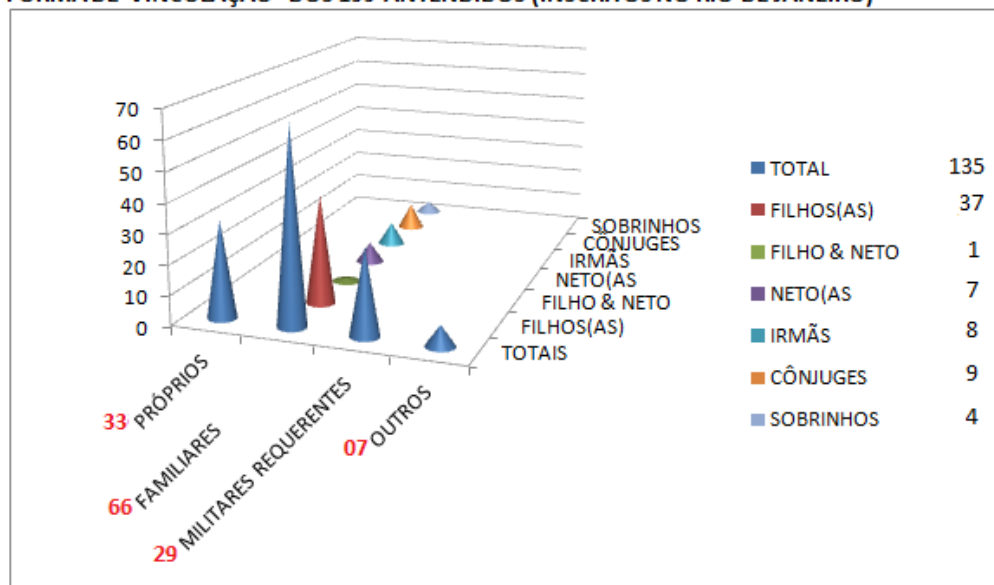


Gráfico 12

A atenção psicológica após o acolhimento

Dissemos em nosso plano de trabalho que a experiência clínica com afetados pela violência do Estado tem mostrado que os danos causados pela tortura tendem a continuar causando seus nefastos efeitos e a serem transmitidos para as gerações seguintes⁴⁷, principalmente não havendo o reconhecimento das violações praticadas pelo Estado e quando não são implementadas políticas públicas de memória, verdade e justiça, além de programas para a atenção psicológica aos afetados.

No mesmo documento ressaltamos também, e enfaticamente, que considerar a especificidade da tortura enquanto trauma e propor um programa para a atenção psicológica dos afetados por ela, não significa enquadrá-los em categorias psicopatológicas ‘especiais’. Certamente que a tortura por si só é capaz de gerar intensos e prolongados sofrimentos psíquicos, mas existe uma especificidade no dano sofrido pelos afetados pela violência do Estado, porque foram causados justamente pela instância que deveria proteger-lhes. Sublinhamos também que não se pode negar os

⁵ Brinkman; Lagos, Vital Brasil, Scapusio. “Daño transgeneracional en descendientes de sobrevivientes de tortura”, in BRINKMANN, Beatriz (Org.). Daño Transgeneracional: consecuencias de la represión política en el Cono Sur. Cintras, Eatip, GTNM-RJ, SERSOC. Santiago (Chile): Gráfica LOM. 2009.

efeitos da tortura no restante da sociedade – sobretudo nos aspectos de impunidade aos seus perpetradores e ao silenciamento sobre sua existência⁴⁸. Sabemos que a tortura produz graves repercussões sociais, contudo, a perspectiva individualizante com que é tratada *privatiza* os danos nos atingidos diretamente por ela e tende a invisibilizar os terríveis efeitos sobre os demais. Assim, com o silenciamento e a impunidade que acompanham a prática da tortura, esses atingidos diretos pela violência da ditadura civil-militar-empresarial brasileira converteram-se em uma espécie de guardiães da memória.

Tanto quanto no acolhimento aos inscritos no projeto, para o atendimento a eles também apostamos nos dispositivos grupais pela dimensão facilitadora que deles decorrem – uma escuta coletiva, a possibilidade de interlocução entre os participantes, a troca das experiências vividas, as inquietações, os medos e os eventos traumáticos. O investimento terapêutico, então, é na construção coletiva de dispositivos que produzam efeitos de desprivatização da experiência traumática, dos danos. As narrativas grupais facilitam a criação de um plano de suporte para a quebra do isolamento e da privatização da experiência dolorosa, contribuindo para a recomposição ou mesmo construção de vínculos abalados (ou mesmo destruídos) pela tortura. Assim, a partir de pontos de identificação entre os membros do coletivo, são tecidas redes de sociabilidade e confiança por meio das singulares narrativas que se apresentam.

Modalidades de atendimento oferecidas pelo projeto

a) Dispositivo grupal para escuta e elaboração da experiência do testemunho

- ***Grupos de Testemunho***

– total de participantes: 29 pessoas.

⁴⁸ Rodrigues e Mourão. A herança da violência: o silêncio e a dor das famílias atingidas – aspectos do tratamento. In: Passos, E.; Rauter, C.; Barros, R.B. Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: GTNM-RJ/IFB/Te Cora, 2002 / Kolker. Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação. In: Brasil/Presidência da República. SDH. Tortura. Coordenação de Combate à Tortura (Org.). Brasília:2010

Espaço construído para que os participantes pudessem fazer seus testemunhos de forma coletiva: relatando entre si as suas experiências, vivências, lembranças, resistência, lutas, perseguições, prisão, torturas, histórias que ouviram dos familiares e amigos, visitas a familiares na prisão, dores, aflições, medos, mágoas, dentre tantos relatos possíveis.

Destaque-se que a participação neste grupo não implicava necessariamente que o atendido pelo projeto fizesse seu testemunho junto às Comissões da Verdade. Foram constituídos três grupos, todos no ano de 2013, o primeiro com nove (09) participantes e mais dois grupos com dez (10) participantes cada um. Cada grupo contou com três (3) terapeutas. A tabela abaixo tipifica e quantifica o dispositivo grupal de forma clara e objetiva.

GRUPOS DE TESTEMUNHO				
	Nº de pessoas	Nº de encontros	Duração de cada encontro	Profissionais Envolvidos
Grupo 1	09	06	3 h	2 psicoterapeutas 1 terapeuta corporal
Grupo 2	10	06	3 h	2 psicoterapeutas 1 terapeuta corporal
Grupo 3	10	07	2h	3 psicoterapeutas
TOTAIS	29	19		

Tabela 4

- **Grupos Terapêuticos**

Espaço coletivo para atendimento aos pacientes recebidos por meio dos grupos de acolhimento, com indicação de psicoterapia em grupo, de casal ou de família.

Psicoterapia de Grupo

Número de grupos terapêuticos realizados: quatro (04) grupos, com 36 participantes no total. No gráfico abaixo se pode ver o detalhamento.

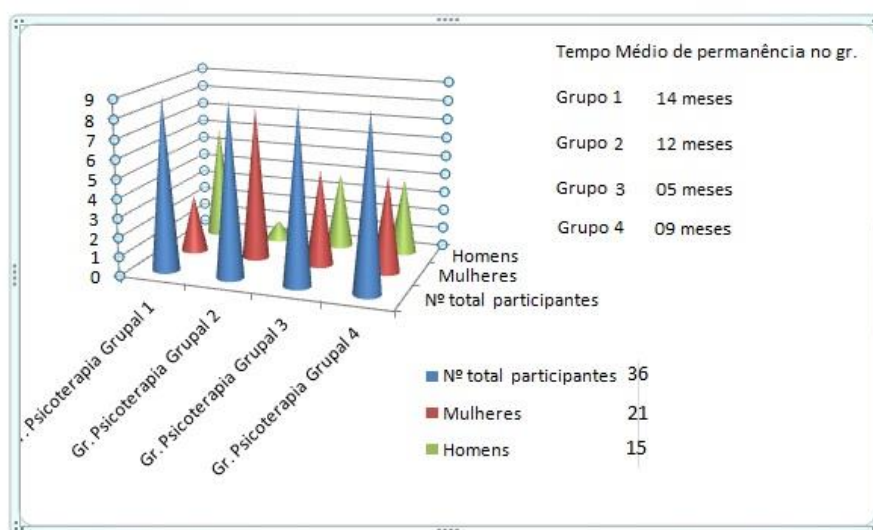


Gráfico 3

Grupos de família e casal:

No dispositivo clínico de terapia familiar, foram acolhidas 03 famílias e dois casais e trabalhados os efeitos da “história colocada no baú” (sic), relativos aos silêncios, endurecimentos e medos decorrentes das perseguições na ditadura.

Vale registrar que muitos familiares buscaram o projeto, mas poucas famílias chegaram com esse tipo de demanda específica – o atendimento familiar. Todas as pessoas desse grupo foram atendidas nesta modalidade a partir da gerações subsequentes, de filhos e/ou netos, que em busca de sua própria história e de produzir sentidos sobre ela, demandaram um espaço clínico junto aos familiares para construir novos modos de falar e ouvir na relação familiar.

Buscando resgatar sua história e se defrontando com tantas portas e baús fechados – “*Eu tenho um baú lá em casa com tudo que diz respeito a esta época, trancado*” (mãe) – foi possível ampliar as conversações na relação intra-familiar, potencializar a expressão dos afetos, a elaboração coletiva das experiências, fazendo circular papéis até então cristalizados em personagens blindados, dando sentido aos medos, aos silêncios, às raivas e aos endurecimentos. Ao construir e compartilhar narrativas a palavra passou a ganhar novo valor.

O trabalho com estas famílias se centrou principalmente em construir formas de falar e ouvir suas próprias histórias. Histórias entre gerações que haviam sido silenciadas. Se por um lado, os ideais e lutas de resistência à ditadura produziram e fortaleceram importantes vínculos familiares como, por exemplo, na admiração depositada nas histórias de luta de pais e avós e entre casais, companheiros de luta na época, no momento atual o silêncio imperava. Quer seja o silêncio fundado numa necessidade de proteção, de evitação da comunicação tão comum como medida de segurança entre companheiros de lutas – “as coisas não podiam ser faladas, sob o risco de queda” – ou aquele mais diretamente relacionado ao efeito silenciador da tortura. Efeito este que ao fazer calar o que se acreditava e dava sentido a própria existência, se desdobrou no cerceamento da expressão dos afetos e restringiu as conversações possíveis na relação intra-familiar.

Desta maneira, o dispositivo clínico familiar funcionou como um facilitador para uma elaboração coletiva. Para que as histórias pessoais de cada membro do núcleo familiar pudessem ser ouvidas e reconhecidas nos seus mais diversos modos, nos mais variados sentidos e, a partir destas diversas versões, criar campos de aproximação e de fazer circular papéis até então cristalizados. Do “pai distante”, da “paranóia da mãe”, foi possível desconstruir estas imagens cristalizadas no tempo, fazendo perceber como as distâncias foram sendo produzidas. Fazer com que a “loucura” que era apontada em alguns pudesse circular entre os membros, ao permitir o contato com os medos e exacerbações destes, não apenas em quem os denunciava ou funcionava como porta

voz. A palavra até então desvalorizada, desqualificada de alguns membros passa a ser considerada e afirmada criando novos sentidos.⁴⁹

TERAPIA FAMILAR - 10 pessoas (5 mulheres e 5 homens) – 3 grupos.

TERAPIA DE CASAL – 3 casais hétero (6 pessoas atendidas)

Grupos de Terapia corporal⁵⁰:

Espaço coletivo de trabalho corporal, levando em conta a sua afetação e relação com a psique, em que a aposta no movimento criativo, facilitado por diferentes estímulos como a música, o ritmo, a voz, o toque, a meditação e a reflexão, possam contribuir não só para um alívio sintomático e uma maior liberdade de expressão corporal, mas também para a ampliação de sentidos e novos encaminhamentos das histórias individuais.

Sob a forma de grupos de terapia corporal ou de atenção individual, o corpo encontra outra vez lugar na vida e na história do sujeito. Passando a reconhecer o corpo como uma dimensão que guarda o passado no presente permite-se a uma aproximação para consigo mesmo e para com o outro; facilita o desenvolvimento de novas linguagens expressivas. Acolhido e cuidado, o corpo aprende outra vez a se movimentar, a ser afetado por novos elementos.

O trabalho proposto privilegia o presente na sua potência e convoca o sujeito a partir de suas possibilidades a reconhecer outras formas de inteligência que se expressam e se organizam sem, no entanto, determinar formas, provocando e favorecendo a experimentação, a descoberta e reaproximação do sujeito consigo mesmo e com o outro.

⁴⁹ Sobre o assunto ver: CARDOSO, Cristiane, CALHAU, Janne. Notas sobre o ato de comunicar-se. In: *Uma perspectiva Clínico Política na Reparação Simbólica: Clínica do Testemunho RJ*. p-p: 111 – 120. acesso em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2.pdf>

⁵⁰ O trabalho corporal mereceu um valor especial na terapêutica: sob a forma de grupos de terapia corporal ou de atenção individual, o corpo é entendido como suporte físico das marcas da dor e sofrimento e um instrumento para a transformação deste estado. Mais além de um apoio à psicoterapia, esta abordagem corporal ajuda o sujeito a integrar afeto e pensamento, uma interação necessária, tendo em vista a fragmentação psíquica comum aos atingidos por eventos traumáticos extremos.

Na ludicidade permite a descoberta de forças mais primitivas expressas na brincadeira, no jogo, facilitando uma maior descontração e leveza e, na sua prática, contempla as dualidades intrínsecas do humano e os diferentes planos que habita. No total 11 pessoas participaram deste espaço grupal e 11 pessoas foram atendidas individualmente e não quiseram/puderam se inserir no grupo.

Tempo de permanência	Nº
Mais de um ano	03
De 09 a 11 meses	02
De 3 a 5 meses	03
Até 2 meses	03
Total	11

Tabela 5

- **Grupos Especiais – demandas produzidas ao longo do trabalho:**

A possibilidade de escutar sobre a trajetória de vida de seus parceiros grupais, a partir do campo de confiabilidade que constituiu entre membros participantes, surgiram propostas que vieram a configurar novos grupos de trabalho como, por exemplo, o dos ex-presos que passaram pelo HCE, dos Filhos e Netos que buscavam um campo de interlocução mais específico.

Foram grupos constituídos na segunda metade do projeto, tendo como característica uma configuração similar, uma inserção comum entre participantes, que permitiu investigar os efeitos da violência de Estado sobre aquele segmento: Grupos de Filhos e Netos, Grupo de Militares, grupo de Mulheres, sobre os quais trataremos a seguir.

Uma demanda singular: militares cassados:

Os Militares Cassados na Clínica do Testemunho

Os militares cassados tiveram acesso às informações sobre o Projeto em reuniões ampliadas, de frequência mensal, organizadas como Fórum de Participação pela CEV-

Rio, onde entidades da sociedade civil e programas estatais e das universidades se faziam presentes em uma interlocução sobre os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do RJ.

Os militares inscreveram-se na reta final do Projeto: no segundo semestre de 2014, em setembro, e começaram a ser atendidos em outubro, meses antes do prazo limite do funcionamento do Projeto. Despertado o interesse pelo trabalho clínico nos dois primeiros grupos recebidos pelo projeto, uma nova leva de inscrições em janeiro deste ano de 2015 se fez. Foram atendidos 31 militares das Forças Armadas, originários em grande número da Aeronáutica, mas também do Exército e da Marinha, entre soldados, cabos e sargentos.

Vale destacar a especificidade e a novidade no Projeto Clínicas do Testemunho deste público alvo constituído por praças e militares de baixa patente, homens de origem popular, que foram torturados, cassados e expulsos da corporação, sem nenhum direito, após terem trabalhado por vários anos em condições adversas, alimentando um sonho de ascensão social.

Falar da desconfiança, do medo e da dificuldade de romper o silêncio sobre a tortura e demais violações produzidas pelo Estado durante a Ditadura civil militar, não seria nenhuma novidade no contexto de um projeto de reparação psicológica, ainda mais sendo concomitante a tantas ações violentas perpetradas pelo Estado nos dias de hoje. Mas este público específico do Projeto que viveu perseguições no interior da corporação à que estavam vinculados, onde falar com seus pares sobre suas inquietações ou mesmo predileções e/ou simpatias por algumas lideranças políticas, ou mesmo figuras do mundo das artes, haviam ocasionado violentas reações de oficiais mais graduados e dificultavam a tarefa da quebra do silêncio. Silêncio profundo acrescido pela marca da formação militar com sua rígida hierarquia e povoado de humilhações públicas, maus tratos e torturas a que foram submetidos.

Para os que viveram nos quartéis ameaças de morte e sob delações de seus pares soldados que trabalhavam no serviço secreto, quebrar o silêncio dos horrores experimentados, ganharem confiança dos membros do grupo, muitos desconhecidos entre eles, foi um caminho construído que levou a um volume significativo de

inscrições de militares das três forças, não só interessadas no trabalho clínico propriamente dito, mas também motivados pelo que se segue.

Desde o início da acolhida do primeiro grupo, estava clara a demanda de que ao se inscreverem no Projeto Clínicas do Testemunho pudessem ser favorecidos na mudança de sua condição de anistiandos para a de anistiados. De que este ingresso pudesse ajudá-los no processo lento e entravado pelas Forças Armadas, que impedia um parecer favorável aos seus requerimentos junto à Comissão de Anistia. Foi esclarecido que o Projeto Clínica do Testemunho não tinha nenhuma relação com a parte administrativa responsável por esta intervenção, mas bem uma oportunidade de falarem sobre o que lhes passou na caserna. Os grupos de militares aos poucos foram ganhando a confiança e desfazendo a idéia que o Projeto teria ingerência sobre a apreciação dos requerimentos e o propósito que os haviam levado a inscrever-se. Os encontros semanais do primeiro grupo de militares constituído em outubro com participantes que não se conheciam possibilitou uma convivência e uma articulação na comunicação entre eles. Com este fato, um número maior de militares se inscreveu no projeto nos meses subsequentes.

As inscrições, estimuladas pelo escritório de advocacia do Rio de Janeiro no final de ano de 2014, de militares da aeronáutica de Goiânia, fez com que o Projeto Clínicas do RJ avaliasse a impossibilidade de acolher esta demanda por falta de recursos para deslocamento e solicitou apoio da coordenação do Projeto Clínicas do Testemunho em Brasília para uma solução. A Equipe do SIG de Porto Alegre acolheu esta demanda passando a desenvolver um trabalho com estes militares, em número de 15.

Uma vez ampliado o aditivo de prazo e de valor para o Projeto, foi proporcionada a atenção de dois grupos de militares, em frequência quinzenal, e nova leva de inscrições de militares foi realizada em fevereiro. Pelo compromisso já assumido com os atendimentos em curso e tendo o SIG disponibilidade para recebê-los, derivamos o total de 17 militares das três forças para a Equipe Clínicas do Testemunho do SIG, que passou a atendê-los no RJ. Desta forma foram encaminhados para o SIG 32 militares inscritos no projeto do Rio de Janeiro. Foram atendidos mais dois grupos de militares pela Equipe do Rio, que iniciaram seu trabalho em março e abril, respectivamente.

Vale ressaltar que ao se sentirem acolhidos pela Equipe, manifestaram enorme reconhecimento sobre o valor da escuta. Muitos deles jamais haviam conversado com suas famílias sobre o que haviam passado. O interesse pelo projeto foi crescente. Foram ativos participantes nas atividades que o projeto estava desenvolvendo: colaboraram com assinaturas para uma carta para o Ministro da Justiça, manifestando-se junto aos outros inscritos no Projeto a importância da continuidade do atendimento e participaram da Audiência Pública de Filhos e Netos, organizada pelo Projeto e a CEV-Rio no início de dezembro. No início do ano, com a confirmação do Ministério da ampliação do prazo do Projeto, foram retomadas as atividades dos grupos.

Ao longo dos meses, em encontros conjuntos entre atendidos pelo projeto com a finalidade de avaliação do impacto do projeto, puderam se confrontar e enfrentar o estranhamento entre principalmente ex-presos e familiares. Afinal, marcados pela tortura, maus tratos, humilhações de seus superiores hierárquicos e pela expulsão das Forças Armadas, "jogados nas ruas", marcados pela dor do desemprego, sem direitos depois de anos de sofrimento no interior da caserna. Guardando o sentimento de terem experimentado a condição de "párias" da sociedade em seu passado recente, enfrentaram o estranhamento daqueles que se faziam reconhecer mais diretamente pelas Comissões da Verdade como "legítimos" afetados/vítimas da repressão; sua condição até então muito pouco visibilizada os colocava num lugar de suspeita aos olhos dos outros pela escolha da carreira militar.

Este desconforto e estranhamento entre grupos específicos vão sendo quebrados aos poucos, quando da aproximação nos encontros de avaliação do impacto do Projeto. E o fato de terem sido acolhidos e escutados pela Equipe, ademais de criar uma maior confiança na proposta do Projeto pelo reconhecimento de suas dores, fortalece também a perspectiva de interação com outro público.

Para além da demanda primeira que foi a expectativa entre eles de que o Projeto Clínicas do Testemunho tivesse uma influência direta em seus processos, algo se reordenou de forma a criar uma maior articulação entre os participantes e de uma demanda comum: a continuidade do projeto clínico. Foi realizado pelo Projeto Clínicas

do Testemunho do RJ com apoio da CEV-Rio na OAB/RJ e, junho de 2015, o Ato Público: Militares perseguidos e torturados e a Justiça de Transição.⁵¹

Grupo de Filhos e Netos

No caso dos familiares de segunda e terceira geração, filhos, sobrinhos, enteados e netos dos ex-perseguidos políticos, que sofreram o impacto das violências perpetradas durante a ditadura, quando ainda começavam a construir a capacidade de linguagem e não tinham idade suficiente para entender o que se passava, ou que nasceram após o fim da ditadura, mas experimentaram desde sempre os efeitos transgeracionais da violência de Estado, a tarefa de dar linguagem e tornar dizível os danos causados pela violência de Estado inicialmente se mostrou bastante problemática. Como se pode ver em KOLKER (2009), se o que caracteriza a experiência do traumático é a dificuldade de simbolizar, o que ocorre quando se herda a pura marca afetiva do terror e não se é capaz de historicizar o dano? O que fazer quando da memória do trauma persistem apenas intensos restos perceptivos, cheiros ou sons, capazes de gerar violentos estados de ansiedade e/ou dolorosas sensações corporais, mas insuficientes para o trabalho de simbolização?⁵²

Assim, embora, inicialmente, tivéssemos optado por grupos de testemunhos intergeracionais, sobretudo para facilitar a comunicação entre as diferentes gerações, pouco tempo depois formulamos uma proposta, orientada por nossa pesquisa anterior sobre os efeitos transgeracionais da violência de Estado, de que formássemos grupos voltados para a segunda e terceira geração. Tendo em vista a inscrição de 49 pessoas com este perfil⁵³ e, uma vez que existiam dois diferentes tipos de demandas entre eles, inicialmente foram oferecidos dois grupos, um com características de espaço de construção de testemunhos (com 14 participantes) e outro com demandas mais diversas

⁵¹ CARDOSO, Cristiane, VITAL BRASIL, Vera. Do Arquivo ao Testemunho. In: *Uma perspectiva Clínica Política na Reparação Simbólica: Clínica do Testemunho RJ*. P-p: 125-132 acesso: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2.pdf>

⁵² É o que nos perguntávamos desde o ano de 2006 quando iniciamos a pesquisa sobre os efeitos transgeracionais da violência de Estado acima citada.

⁵³ Embora nem todos tenham participado dos Grupos de 2ª e 3ª geração.

(com 10 participantes). Um aspecto curioso do trabalho de construção de testemunho com os pacientes deste primeiro grupo foi o método que aos poucos foi se armando: tendo em vista a dificuldade dos integrantes desse grupo de sustentarem a sua própria proposta de se constituírem enquanto coletivo, ou de garantirem uma mínima regularidade nos encontros e construírem suas próprias narrativas sobre o impacto do período repressivo em suas vidas, a cada vez que um encontro acontecia, havia sempre alguns integrantes novos na reunião. Isso fazia com que a cada vez eles precisassem se apresentar novamente para o coletivo e a cada vez eles ficassem diante da tarefa de formular o que os trazia para um grupo como aquele. Logo eles perceberam que as ressonâncias existentes entre eles os ajudavam a encontrar linguagem para formular aquilo que nunca antes pudera ganhar um sentido. De tal maneira, esse “método” ajudou-os a construir territórios existenciais que além dos impactos sobre a vida de cada um, estes grupos tiveram um desdobramento para o próprio coletivo: a partir do dia 05 de dezembro de 2014, quando foi realizada uma audiência pública sobre os efeitos transgeracionais da violência de Estado, em parceria com a Comissão de Verdade do Rio de Janeiro e com a participação de representante da Comissão de anistia, foi criado o Grupo de Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, com a proposta de autonomia em relação ao Projeto Clínicas do Testemunho e de diversas propostas políticas de intervenção social. Integrantes do segundo grupo puderam também contribuir na construção do Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, assim como outros filhos e netos do projeto puderam integrar-se posteriormente ao término dos dois grupos já referidos.

No momento há cerca de 3 dezenas de participantes regulares e outro tanto de participantes ocasionais. Além disso, já se irradiou por pelo menos dois Estados: Rio Grande do Sul e São Paulo.⁵⁴

Vale ressaltar que vários integrantes do segundo grupo, embora tenham tido oportunidade de trabalhar a recorrente sensação de estranhamento nas relações sociais e tenham sido criadas novas possibilidades de identificação e pertencimento, ainda demandam trabalho terapêutico para a desindividualização do dano, da possibilidade

54 Pouco tempo depois os dois grupos se juntaram e atualmente realizam reuniões semanais, já sem a participação do Clínica do Testemunho e com a chegada de mais 7 integrantes.

de simbolização e significação de sua experiência, o que talvez ainda dificulte laços sociais e ações políticas.

Grupo Específico do HCE

Ex-presos políticos que estiveram internados nos anos 70 no Hospital Central do Exército, integrados à modalidade de grupo que tratava da “construção de testemunhos”, reconheceram-se como pares de uma mesma trágica experiência, a de terem sido enviados pelas forças repressivas para este hospital, após sessões de tortura e em grave situação de saúde. Criou-se um Grupo Específico que reuniu os interessados em testemunhar sobre suas internações junto às Comissões da Verdade, ampliando a informação sobre os espaços institucionais articulados com a repressão política. No caso, um hospital que, ao invés de garantir a saúde e a vida, foi uma peça mortífera na engrenagem repressiva, um centro à serviço da repressão policial militar, reunida nos DOI-Codi e com tentáculos variadas em instituições prestadoras deste serviço.

Alguns destes ex-presos já haviam solicitado sem sucesso, anos antes, seus prontuários a este hospital onde estiveram internados devido a situações graves de saúde provocadas pela tortura e, alguns deles tratados para estarem “aptos” a voltarem aos centros de tortura para sofrer mais suplícios.

Foram realizados encontros⁵⁵ que possibilitaram a reconstituição do espaço físico onde estiveram internados, o nome dos profissionais de saúde implicados com a repressão e aqueles que mantiveram a ética profissional tratando-os de forma devida como profissionais de saúde, o nome de companheiros e companheiras que lá encontraram e reuniram informações sobre o que lá ocorreu de violações dos direitos humanos. Familiares destes ex-presos também foram ouvidos em um encontro específico para este fim, contribuindo com suas narrativas sobre o tratamento dados aos parentes.

Participaram em setembro de 2014 de uma diligência das Comissões da Verdade Nacional e Estadual, com a delegação do Conselho Regional de Medicina e profissionais do Projeto Clínicas do Testemunho RJ no hospital, entregaram novas

⁵⁵ Realizados 8 encontros, 6 participantes. Um encontro com 3 familiares que os visitaram no hospital.

petições de prontuários, visitaram o espaço para reconstituir com mais exatidão onde estiveram internados.

Em julho de 2015 seis sobreviventes apresentaram seus testemunhos da Verdade na CEV-Rio, em uma atividade programada conjuntamente com o Projeto Clínicas do Testemunho⁵⁶.

Mulheres: Construção de Testemunho para a CNV

O grupo de gênero da CNV veio ao Rio e uma companheira ex-presa paulista, próxima a este trabalho, entrou em contato com o Projeto Clínicas do Testemunho do RJ, anunciando que a Equipe Clínica estaria sendo procurada pela CNV. Uma informação truncada derivou num trabalho de acompanhamento de mulheres a testemunharem na CNV, ainda que não tivesse a formalização da CNV ao Projeto Clínicas do Testemunho como apoio a estes testemunhos. Uma vez consultada sobre esta demanda, a assessora responsável pelo GT de Gênero disse não ter tido autorização da CNV para a parceria formal com o Projeto Clínicas do Testemunho, mas considerando a importância do trabalho de acompanhamento de testemunhas, se dispôs a divulgar entre as mulheres contatadas para testemunhar a possibilidade deste suporte.

A Equipe Clínica realizou um total 5 grupos de construção de testemunhos.⁵⁷ Nos grupos criados para este fim, participaram algumas mulheres que estavam sendo atendidas em alguma modalidade de atenção do Projeto, outras que não haviam se inscrito e que passaram a partir desta experiência a se inscrever no Projeto, e outras que participaram apenas desta etapa sem se inscreverem e que reconheceram a importância da experiência de coletivização.

Encontrões ou Dispositivos de Avaliação do Impacto

Os “Encontrões” foram dispositivos criados no processo do desenvolvimento do Projeto Piloto do RJ como um encontro do conjunto dos pacientes em atendimento e a Equipe Clínica, para a avaliação do impacto do trabalho clínico sobre aqueles que

⁵⁶ Vide testemunhos no anexo deste Relatório Final, e do testemunho de BURSZTYN, Ana. Testemunhos da Verdade no Hospital Central do Exército, in: *Uma perspectiva Clínico Política na Reparação Simbólica: Clínica do Testemunho do RJ* p. 185-190. acesso link: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2.pdf>

⁵⁷ Realizados 5 grupos, 9 encontros, 12 mulheres. Maio de 2014.

experimentaram o atendimento e/ou testemunharam junto às Comissões da Verdade, e permitir a discussão sobre as políticas públicas de reparação, como uma contribuição dos pacientes para esta formulação.

Assim, por primeira vez, este dispositivo foi utilizado em 17 de abril, data em que o Projeto Piloto do RJ completava dois anos de seu lançamento público. Foram realizados 5 Encontros, no Espaço Educativo do Museu da República, Catete, nas seguintes datas: 17/04 ; 22/05 ; 26/06 ; 21/08 e 19/11 .

Nestas atividades em que os inscritos atendidos no Projeto se apresentavam entre si através de seus testemunhos, destacando os motivos que os levaram a buscar o atendimento clínico, puderam conhecer realidades diferenciadas, efeitos da tortura e das perseguições durante o regime totalitário nos segmentos variados de atendidos: ex-presos políticos, opositores ao regime civil militar, gerações subseqüentes afetadas, militares das Forças Armadas.

Interessante destacar que este dispositivo provocou a criação de um plano de integração entre os atendidos, facilitou o reconhecimento da dor da violência no outro portador de condições sociais diferenciadas e uma articulação entre eles nas atividades públicas que ocorreram posteriormente. Disparou, portanto, através do protagonismo de cada segmento uma quebra das fronteiras estabelecidas. O dispositivo ao tomar o testemunho em sua potência de desdobramentos retirou cada segmento de seu isolamento, dando sustentação a um plano coletivo de interlocução e de ação.

b) atendimentos individuais;

- 52 pessoas

Psicoterapia individual

Como já dito acima, consideramos o dispositivo clínico grupal uma fundamental estratégia clínica de intervenção na experiência privada da violência. No entanto, apesar de ter sido evidente para todos os usuários do projeto, os benéficos efeitos dos atendimentos em grupo, muitos deles só manifestaram o desejo de iniciar psicoterapia grupal, se também pudessem dispor de um espaço de atendimento individual. Tendo em

vista a gravidade de muitos dos casos e a delicadeza que o manejo clínico exigia, vários pacientes passaram a serem atendidos nas duas modalidades terapêuticas, ou solicitaram iniciar o processo em atendimento individual e posteriormente passar para grupo. Essa situação, somada as dificuldades de se compatibilizar horários para a formação de grupos e ao fato de que muitos dos usuários do Projeto já se conheciam de longa data, levou a um lento processo de agrupação dos pacientes - o que não se deu com os Grupos de Recepção e de Construção de Testemunhos, que estão tiveram uma ótima adesão e receptividade -, e à necessidade de disponibilizar um número de horas de atendimento individual maior do que o previsto. Assim, 52 pessoas passaram por psicoterapia individual, ao longo do Projeto.

Atendimento individual por skype

Vale mencionar cinco atendimentos realizados pela internet com o instrumento skype uma vez que os inscritos moravam fora do Rio de Janeiro, sendo dois moradores no exterior (Canadá e Chile) e três em outros estados do país (CE, ES, MG). Esta modalidade de atendimento via *Skype* foi estabelecida com a permissão da Comissão de Anistia para casos em que os inscritos no projeto do RJ residissem em localidades (estados) em que não houvesse um Núcleo do Projeto Clínicas do Testemunho e que fosse viável em termos psicoterapêuticos.

Se por um lado a tecnologia proporcionada pela internet possibilita o contato, eliminando o problema da distância geográfica entre o paciente e o terapeuta, ela também apresenta algumas dificuldades. No caso dos atendidos por esta via, foram registradas algumas ocorrências pela dificuldade de conexão da internet, frustrando a comunicação, sem, entretanto, haver sido comprometida a relação entre terapeuta e paciente. Um dos atendidos, originário de Belo Horizonte, foi atendido oito vezes e encaminhado para um terapeuta da cidade onde morava pela gravidade da doença de que era portador⁵⁸.

Atendimento psiquiátrico

⁵⁸ A este respeito ver no anexo Testemunhos: SILVA, Liliâne. Assombramentos clínicos em tempos de revolução.

Dezesseis pacientes foram encaminhados por seus terapeutas para atendimento psiquiátrico, sendo que três tiveram atendimento semanal. Os traços mais comuns entre eles era humor depressivo, desânimo, pessimismo, chegando em alguns casos à inação. Além disso, também foram recebidos pacientes com graves transtornos somáticos ou psíquicos, como psicoses, autismo, dependência química, tumor cerebral e outros tipos de câncer, diabetes, hipertensão e Doença de Parkinson.

- Sobre a complexa relação dos afetados com o Estado e repercussões na Comissão da Anistia

A reconstrução de laços que foram diretamente atingidos, e em alguns casos destruídos, entre os afetados pelo terror e violência de Estado, envolve um processo de fortalecimento e confiabilidade desta relação. No atendimento clínico verificamos manifestações, como a de abaixo, reveladoras de que este vínculo está em construção em que o vínculo com o terapeuta é “preservado”, mas mantém-se uma relação hostil no que se refere ao Estado e ao governo.

"O Governo não me ajudou. Você me ajudou! Não quero dar muito cartaz."M.

No estado atual das conquistas por memória verdade justiça e reparação, em que o reconhecimento das violações se dá apenas por algumas poucas esferas estatais, que Centros de Memória sobre o período são raros no país, a confiança dos afetados sobre este reconhecimento ainda é preliminar. Por não ter havido uma política de construção de memória mais consistente prevalecer a impunidade dos crimes de lesa humanidade, tampouco a reformulação da formação do corpo policial e militar, e outras medidas previstas no campo da Justiça de Transição, as violações se alastram nos dias atuais, comprometendo este esforço de reconstrução do tecido social que se esgarçou com o regime totalitário.

Vale lembrar a carta de desistência enviada à Comissão de Anistia, na qual foi denunciada a continuidade de um Estado repressor e violador de direitos e a sua desconfiança em participar de um projeto patrocinado por ele. Sem pretender reduzir

sua denúncia a um único entendimento, parece-nos ter sido apontado aqui o sentimento de muitos militantes e familiares sobre um projeto de reparação psicológica.

Quando, ainda no evento de lançamento do Projeto Piloto no Rio, em maio de 2013, uma das pessoas que se inscreveu, deixou claro o entendimento de que somente o Estado pode reparar as atrocidades por ele cometidas e, sendo assim, o Estado brasileiro deve assumir a responsabilidade por seus crimes, implementando políticas de reparação cada vez mais ampliadas no âmbito da Justiça de Transição.

Durante o projeto a equipe lidou com este componente de desconfiança e demandas de maior compromisso de parte do Estado. A descontinuidade dos atendimentos ao fim do projeto piloto, no hiato produzido pela burocracia estatal, entre outros possíveis atravessamentos políticos, potencializou e potencializa tal relação de desconfiança.

Especificamente em relação à CA, as críticas se pautaram na demora das apreciações dos requerimentos e vale chamar atenção para alguns efeitos de reiteração do sofrimento psíquico que pudemos observar.

"Há que se mandar uma notícia para a CA: Esperar 2, 3, 5, 6, 8 anos por uma anistia é um prolongamento da dor. Não é que com a anistia ela se finda, mas é saber que ela está prolongando. Não é só a minha, é de milhares. Não só os que estão esperando, mas daqueles que não tem nem dossiê." J. em testemunho a CEV - Rio.

IV – PARCERIAS E CONSTITUIÇÃO DE REDES:

1 . Parceria com a Comissão Estadual do Rio de Janeiro (CEV-Rio)

Na formulação inicial do projeto havia sido inserida a atividade de acompanhamento de testemunhos que quisessem dar depoimentos às Comissões da Verdade, levando em conta a possibilidade de escuta qualificada antes, durante e depois da formalização do testemunho junto ao órgão estatal. Este acompanhamento foi previsto por se entender que a recuperação da memória sobre uma experiência traumática, que tenha provocado rupturas, e tenha sido experimentada como uma situação limite como na tortura, pudesse desencadear desestabilizações no psiquismo do sujeito. O acompanhamento de profissionais foi pensado como suporte clínico necessário a esta atividade testemunhal.

Vale lembrar que a Equipe Clínica na primeira audiência pública da CNV no RJ, em maio de 2013, apresentou-se publicamente expondo a proposta de trabalho do Projeto Clínicas do Testemunho e, oferecendo a possibilidade de acompanhamento de testemunhos, dispondo-se a receber os interessados e trabalhar a dimensão do testemunho pela importância do caráter reparatório que o ato de testemunhar diante de representantes do Estado implica. Entretanto, esta proposta não teve ressonância entre os membros da CNV, ainda que alguns deles abraçassem a idéia de ter o Projeto Clínicas do Testemunho como um suporte clínico disponível.

Por sua vez, a CEV-Rio convidou a Equipe para apresentar a proposta de trabalho a seus membros. Esta iniciativa consolidou-se nos meses seguintes como uma

parceria entre CEV-Rio e o Projeto Clínicas do Testemunho do RJ, tendo sido realizado trabalho conjunto em Audiências e Conversas Públicas, além dos encaminhamentos de pessoas desejosas de testemunhar desde o Projeto Clínicas do Testemunho para a CEV-Rio e vice versa. A partir desta relação de parceria algumas pessoas foram encaminhadas para o projeto Clínicas do Testemunho para serem ouvidas antes de darem seus depoimentos à CEV-Rio, sem que estivessem inscritas no projeto. Este foi o caso de algumas pessoas de outros estados que haviam estado presas no RJ durante a ditadura e vieram para testemunhar junto a esta Comissão. Outros foram trabalhadores, como os Operários Navais, Metalúrgicos e Bancários que tiveram escuta prévia da Equipe Clínica antes de fazerem seus depoimentos⁵⁹.

Vale ressaltar o impacto que alguns testemunhos produziram nos assessores da CEV-Rio, responsáveis por receber os depoimentos de ex-presos que procuraram a CEV-Rio por primeira vez - a maioria deles tendo guardando silêncio durante tantos anos. Os testemunhos produziram nos assessores um efeito de desestabilização emocional, o que apontou para a criação de um dispositivo clínico de acompanhamento de membros e assessores da CEV-Rio. Foi criado um dispositivo de escuta para os assessores e membros da CEV-Rio, desenvolvido ao longo do primeiro ano com a frequência quinzenal. Nestes encontros estendeu-se a parceria para a construção de outras atividades conjuntas como Conversas Públicas, Audiências e Atos Públicos.

A CEV-Rio teve a iniciativa de articular seus trabalhos com as Comissões Municipais, criadas um pouco mais adiante, ajudando-as a coletar documentos e materiais. O Projeto Clínicas do Testemunho colocou-se à disposição junto a estas Comissões, na escuta de testemunhas e escuta sobre o impacto nos membros que recebiam muitas vezes por primeira vez a palavra que quebrava o silêncio sobre os horrores ocorrido há tantos anos. Participou de uma reunião conjunta com as Comissões Municipais, cujo tema foi o cuidado no recebimento dos testemunhos. Uma das Comissões Municipais procurou a Equipe para ajudá-la nesta coleta de testemunhos de forma mais qualificada.

⁵⁹ Os terapeutas acompanharam os testemunhos antes e durante as audiências e em alguns casos após as audiências: 3 Operários Navais, 5 Bancários, 2 Metalúrgicos. E uma família de 3 pessoas.

2. A constituição de uma rede local de reparação psíquica e outras articulações para a construção coletiva de propostas para uma política pública:

Vale mencionar uma vez mais o enfoque que marcou o desenvolvimento do piloto: a ênfase na construção coletiva, no protagonismo dos participantes para a construção e apoio a uma política pública. Este enfoque de participação coletiva e diversificada contando com profissionais de saúde mental, psicanalistas, usuários do projeto, ativistas de Direitos Humanos, artistas, em dispositivos ampliados como Conversas Públicas, Oficinas de Capacitação, atividades junto à CEV-Rio, permitiu uma interlocução com um conjunto de atores sociais e facilitou a articulação de forças convergentes ao propósito de construção de Memória, Verdade como componentes do processo de reparação.⁶⁰ A abertura deste processo para outras instituições por intermédio dos debates em Congressos, Seminários, Mostras, e a criação de um embrião de uma **rede local** de apoio ao Projeto, constituída por profissionais de saúde mental da rede pública de atenção, universidades e Associações Psicanalíticas e de Terapia de Família, são indicadores da irradiação lograda nestes dois anos e meio de desenvolvimento deste projeto. No que se refere à participação dos pacientes do projeto nesta difusão pode-se afirmar que muitos se tornaram ativos participantes de atividades político pedagógicas no campo da Memória, Verdade e Justiça, realizadas em colégios, universidades, atos públicos, participando no Cinencontro 50/35, do movimento OCUPA DOPS ao se perceberem afetados pelo terror de Estado e protagonistas da história do período autoritário e ao criarem coletivos, como o Grupo de Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça.⁶¹

Rede Local

⁶⁰ Foram realizadas 8 Conversas Públicas; 4 no RJ; 2 em BH; 1 em POA, 1 em Vitória, envolvendo 381 participantes e 6 Oficinas de Capacitação; 2 no RJ, 2 em POA; 2 em BH. Total capacitados 57 pessoas.

⁶¹ Ver na publicação “Uma perspectiva Clínico Política na Reparação simbólica: Clínica do Testemunho do RJ” Movimentos. P-p 209-220. Acesso em :<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2.pdf>

Visando a expansão do Projeto Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro, foi criada uma rede local de apoio ao Projeto, no dia 10 de abril de 2015, no Instituto Municipal Philippe Pinel, onde foi realizado um primeiro encontro com representantes de órgãos públicos de atenção em Saúde Mental, de educação universitária, de organizações não governamentais, de Associações Psicanalíticas e de Terapia de Família. Este encontro que teve como finalidade a construção de rede de apoio local às Clínicas do Testemunho, levantou também a importância da construção de política pública ampliada bem como da Rede Latino Americana. Com a presença da consultoria do Projeto Clínicas do Testemunho, Fabiana Rousseaux, de membros da UFF Campus Niterói, UFF Campus Volta Redonda, Escola Politécnica da FIOCRUZ, CAPS Nise da Silveira, CRP-05, Sociedade Psicanalíticas e profissionais independentes.

Após uma discussão sobre as implicações sociais e políticas do terror de Estado, da importância da articulação de programas estatais com a sociedade civil, bem como o conceito de reparação psíquica, os participantes manifestaram interesse nesta parceria e de manter diálogo através de uma lista. Sugestões de participação conjunta foram apresentadas: inscrição de atividades de difusão e discussão sobre a Clínica de Reparação Psíquica nas Semanas de Psicologia, organizadas pelos Departamentos de Psicologia, debates em Centros de Estudo de CAPS. Como desdobramento, duas atividades na Semana de Psicologia da UFF, campus Niterói, foram desenvolvidas com a apresentação do Projeto Clínica do Testemunho e a CEV-Rio, e do Grupo de Filhos e Netos.

V - CAPACITAÇÃO

Segundo Eixo do Projeto Piloto Clínicas do Testemunho.

Este eixo compreendeu atividades de “Oficinas Clínico Políticas”, “Conversas Públicas” e participação em eventos públicos à convite – Seminários, Congressos, Mostras, - sobre a importância da reparação psicológica e o Projeto Clínicas do Testemunho.

O principal instrumento metodológico de capacitação utilizado no Projeto Piloto foram as “Oficinas Clínico Política” por seu aspecto focal, dirigido mais especificamente para profissionais da área de saúde mental da rede pública de atenção e da área privada e/ou organizações não governamentais interessados na temática do Projeto Clínicas do Testemunho. Nas Oficinas foi utilizada uma metodologia participativa; inicialmente no contato com os profissionais da área estabelecido um diálogo sobre os temas de maior interesse, e disponibilização de artigos para subsidiar os temas relacionados à reparação, em especial a reparação simbólica, destacando as produções de subjetividades durante períodos totalitários e a atenção clínica aos afetados pelo terror e violência de Estado.

Para a execução da meta de capacitação profissional foi originalmente proposto um total de 8 oficinas em 04 estados para atingir o total de 55 participantes no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Entretanto, tendo em vista o fato de terem sido criadas duas Clínicas de Testemunho em São Paulo, foi acordado em Reunião Técnica realizada em Brasília, por não ser mais necessária a realização de oficinas naquele estado, que os recursos deveriam ser direcionados à atividades de sensibilização por intermédio de Conversas Públicas em outros estados. Assim, foram

realizadas 6 oficinas de capacitação de profissionais de saúde em 03 estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, descritas abaixo.

Em cada local fez-se um contato anterior com as instituições parceiras, encarregadas de mobilizar os profissionais interessados, para definir de forma conjunta a programação levando em conta o perfil de participantes, data e local e distribuição de artigos.

1) Oficinas Clínico Políticas

1- Dias 4 e 5 de outubro de 2013 - Local: Porto Alegre (RS) - Carga horária: 12hs (8 horas no dia 4/10 e 4 horas no dia 5/10) - Tema: “A força do testemunho” - Quantidade de capacitados: 13 pessoas - Profissões: psicólogos (9), historiador(1), fisioterapeuta(1) sociólogas (2).

Conteúdo: Apresentação do filme “Eu me lembro” de Luiz Fernando Lobo, subsidiado pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia/MJ, enfocando a importância do testemunho de ex-presos políticos e familiares, público alvo do projeto Clínicas do Testemunho.

1. Violência de Estado, Estado de Exceção e Crime de Lesa-humanidade;
2. Efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado;
3. A questão do dano e a reparação simbólica. Discussão de casos clínicos;
4. Políticas de memória e o valor do testemunho.

2 - Dias 6 e 7 de dezembro de 2013, Belo Horizonte (MG) - Carga horária: 12hs (8 horas no dia 6/12 e 4 horas no dia 7/12) - Tema: Violência de Estado e a força do Testemunho. Participaram 18 pessoas, psicólogos, psicanalistas, advogados, assistentes sociais rede pública (de programas de proteção do estado de MG), e profissionais da rede privada e da Associação de Amigos do Memorial da Anistia.

Observações: Apresentação do filme “Eu me lembro” de Luiz Fernando Lobo, subsidiado pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia/MJ, enfocando a importância do testemunho de ex-presos políticos e familiares, público alvo do projeto Clínicas do Testemunho.

1. Violência de Estado, Estado de Exceção e Crime de Lesa-humanidade;
2. Efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado;
3. A questão do dano e a reparação simbólica. Discussão de casos clínicos;
4. Políticas de memória e a importância do testemunho.

A oficina foi organizada conjuntamente com o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos do Estado de Minas Gerais – NAVCV-MG (programa executado pelo Centro de Defesa da Cidadania – IJUCI-MG, com apoio da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – SEDESE/SUBDH) e a Diretoria de Proteção de Direitos Humanos da SEDESE/SUBDH.

3 - Dias 25 e 26 de abril de 2014, Porto Alegre, RS, sede da Associação Sigmund Freud; carga horária: 12 horas (8 horas no dia 25/4 e 4 horas no dia 26/4). Participação de 12 pessoas, entre psicanalistas, psicólogos, socióloga, historiador.

Apresentação do filme: Mulheres em Luta, primeiro capítulo. Tema: Efeitos transgeracionais da violência de Estado. Pretendeu-se uma articulação entre o material do documentário Os 15 filhos, apresentado no dia anterior na Conversa Pública no Arquivo Público, com o testemunho de filhos neste filme apresentado de forma exclusiva, para destacar e discutir os efeitos subjetivos nas relações familiares no contexto da repressão política. Discussão sobre o trabalho e acompanhamento de testemunhas nas Comissões da Verdade. E apresentação de casos clínicos, ilustrando a problemática da atenção a afetados pela violência de Estado.

4- Dias 23 e 24 de maio de 2014, Belo Horizonte, MG, na sede do Instituto de Direitos Humanos; carga horária: 12hs (8 horas no dia 23/5 e 4 horas no dia 24/5) - Tema: Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado. Participação de 12 pessoas, dentre psicólogos, advogados, assistentes sociais, psicanalistas.

A oficina foi organizada conjuntamente com o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos do Estado de Minas Gerais – NAVCV-MG.

Apresentação de um documentário: Verdade 12.528, de Paula Sachetta e Pau Robles. Expectativas sobre o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Desenvolvida a temática do dano: os efeitos da violência sobre os familiares e afetados pela tortura. O trabalho corporal e sua importância clínica. O trabalho de acompanhamento de testemunhas nas Comissões da Verdade. Discussão de casos clínicos.

5- Dias 6 e 7 de junho de 2014, Rua Joaquim Silva, Lapa, Rio de Janeiro; carga horária 12 horas (8 horas no dia 6 e 4 horas no dia 7). Primeira Oficina Clínico Política no RJ. Tema: Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado, atravessado pelos sub-temas: violência de Estado, Estado de exceção, crimes de lesa-humanidade; efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado; a questão do dano e a reparação simbólica, políticas de Memória e o valor do Testemunho na construção da Memória. O corpo do testemunho. Discussão de casos clínicos. Participação de 19 pessoas, sendo 11 da rede pública municipal (NASF– Núcleo de Atenção à Saúde da Família) e 8 de profissionais de variadas inserções sendo psicólogos, psicanalistas, nutricionistas, enfermeiros, assistentes sociais, professores universitários, médicos. Participou um profissional do Projeto Clínicas do Testemunho de PE.

A oficina contou com apoio da Escola de Saúde Mental, ESAM.

Apresentação de um documentário: Verdade 12.528, de Paula Sachetta e Pau Robles sobre as expectativas do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, como disparador do tema da reparação psicológica aos crimes cometidos por agentes de Estado.

6- Dias 26 e 27 de setembro de 2014, Rua Joaquim Silva, Lapa, Rio de Janeiro; carga horária 12 horas (8 horas no dia 26 e 4 horas no dia 27). Segunda Oficina Clínico Política no Rio de Janeiro. Tema: Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado; sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado; a questão do dano e a reparação simbólica, políticas de Memória e o valor do Testemunho na construção da Memória. O corpo do testemunho. Ênfase na discussão de casos clínicos; apresentação dos participantes: Participação de 14 pessoas, sendo 6 da rede pública municipal (NASF– Núcleo de Atenção à Saúde da Família e CAPS) e 8 de profissionais

de variadas inserções sendo psicólogos, psicanalistas, nutricionistas, assistentes sociais, professores universitários, médicos. Participaram dois profissionais do Projeto Clínicas do Testemunho de PE.

A oficina contou com apoio da Escola de Saúde Mental, ESAM.

A metodologia: foram utilizados recursos de movimentação corporal para a discussão sobre a valorização da relação entre corpo afetado e psicoterapia. Textos sobre o tema, sobre abordagens psicoterápicas, sobre efeitos de reparação psicológica. Episódio do Filme: Mulheres em Luta. Montagem da cena clínica baseada em técnica do Teatro do Oprimido.

Avaliação da Oficina.

Total de OFICINAS: 6

Total de horas trabalhadas nas 6 oficinas: 72 horas

Total de participantes capacitados em Porto Alegre: 17

Total de participantes capacitados em Belo Horizonte: 20

Total de participantes capacitados no Rio de Janeiro: 20

TOTAL GERAL: profissionais capacitados em oficinas: 57 pessoas

Metodologia de capacitação para profissionais

A Equipe do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro apresentou em seu projeto original no eixo de Capacitação profissional os seguintes componentes:

- Capacitação de 55 profissionais de saúde para a atenção psicológica a afetados pela violência de Estado (15 nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e 10 no Rio de Janeiro). Serão realizadas 12 oficinas de 12 horas, cada uma coordenada por 2 terapeutas.
- Para os capacitados no Rio de Janeiro será facilitada a participação como ouvinte em atendimentos grupais e em supervisão mensais.
- Também estão previstos 2 encontros clínicos com a equipe de São Paulo dos Projetos Terapêuticos, com o objetivo de garantir o intercâmbio de experiências e de metodologias.

- Criação de 2 Bancos de dados, com o objetivo de disponibilizar à Comissão de Anistia a relação de anistiados atendidos e profissionais capacitados, bem como de fornecer subsídios para a formulação futura de diretrizes para a atenção psicológica de afetados pela violência de Estado;
- Construção de instrumento para a avaliação das capacitações, com o objetivo de avaliar a metodologia utilizada e efetuar a análise crítica dos demais aspectos envolvidos, como o critério de seleção dos capacitados, o material didático, etc.

Capacitação Profissional:

- Oficinas de capacitação em 4 estados.
- Participação em supervisões (apenas para os capacitados no RJ).
- Encontros com a equipe de São Paulo, para intercâmbio de experiências e metodologias.

Reformulações:

Como uma experiência piloto, pioneira neste campo de atenção e formação e, portanto, aberta para ajustes em sua proposta inicial, após oito meses de funcionamento da Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro verificou-se a necessidade de reformular certos itens do projeto. Levando-se em conta o cenário dos primeiros meses de implantação do Projeto, dentre eles a qualificação pela Comissão de Anistia de dois Projetos em São Paulo que passaram a compor a rede Clínicas do Testemunho, foi proposto ajuste no eixo da atenção, explicitados no relatório final, e no da capacitação.

Em reunião da Rede Clínicas do Testemunho, no dia 14 de junho de 2013, ao ser apresentada uma avaliação preliminar do andamento do Projeto, do perfil da demanda, foram definidas algumas estratégias de difusão do Projeto Clínicas do Testemunho, como a ampliação das Conversas Públicas em outros estados do país, levando em conta a importante repercussão daquelas, até então, realizadas nas cidades em que foram implantados os Projetos de reparação psicológica. Para tal inclusão na proposta do Projeto, foi necessário reformular algumas atividades previstas originalmente para a capacitação profissional, de maneira a destinar esforços e recursos para os ajustes considerados mais necessários. Assim, foi suprimida a oficina de capacitação do estado

de São Paulo, já contemplada nos projetos das duas Clínicas de Testemunho de São Paulo e redistribuídas as 15 vagas destinadas originalmente para a capacitação no estado de São Paulo entre os 03 outros estados, e compactada a carga horária destinada às demais oficinas. Reformulada também a proposta de inclusão dos capacitados no Rio de Janeiro nas atividades clínicas e reuniões de supervisão e substituída a realização do banco de dados de capacitados por uma avaliação metodológica das oficinas, sem prejuízo do levantamento de dados dos participantes.

A Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro se encarregou de ampliar as atividades de sensibilização por intermédio do dispositivo das Conversas Públicas na cidade do Rio de Janeiro e nos estados do Espírito Santo, Vitória, e em Minas Gerais, Belo Horizonte. Sendo assim, as atividades relacionadas à capacitação foram reprogramadas de maneira a realizar as oficinas de capacitação para profissionais de saúde em apenas 03 estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), redistribuindo as 15 vagas de São Paulo entre os outros estados e compactando os módulos de maneira a fazê-los caber em apenas 02 oficinas em cada estado e não nas 03 originariamente previstas.

Ainda, considerando que para a geração de insumos de referência para o aproveitamento profissional múltiplo em futuras experiências seria mais proveitoso realizar uma narrativa do desenvolvimento das oficinas clínico-políticas do que propriamente criar um banco de dados dos participantes, decidiu-se por realizar uma reformulação da proposta original de banco de dados sobre os profissionais capacitados, destinando o orçamento deste item para uma análise qualitativa da experiência. Também foi decidido que na narrativa sobre cada atividade de oficinas de capacitação seriam levados em conta os dados dos participantes (identidade, inserção profissional, CPF), bem como os temas desenvolvidos, a metodologia e a avaliação dos participantes sobre o conjunto das atividades do evento.

A metodologia aplicada nas oficinas de capacitação profissional com duração de 12 horas em cada módulo oferece um foco mais direcionado sobre aspectos do trabalho clínico, compartilhamento de abordagens, de referências teóricas entre os participantes, estudos e casos clínicos. Foram previstas e realizadas duas oficinas em cada estado, em datas distanciadas a fim de criar condições de avaliação dos efeitos produzidos pela

primeira nos profissionais que foram convocados e se comprometeram em participar das duas etapas.

Vale considerar que, do ponto de vista mais amplo da formação, o aspecto da sensibilização promovido pelas Conversas Públicas, além da apresentação da proposta do projeto tem a possibilidade de problematizar publicamente aspectos do trabalho; mobiliza testemunhos dos participantes, dá visibilidade e acesso a temática da reparação simbólica. Ademais, neste plano de formação, inclui-se o fato de que a Equipe Clínica participou de variados eventos como Congressos, Seminários Nacionais e Internacionais, Mostras, Semanas de Psicologia, debates em rádios e TV, gravações em vídeo, apresentando a experiência desenvolvida.

Tampouco há que se desconsiderar o fato da criação da **rede local** de apoio ao Projeto Clínicas do Testemunho que, constituída por profissionais da rede pública de atenção à saúde mental e de atenção primária, de Sociedades Psicanalíticas e de Terapia Familiar, de Universidades, se propôs criar dispositivos para o intercâmbio desta experiência de atenção no campo da atividade clínica e de formação. Derivadas do primeiro encontro desta rede foram realizadas duas mesas redondas na Semana de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, e difundidas as experiências desenvolvidas pelo Projeto Clínica do Testemunho RJ na parceria com a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro para o acompanhamento de testemunhas, e sobre os Efeitos Transgeracionais da violência de Estado com a participação do Grupo de Filhos e Netos.

Quanto às oficinas de capacitação, a Clínica do Testemunho do RJ realizou:

Total de OFICINAS: 6

Total de horas trabalhadas nas 6 oficinas: 72 horas

Total de participantes capacitados em Porto Alegre: 17

Total de participantes capacitados em Belo Horizonte: 20

Total de participantes capacitados no Rio de Janeiro: 20

TOTAL GERAL: profissionais capacitados em oficinas: 57 pessoas

Ou seja, o número inicialmente previsto de profissionais capacitados foi 55 e o resultado total de capacitados foi de 57 profissionais.

Desenvolvimento das Oficinas

A metodologia aplicada nas oficinas também intituladas “oficina clínico política” foi construída pela Equipe Clínico Política no período em que esteve vinculada a um movimento de Direitos Humanos, através de uma pesquisa sobre como os profissionais de saúde mental estavam trabalhando o fenômeno da violência em geral e a violência estatal, realizada em parceria com o Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2002. A experiência desta investigação consolidou uma metodologia e sua aplicação se fez no Rio de Janeiro e em vários estados do país nos anos que se seguiram, muitas delas associadas aos Conselhos de Psicologia e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

Esta metodologia de oficina se adapta ao no Projeto Clínicas do Testemunho como uma contribuição na formação de profissionais para a atenção clínica de afetados no campo da reparação psíquica e no acompanhamento de testemunhas. O enfoque é de estímulo à participação, tendo em vista a troca de experiências entre profissionais sobre a atividade clínica, as abordagens, estratégias, levando em conta as produções de subjetividade dos afetados pela violência de Estado e os recursos disponíveis de suporte ao testemunho. Para subsidiar a experiência são utilizados na sensibilização dos participantes filmes documentários e artigos são previamente enviados aos participantes. O trabalho de sensibilização corporal através de dinâmicas apropriadas de movimentação, dramatizações de cenas emblemáticas trazidas nos casos clínicos apresentados possibilitam um contato com dimensões muitas vezes esquecidas pela rotina dos afazeres e pelas dificuldades que se apresentam no campo dos direitos humanos, o que contribui para discussões teóricas e de busca de estratégias clínicas mais adequadas. A escolha da duração de 12 horas, sendo oito (8) em um dia e quatro (4) no dia seguinte, permite uma concentração de esforços para criar um plano de integração e confiabilidade entre os participantes que facilite a discussão de casos clínicos e a otimização da experiência de capacitação.

Assim, foram realizadas seis (06) oficinas de capacitação de profissionais de saúde e direitos humanos em três (03) estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sendo em cada local duas oficinas de 12 horas em períodos diferentes, meses distanciados um do outro, visando a avaliação do impacto da primeira

experiência sobre a prática dos profissionais que participaram anteriormente como um dos aspectos a serem avaliados durante a segunda etapa.

Outro aspecto a destacar é sobre a formação e origem de profissionais a serem atingidos. Foram incluídos na capacitação profissionais da rede pública de atenção à saúde mental, profissionais vinculados a programas de proteção e profissionais ligados a associações e entidades não governamentais, entendendo serem estes atores sociais, uma vez capacitados, aqueles que poderão responder à expansão do Projeto Clínicas do Testemunho.

Em cada local foi estabelecido um contato preliminar com as instituições parceiras, encarregadas de mobilizar os profissionais interessados e para definir de forma conjunta a programação, considerando o perfil de participantes, data e local e distribuição de artigos que mais se adequassem à proposta preliminar. Destaca-se, então, neste contato com os profissionais responsáveis por esta parceria, o diálogo sobre os temas de maior interesse para disponibilizar artigos e materiais com o objetivo de subsidiar os temas relacionados à reparação, em especial a reparação simbólica, destacando as produções de subjetividades durante períodos totalitários em destaque a atenção clínica aos afetados pelo terror e violência de Estado.

Será apresentado aqui um relato detalhado de duas oficinas em Belo Horizonte e relatos resumidos das oficinas em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Em duas cidades, a de Belo Horizonte e a do Rio de Janeiro, ao introduzir a discussão sobre a afecção no corpo do torturado garantiu-se a participação da terapeuta corporal para a experimentação de dinâmicas que evidenciavam a importância de atenção e valorização desta dimensão do trabalho clínico. O corpo é portador das marcas das afecções vividas na situação de tortura e é uma das dimensões a serem ilustradas neste trabalho clínico. Recuperando o que tem sido afirmado, a dimensão corporal merece, portanto, um valor especial nesta terapêutica: sob a forma de grupos de terapia corporal ou de atenção individual, o corpo é entendido como suporte físico das marcas da dor e sofrimento e um instrumento para a transformação deste estado. Mais além de um apoio à psicoterapia, esta abordagem corporal ajuda o sujeito a integrar afeto e pensamento, uma interação necessária, tendo em vista a fragmentação psíquica comum aos atingidos por eventos traumáticos extremos.

Oficinas em Belo Horizonte

Primeira “Oficina Clínico Política” do Projeto Clínica do Testemunho do RJ do Instituto Projetos Terapêuticos em Belo Horizonte

Foi realizada em parceria com o NAVCV – Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, Programa executado pelo Centro de Defesa da Cidadania – IJUCI-MG, com apoio da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – SEDESE/SUBDH e da Diretoria de Proteção de Direitos Humanos da SEDESE/SUBDH.

Local: UNA – Centro Universitário – Rua Goitacás 1159, Barro Preto.

Tema: Violência de Estado e a força do Testemunho.

Temas correlatos que atravessaram a discussão:

- Violência de Estado, Estado de Exceção e Crimes de Lesa-humanidade;
- Efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado.
- A questão do dano e a reparação simbólica. Discussão de casos clínicos.
- Políticas de memória e a importância do testemunho.

Participaram 18 pessoas, dentre eles psicólogos, psicanalistas, advogados, assistentes sociais da rede pública de Programas de Proteção do estado de MG (PROVITA, PPCAAM, FMDH, CEDECA) CRP e profissionais da rede privada e da Associação de Amigos do Memorial da Anistia.

Conforme convite e materiais de divulgação a I Etapa da Oficina Clínico-Política iniciou-se no dia 06 de dezembro de 2013, às 09h da manhã.

As coordenadoras da oficina (V e M) e os participantes se apresentaram de forma breve apontando a sua inserção profissional e o interesse pelo tema da oficina. Em seguida, foi exibido um documentário “Eu me Lembro” de Fernando Lobo, filme subsidiado pela Comissão de Anistia, que apresenta as Caravanas da Anistia e testemunhos de pessoas que sofreram violências cometidas por agentes do Estado

durante a ditadura civil militar, para sensibilizar os participantes em relação ao tema e ao processo de reparação em curso no país.

Após esta exibição foi solicitado aos participantes que relatassem o que lhe havia tocado no filme. Dentre as manifestações dos participantes: *“chamou-me a atenção a fala de uma das pessoas: ‘É isso que sara a gente. É a solidariedade’, referindo-se à possibilidade de compartilhamento das experiências de sofrimento com outros e os laços de solidariedade que daí se criam. Isso me lembra a razão pela qual o NAVCV-MG decidiu trabalhar com atendimentos em grupo.”*

Após a discussão sobre o vídeo, M. propôs uma mobilização corporal com todos os participantes, de forma ajudar na interação, desinibir, sugerindo a movimentação de formas pouco habituais, “estranhas”, diferentes daquelas com as quais estamos acostumados, para que facilitar a percepção do corpo de cada um, o dos presentes na oficina e o ambiente ao redor. Após esta dinâmica corporal, se fez abertura de um diálogo para as impressões sobre a experiência e afetações corporais desencadeadas por ela.

Em seguida, V. contextualizou o projeto Clínicas do Testemunho e o do RJ trazendo os antecedentes desta experiência clínica anteriormente vinculada por vinte anos à um organismo da sociedade civil, e agora inserida numa rede de Clínicas em três cidades do país, em trabalho experimental e desenvolvida em convênio com um órgão do Estado brasileiro, a CA/MJ, como uma das dimensões do processo de reparação. Foi apresentado um breve histórico do processo de reparação implementado pela CA/MJ.

V. então propôs que cada participante falasse sobre suas expectativas em relação ao encontro e trabalho na oficina. Os presentes disseram desejar conhecer o trabalho das Clínicas do Testemunho, sua metodologia, para que pudessem implementá-las em seu dia-a-dia; alguns desejavam concorrer a um futuro edital para execução da Clínica do Testemunho em Minas Gerais. Nessa discussão, um participante, ativista de direitos humanos, comentou que estavam vivendo ainda na ditadura, em razão de perseguições, violências e censura perpetradas pelo Estado e seus agentes aos setores mais empobrecidos, e que seria importante ampliar este trabalho para os setores hoje atingidos, ele mesmo um dos atingidos pela tortura em tempos atuais.

Abriu-se uma discussão sobre as diferenças dos momentos históricos, o que marcou o período totalitário no Brasil e na América Latina e os efeitos que hoje ainda perduram no que diz respeito à violência de Estado, destacando as práticas de tortura em estabelecimentos fechados e nas ruas. Se discute assim o conceito de tortura, como se deu a incorporação na legislação brasileira e como se mantém esta prática indesejável de foram sistematizada e generalizada por agentes estatais. Como assunto correlato foi apresentada a noção de Justiça de Transição como medidas adotadas para a reordenação político-social e jurídica das sociedades que sofreram o impactos das guerras e de regimes totalitários.

Com um intervalo de almoço entre 12hs às 13hs, logo no início da tarde, M. desenvolveu uma dinâmica corporal com o tema “viver no corpo a experiência de estar junto” e V. relacionou a experiência e o tema para dar início a discussão sobre a experiência da coletivização de demandas como contribuição para a quebra de barreiras. Os participantes mostraram interesse pela construção de redes de instituições e entidades para o enfrentamento da violência – dada a dificuldade que estavam encontrando na atuação de forma isolada - e do desejo de criar uma rede para o caso da violência estatal.

V. perguntou sobre os atendimentos que estavam fazendo e sugeriu que falassem sobre os que tenham gerado “estranheza”, incômodos e questionamentos. É apresentado um caso clínico atendido pela equipe do NAVCV Central de uma pessoa que esteve presa por cerca de 18 anos, período em que foi muito torturado, condenado injustamente: não havia cometido o crime de que era acusado e hoje estava solto, usando tornozeleira eletrônica, buscando seus direitos e freqüentando os serviços do NAVCV. O caso revela a realidade prisional e a ausência de escuta, ou sua limitação nas instancias judiciais, da ausência de reconhecimento. Em função desta experiência, dado seu histórico e a condição de prisão condicional, o cliente porta o sentimento de desconfiança em relação aos terapeutas ao chegar ao serviço. Segundo o relato, o paciente remete-se sempre a lembranças de sua vida anterior à prisão, interpretado como forma de evitar o contato com o presente. Por que a dificuldade de aproximar-se de seu presente, agora fora das grades?

A coordenação da oficina lembra que havia a possibilidade de que referir-se ao passado de tempos anteriores à prisão, o paciente talvez buscasse re-apropriar-se de sua vida, de si mesmo como sujeito e numa construção de memória do passado anterior à injustiça sofrida, repetindo as lembranças do passado na tentativa de escapar do assujeitamento vivido nas prisões e torturas. E que num momento de passagem poderia recuperar as marcas da injustiça do vivido nos seus 18 anos de prisão. Foi então discutido como a violência permanece no corpo do que é afetado por ela, condiciona o corpo e a memória.

G, um jovem participante, mobilizado pela temática da prisão e tortura, deu seu testemunho sobre a tortura sofrida no período em que esteve na prisão e, mesmo depois de ter sido solto, quando abordado por um policial que lhe quebrou a perna. G. disse que aceitaria o perdão daquele que o torturou, que gostaria de recebê-lo, desde que reconhecesse e se responsabilizasse pelo crime cometido. Seria esta uma demanda dos afetados pela violência nos tempos da ditadura, em que o silêncio do Estado predominou por tantos anos?

Após o testemunho de G., discorreu-se sobre os crimes de Estado que só podem ser reparados pelo próprio Estado, que não há justiça sem memória da injustiça, que é necessário uma justiça que reconheça a diversidade, que possibilite todas as formas de vida. Sobre a potência do corpo, como levar em conta no atendimento as dimensões que se revelam no corpo; que as narrativas sobre o acontecimento muitas vezes não dão conta; que as expressões corporais são muitas vezes reveladoras desta linguagem da dor e sofrimento.

Retomou-se o assunto da coletivização de experiências por meio de grupos, destacando a coletivização como um instrumento de fortalecimento para o enfrentamento da violência. No caso das vítimas de violência estatal, a reparação passa pelo reconhecimento do Estado, que deve criar suportes e instrumentos para escutar dos testemunhos o que ocorreu e promover políticas públicas de reparação psicológica. Que não basta a reparação econômica, que prevaleceu durante anos como uma única forma de reparação do Estado brasileiro.

Foi ressaltado que em algumas testemunhas de violência estatal, casos atendidos no NAVCV, tem havido a ameaça de represálias de agentes públicos responsáveis pelas

violações, o que tem angustiado os usuários e os técnicos pela situação de impotência a que se vêm submetidos. Reitera-se a importância da criação de uma rede constituída por entidades da sociedade civil e por instancias estatais, Ministério Público para que possa fazer frente a estas ameaças. Uma rede como forma de proteção e de mobilização.

Referindo-se ao trabalho do Projeto Clínicas do Testemunho-RJ, V. apresenta as diversas modalidades de atenção propostas, lembrando que os inscritos neste projeto, à diferença do que acontecia no projeto anterior de atenção aos afetados subsidiado por entidades internacionais e abrigado por um movimento de direitos humanos, chegam aos grupos de recepção e acolhimento trazendo desde o primeiro encontro o que lhes aconteceu: suas lutas de resistência, as perseguições, sua prisão. Os que podem e desejam falar devem ter um suporte de escuta. Entretanto, nem todos têm condições de falar, mas podem se expressar em outras formas de linguagem.

V. reiterou a importância de falar da dor; quando falamos sobre ela, temos a possibilidade de destiná-la a outro lugar, dar-lhe um outro sentido. O grande desafio é acolher a demanda da forma que ela chega. O torturado tem relação ambígua com a memória: ao mesmo tempo em que ela lhe causa dor, e que muitas vezes tenta evitá-la, esta memória lhe abre a possibilidade de re-significação de uma experiência traumática.

A atividade da oficina foi finalizada com a intenção de abordar mais as demandas de articulação de rede no dia seguinte e de discutir casos que os participantes quisessem apresentar.

No dia **07 de dezembro de 2013**, às 09hs, M. inicia o encontro com atividade corporal que envolveu o tema anteriormente apresentado, do tensionamento e da articulação de rede; sobre a visão de dentro, de centro, ou de fora de um determinado tema.

Em seguida, J. oferece seu testemunho sobre a violência sofrida durante a ditadura. Deslanchou-se uma discussão sobre o tema do testemunho, sua origem, sua importância e valorização na América Latina como forma de acesso aos que aconteceu durante os regimes autoritários. Sobre as medidas da Justiça de Transição, como países latino-americanos estão adotando algumas medidas e o que há em nosso país sendo implementado neste campo. Logo após, uma discussão teórica sobre governos autoritários e violentos, e sobre os movimentos de direitos humanos.

F. ressalta a dificuldade de ter acesso àqueles que não estão integrados e não conhecem a importância dos direitos humanos, destacando que as pessoas que estão fora dos movimentos geralmente consideram aqueles que abraçam estas lutas como “pessoas chatas”. B. ressalta que, se é assim, devemos nos aproximar desse público, modificar nossa fala, nosso discurso.

Chegando ao fim da Oficina, V. e M. solicitam que cada participante desse a sua avaliação do encontro. A grande maioria dos participantes o avaliou de forma positiva, sem, no entanto, dizer concretamente sobre os pontos positivos. F., D. e B. disseram que gostariam de ter conhecido mais sobre o trabalho do Projeto Clínicas do Testemunho-RJ, sobre sua metodologia de trabalho. B ressalta que o trabalho realizado no NAVCV-MG já aparenta ser bem similar ao realizado pelo “Clínicas”, pela importância dada à grupalização.

V. disse que nessa primeira etapa foi importante trabalhar a demanda de organização em rede entre os participantes, uma vez expostos nos relatos as dificuldades atribuídas ao isolamento. Que na próxima etapa abordará mais a metodologia do Projeto Clínica do Testemunho RJ.

Foi proposto por participantes a organização em rede e um Seminário ou Conversa Pública que possam congregar mais participantes para discussão sobre o tema da violência de Estado.

2ª Oficina em Belo Horizonte.

A oficina foi organizada conjuntamente com o **Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos do Estado de Minas Gerais – NAVCV-MG.**

Local: Instituto de Direitos Humanos

Rua Cristal, 89, Bairro Sta.Tereza, Belo Horizonte, MG

Participantes: 12 pessoas, dentre psicólogos, advogados, assistentes sociais, psicanalistas.

Cinco meses após a realização da primeira etapa, no dia **23/05/2014**, na sede do Instituto de Direitos Humanos, foi retomado o trabalho da Oficina Clínico Política pelas duas coordenadoras e com a participação da maioria dos membros presentes na oficina do ano anterior.

Tema central foi “Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado” E foram temas correlatos que atravessaram o encontro:

- Os danos psíquicos: os efeitos da violência sobre os familiares e afetados pela tortura.
- O trabalho corporal e sua importância clínica.
- O trabalho de acompanhamento de testemunhas nas Comissões da Verdade.
- Discussão de casos clínicos.

Participação de 12 pessoas, dentre psicólogos, advogados, assistentes sociais, psicanalistas.

Dia 23 maio de 2014, sexta feira

Iniciou-se o trabalho da Oficina com uma dinâmica corporal coordenada por M. em que os participantes experimentaram a possibilidade de mover e perceber o corpo de formas não rotineiras. Destacou-se nesta dinâmica o movimento em “rede”.

Em seguida foi apresentado documentário “Verdade 12.528”, realizado por “João e Maria. Doc”, dirigido pela jornalista Paula Sachetta e pelo fotógrafo Peu Robles. O filme traz o testemunho de familiares de mortos e desaparecidos políticos e de ex-presos opositores ao regime militar, regime que perdurou por 21 anos. O documentário investiga junto à este público as expectativas quanto aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada pelo decreto 12.528, nome do documentário. Através de testemunhos de diversos afetados pela violência, como os camponeses, militantes opositores ao regime, familiares de desaparecidos são expostas as dificuldades para lidar com as lembranças daqueles tempos de repressão, com as marcas da tortura e com o desaparecimento de pessoas queridas.

As coordenadoras apontam várias razões de terem escolhido esse filme, dentre eles os testemunhos frente os trabalhos da CNV, bem como o fato de ter sido realizado de forma independente e coletiva, sem arrecadação de recursos públicos. Que esta iniciativa dos movimentos sociais que apoiaram este empreendimento é indicativa da possibilidade de mobilizar recursos para ações coletivas e que estaria em consonância com os propósitos da construção da Rede de Enfrentamento contra a violência Estatal,

criada a partir do trabalho da primeira Oficina (REVE). Perguntam sobre o que impactou ou que lhes havia chamado a atenção no documentário.

J.iniciou dizendo que se sentiu especialmente impactado pelos depoimentos de Eliana Paiva e dos camponeses, e chamou a atenção sobre a ausência de discussão sobre os trabalhos da CNV no dia a dia das relações sociais.

M. concorda quanto a falta de divulgação dos fatos e violações ocorridas durante a ditadura e chamou a atenção dos testemunhos das famílias que tiveram um papel fundamental na mobilização destas denúncias. Sentiu-se especialmente afetada pela fala de Vera Paiva quanto ao receio de reconhecer a morte do pai sem ter provas, como se tivessem contribuindo para a efetivação desta morte. Que a ausência de respostas onera profundamente as famílias.

T.comentou sobre a sua percepção de que é preciso que as pessoas se sintam afetadas para que se mobilizem em prol de um projeto. F. destaca que o documentário deixa transparecer que determinados perfis de pessoas produzem mais sentimentos de solidariedade, como nas falas de camponeses que dizem que os paulistas guerrilheiros do Araguaia eram “bonitos”, “sabidos”, e dos quais sentiam muita pena. Tal sentimento não se vê hoje quanto aos afetados pela violência de Estado nos dias atuais.

B. reafirmou o comentário de F. e chama a atenção do contraste entre as cenas do documentário em que aparecem pessoas de classe média num local aparentemente luxuoso e os camponeses sentados em cadeiras simples em locais rústicos. O documentário deixa transparecer que há determinadas formas, perfis de rostos que são mais humanizados e pelos quais se pode/deve solidarizar/mobilizar, de acordo com a classe social.

V. recuperou informações sobre o surgimento do movimento dos familiares de desaparecidos, que se organizaram de forma autônoma, em busca da localização de seus parentes, o silêncio do Estado e a busca incessante para dar visibilidade a esta situação inaceitável. Chama a atenção para as dificuldades que estavam sendo apresentadas pelos participantes para que a sociedade se mobilize pelos crimes cometidos agora. Mas que o movimento pela Memória Verdade e Justiça cresce e as atividades da CNV têm contribuído para este crescimento do debate sobre o período, assim como os 50 anos do golpe que se comemorava no ano.

Sobre os arquivos e testemunhos, lançou a pergunta: o que se pode esperar de um torturador? Que ele fale? Pode-se acreditar em sua palavra? Proceder ao luto a partir da palavra do torturador seria complicado. Seria esta palavra merecedora de confiança? Os familiares vivem constantes situações de embaraço em razão da ambivalência de sentimentos e das situações geradas pelo desaparecimento.

Abriu-se a discussão para o tema dos crimes de lesa humanidade e o histórico da figura do testemunho, valorizada no pós-guerra quando sobreviventes começam a falar sobre o que lhes havia acontecido. Valor como memória do que ocorreu, em que predominava a incredulidade sobre os acontecimentos frente a ausência de provas documentais, destruídas pelo nazismo. A importância do testemunho como reconstituição dos acontecimentos e como modo de recobrar a humanidade perdida, como de ser escutado. É preciso falar sobre os crimes e é preciso que haja escuta.

L. levanta questionamentos sobre o luto dos familiares de desaparecidos. E abre-se uma discussão sobre o tema. Haveria possibilidade de proceder ao luto? Será que o luto de alguns familiares pode ser processado através da luta que travam para o esclarecimento das circunstâncias de desaparecimento, morte e autoria? Não seria uma maneira de fazer o luto? Há que considerar cada situação e cada caso. A construção da memória coletiva sobre o período pode ser importante para a elaboração da perda e processar o luto.

O debate se reorienta para o tema do público e privado, levando em conta a desprivatização do dano e a coletivização da memória.

Feito o intervalo de almoço, os trabalhos iniciam com a apresentação de casos clínicos em que o apresentado na primeira oficina reaparece, sendo exposto pelo terapeuta e coordenador da equipe do NAVCV. Por tratar-se de um caso de uma prisão por crime não cometido, de demanda de anulação das condenações e de uma reiteração permanente de “volta ao passado”, a equipe solicita a todos uma reflexão de como lidar com o paciente.

Como o Estado poderia reparar este senhor das torturas e prisão por um longo período de 18 anos? O reconhecimento do erro do Estado poderá reparar simbolicamente o sujeito que busca por justiça. Outras situações são apresentadas

relacionando-as com o processo de reparação, como a de egressos do sistema penitenciário que já carregam estigmas sociais.

Lembrando que a tortura é uma prática de dominação e produz efeitos devastadores na subjetividade, a tortura faz calar, retira a dignidade do sujeito que a sofre. Por isso, reiterando a palavra de um dos participantes que destacava a importância da fala como um efeito produtivo no processo de humanização nestas situações de violência, a palavra diante da autoridade poderá promover a recuperação da dignidade ferida. Podemos inferir que a superação do estigma social se dá pela possibilidade de que outros olhares sejam lançados sobre a pessoa que é portadora deste estigma. No caso dos que portam a tornozeleira eletrônica, fazendo parte, integrando parte de seu corpo, a situação é mais complexa. A marca está exposta. O tema de portar marcas inscritas no corpo muitas vezes limitam as possibilidades de trabalho declara L, que atende adolescentes que não se vêem como vítimas.

Associado ao tema J, relata caso clínico de mulher filha de pessoas torturadas na ditadura que atualmente sofre de violência doméstica cometida pelo marido e os participantes pontuam sobre a importância da construção de outras possibilidades de relação como a de examinar o que do passado se desdobra no presente e nesta escolha de relação amorosa. Poderia ser um dos efeitos transgeracionais da violência de Estado e um membro desta família.

Foram apresentadas experiências de atendimento em grupos que lidam com o tema da violência sexual e do luto de familiares de vítimas de crimes violentos. Nesta etapa foi apresentada a metodologia de trabalho em grupos desenvolvidos nas atividades do NAVCV, como Rodas de Conversa e do Grupo Amor e Perda.

Caracterizando a fala nos grupos como a possibilidade de ligação entre afeto e pensamento, de reconhecimento no outro daquilo que lhe diz respeito, destacou-se a importância de poder desta maneira promover a reorganização deste universo lacunar de afetos e lembranças e reconstruí-lo. Lembrando que memória não é o mesmo que história e que a memória traz as paixões e afetos vivenciados na experiência, finalizou-se o encontro neste dia.

DIA 24/05, sábado – MANHÃ – 09h às 13h

No início da manhã foi desenvolvido um trabalho de corpo que estimulou a discussão sobre o olhar, a proximidade dos corpos e o toque entre pessoas, tema que havia aparecido no dia anterior.

Após os comentários sobre esta experiência corporal foram apresentadas algumas diretrizes para a abordagem clínica destacando a aposta no trabalho transdisciplinar em face da complexidade das produções a violência, acompanhadas de referências bibliográficas que têm sido utilizadas na prática clínica da Equipe do Projeto Clínica do Testemunho do RJ. Sobre a ênfase no grupal foram apresentados os efeitos de privatização da experiência da tortura e o grupo como um dispositivo privilegiado dada a possibilidade de quebra do silêncio e de coletivização.

Por demanda de participantes foi dada informação sobre os eixos do edital do Projeto Clínicas do Testemunho e sobre o andamento do projeto no RJ no que se referia ao trabalho grupal. Apresentado o trabalho de acompanhamento de testemunhas, da parceria com a CEV-Rio, bem como sobre o impacto do testemunhos nos assessores encarregados de colher os depoimentos. Da criação de novos dispositivos grupais como de Filhos e Netos e dos ex presos que após violentas torturas no DOI-Codi do RJ foram levados para o Hospital Central do Exército, que os “preparou” para voltar para tortura. Eles se propõem a denunciar junto à CEV-Rio o que lá viveram, como foram tratados e como o Hospital foi utilizado como um braço da repressão política.

Quanto ao trabalho corporal utilizado além da aplicação de algumas dinâmicas em grupos, como as experimentadas na oficina, M. destaca os realizados por meio de massagens e movimentos de modo a ressignificar, atualizar o corpo, os afetos, energias e sentimentos. Trata-se de um trabalho para retirar o corpo de sua mecanicidade condicionada rotineiramente, por meio de atividades lúdicas. Tenta-se desfocalizar a dor, o trauma. M. destaca o trabalho do corpo de forma dionisíaca, desordenada, disforme, incentivando-se expressão livre, para, posteriormente, cada um encontrar sua forma, o seu jeito. Para pessoas mais fragilizadas, ressalta que se utiliza de técnicas um pouco mais formatadas. J. pergunta-lhe se o trabalho com o corpo libera a palavra. Ela responde que sim e que, além disso possibilita sua devida expressão e articulação, uma vez que a palavra também compõe corpo, que tem uma linguagem própria e que é preciso não ser esquecido enquanto forma expressiva.

Trazendo o conceito de “produção de subjetividades” de Guattari, modos de sentir, perceber e agir no mundo, produções sociais históricas, que podem limitar o sujeito, V. destaca que estas também podem ser moduladas para desconstruir tais subjetividades restritas e construir novas possibilidades.

T. apresentou uma experiência de atendimento em grupo de crianças, nas quais trabalhou o corpo por meio de danças e caretas, possibilitando aos participantes escapar de certos modos de subjetividades.

V. apresentou um caso de uma mulher, ex presa política muito torturada que recentemente em consulta médica descobriu que possui um calo numa das vértebras da coluna, local onde teria sido espancada. Esta mulher tem interpretado a existência deste calo com uma espécie de corporificação do torturador em sua vida, já que produz muita dor diariamente. Perguntou aos participantes como seria possível retirar esse calo. Tal provocação desperta outras discussões associadas como a da dificuldade de percepção do que seria o efeito da tortura, uma vez que esta estaria naturalizada.

V. sugere a leitura do texto “Testemunhos de Shoah e Literatura”, de Marcio Seligmann, pois traz o conceito de testemunho e suas funções. E para finalizar retoma um tema a partir do interesse manifestado por alguns sobre a possibilidade de candidatura de equipes nos próximos editais da Comissão de Anistia a que L. pergunta se seria possível atender neste projeto pessoas afetadas por agentes estatais em dias atuais.

A Oficina foi finalizada com a manifestação dos participantes de que a experiência teria sido muito valiosa e que desejavam encontrar-se outras vezes. Que a REVE estava formada e precisava de escuta sobre seus trabalhos.

Os trabalhos das oficinas mantiveram a carga horária prevista.

Avaliação das oficinas em Belo Horizonte

- 1- A comunicação entre as partes para a preparação das oficinas foi realizada de forma colaborativa e ágil;

- 2- A metodologia foi considerada acertada para a integração dos participantes e avanço das discussões das temáticas;
- 3- O desenvolvimento do trabalho e deu de forma a levar em conta as demandas que se apresentaram também no espaço de discussão;
- 4- O tema da violência estatal nos dias atuais foi articulado com a violência do passado ditatorial.
- 5- Os temas propostos que atravessaram os dois encontros foram acolhidos e problematizados;
- 6- A metodologia das oficinas foi considerada acertada para a integração dos participantes e o avanço da discussão sobre as temáticas.
- 7- A proposta de temas e a metodologia aplicada colaboraram para a construção e fortalecimento de uma rede de ação que inclui ativistas de direitos humanos, inseridos em vários tipos de instituições públicas e vinculadas a organizações não governamentais, a REVE.

Descrição das Oficinas em Porto Alegre e no Rio de Janeiro.

Porto Alegre, RS

Local: sede da Associação Sigmund Freud

Rua Marques do Herval, 375, Moinhos de Vento

Dias 4 e 5 de outubro de 2013 - Carga horária: 12hs (8 horas no dia 4/10 e 4 horas no dia 5/10)

- Tema: “A força do testemunho”

Temas correlatos:

- Violência de Estado, Estado de Exceção e Crime de Lesa-humanidade;

Efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado.

- A questão do dano e a reparação simbólica. Discussão de casos clínicos.
- Políticas de memória e o valor do testemunho.

-Quantidade de capacitados: 13 pessoas –



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



Profissões: psicólogos (9), historiador (1), fisioterapeuta(1) sociólogas (2). Profissionais inseridos no Projeto Clínica do Testemunho de Porto Alegre e em programas de proteção e professores universitários.

Conteúdo: Apresentação do filme “Eu me lembro” de Luiz Fernando Lobo, subsidiado pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia/MJ, enfocando a importância do testemunho de ex-presos políticos e familiares, público alvo do projeto Clínicas do Testemunho, as Caravanas da Anistia. Discussão sobre políticas de Memória.

Dias 25 e 26 de abril de 2014, Porto Alegre, RS,

local: sede da Associação Sigmund Freud; Rua Marques do Herval, 375, Moinhos de Vento

carga horária: 12 horas (8 horas no dia 25/4 e 4 horas no dia 26/4).

Participação de 12 pessoas, entre psicanalistas, psicólogos, socióloga, historiador.

Apresentação do filme “Mulheres em Luta”, primeiro episódio. Produção Modo Operante, direção Susanna Lira. O documentário apresenta testemunhos de mulheres que participaram da resistência à ditadura e depoimentos de seus familiares, maridos e filhos.

Tema central: Efeitos transgeracionais da violência de Estado. No dia anterior foi realizada uma Conversa Pública organizada pelo Projeto Clínicas do Testemunho de Porto Alegre no Arquivo Público de POA, de onde foi apresentado o filme Os 15 Filhos de Maria Ribeiro e Marta Nering para subsidiar o debate. Na oficina o documentário sobre as Mulheres apresenta o testemunho de filhos, como eles percebiam e foram afetados no período ditatorial. A escolha deste documentário expõe os efeitos subjetivos nas relações familiares no contexto da repressão política.

Ocorreu a discussão sobre o trabalho e acompanhamento de testemunhas nas Comissões da Verdade e apresentação de casos clínicos, ilustrando a problemática da atenção a afetados pela violência de Estado.

Rio de Janeiro

Primeira Oficina - dias 6 e 7 de junho de 2014



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



Local: Rua Joaquim Silva, Lapa, Rio de Janeiro;

Carga horária 12 horas (8 horas no dia 6 e 4 horas no dia 7).

Esta primeira oficina Clínico Política no Rio de Janeiro, foi programada inicialmente com a coordenação de saúde mental do município do RJ e teve o apoio da Escola de Saúde Mental, ligada ao SUS.

Teve como tema principal as Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado, atravessado pelos sub-temas:

- Violência de Estado;
- Estado de exceção e crimes de lesa-humanidade;
- Efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado;
- A questão do dano e a reparação simbólica;
- Políticas de Memória e o valor do Testemunho na construção da Memória;
- O corpo do testemunho;
- Discussão de casos clínicos.

Participação de 19 pessoas, sendo 11 da rede pública municipal (NASF– Núcleo de Atenção à Saúde da Família e Caps) e 8 de profissionais de variadas inserções sendo psicólogos, psicanalistas, nutricionistas, enfermeiros, assistentes sociais, professores universitários, médicos. Participou também um profissional do Projeto Clínicas do Testemunho de Pernambuco.

Foi apresentado o documentário “Verdade 12.528”, de Paula Sachetta e Paulo Robles sobre as expectativas do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, como disparador do tema da reparação psicológica aos crimes cometidos por agentes de Estado.

2ª Oficina - dias 26 e 27 de setembro de 2014,

Local: Rua Joaquim Silva, Lapa, Rio de Janeiro.

Carga horária 12 horas (8 horas no dia 26 e 4 horas no dia 27).

O tema da oficina foi Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado. Temas correlatos: aspectos sócio-políticos e subjetivos da

violência de Estado; a questão do dano e da reparação simbólica; políticas de Memória e o valor do Testemunho na construção da Memória. O corpo da testemunha.

Ênfase na discussão de casos clínicos.

Participação de 14 profissionais, sendo seis da rede pública de saúde (NASF – Núcleo de Atenção à Saúde da Família e CAPS- Centro de Atenção Psico-social) e oito profissionais de várias inserções sendo psicólogos, psicanalistas, nutricionistas, assistentes sociais, professores universitários, médicos, sendo dois profissionais do Projeto Clínica do Testemunho de Pernambuco.

A oficina contou com apoio da Escola de Saúde Mental, ESAM.

Foi apresentado o último episódio da série Documental “Mulheres em Luta” com o objetivo de trazer o testemunho de quem viveu a luta de resistência durante o período ditatorial, destacando os movimentos engendrados de sobreviventes para enfrentar as marcas da traumáticas da tortura. Mulheres, militantes durante a ditadura, afetadas pela tortura e toda sorte de violências, testemunham sobre o que fizeram para transformar as duras e dolorosas experiências em forças para a vida. Estrella Bohadana transforma as limitações de mobilização de suas pernas, enfraquecidas pela tortura, utilizando-se da movimentação ritmada da dança flamenca, e Lucia Murad, através da linguagem cinematográfica, revela os efeitos do terror no mundo feminino e na família e rememora o contexto da luta política de resistência à ditadura.

Na metodologia desta oficina foram utilizados alguns recursos de movimentação corporal para a sensibilização de participantes e para facilitar a discussão da relação entre o corpo afetado e a psicoterapia.

Divulgados antecipadamente textos sobre para auxiliar a discussão clínica de atenção a afetados, abordagens psicoterápicas e sobre os efeitos da reparação psicológica. A partir da apresentação de casos clínicos pelos participantes e destacadas situações de impasses, foi utilizada uma técnica do Teatro do Oprimido para estimular a criação de uma solução do impasse apresentado.

No final foi realizada uma avaliação do conteúdo e da metodologia da oficina.

Na metodologia desta oficina foram utilizados recursos de movimentação corporal para a discussão da relação entre corpo afetado e psicoterapia. Neste contexto, também foram aplicados textos sobre o tema, acerca das abordagens psicoterápicas e

sobre os efeitos da reparação psicológica. Foi realizada uma montagem da cena clínica baseada em técnica do Teatro do Oprimido. Ao final ocorreu a avaliação da Oficina.

Conclusão sobre a aplicação da metodologia das oficinas:

Considerando o que já foi apontado em diversos itens deste Relatório Final temos constatado que o dano traumático causado pela violência de Estado incide sobre as subjetividades dos afetados produzindo efeitos de privatização e de ruptura de laços sociais.

A metodologia grupal é privilegiada para ser aplicada na clínica de afetados e portadores de traumas uma vez que facilita a criação de um plano de coletivização desta experiência que, uma vez lançada em direção ao social e reconstituído o contexto que a produziu, permite a reconstrução de sentido e a reconstituição de laços.

Estendendo a metodologia grupal às oficinas de capacitação descritas acima que possibilitam a experimentação no próprio grupo de profissionais, valorizando os seus testemunhos, problematizando as situações clínicas apresentadas por eles, podemos dizer que:

1. A metodologia aplicada nas oficinas atendeu plenamente as demandas dos participantes, tornando-os mais encorajados e mais capacitados para atendimento de afetados.
2. Facilitou a integração, estimulou os debates sobre os temas centrais e correlatos, desenvolveu o pensamento em torno de conceitos instrumentais na prática clínica de afetados pela violência de Estado.
3. Ampliou o escopo de conhecimento permitindo a problematizando de situações clínicas.
4. A experiência com o trabalho corporal, sua problematização e potência na clínica dos afetados, suscitou interesse sobre as afecções que se depositam no espaço do corpo físico e psíquico, que por sua vez necessita de linguagens variadas, além da narrativa testemunhal pela palavra.
5. Permitiu a criação de uma rede de enfrentamento da violência estatal.

A metodologia das oficinas foi muito bem acolhida, acertada para a integração dos participantes e desenvolvimento da discussão sobre as temáticas que compõem a experiência clínica para afetados pelo terror e violência de Estado.

2) Conversas Públicas:

As Conversas Públicas foram dispositivos criados para a sensibilização de diversos segmentos sociais interessados na reparação psicológica de afetados pela violência estatal. Assim como as oficinas de capacitação foram realizadas a partir do contato prévio com parceiros locais e envolveram um público diversificado composto por ativistas de Direitos Humanos, profissionais psis, da área de direito, ex presos políticos, familiares.

1- Conversa Pública, dia 17 de abril de 2013, na OAB/RJ, no Rio de Janeiro, Centro, com o tema “Apresentação do Projeto Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro” - contou com a participação de 99 pessoas.

Atividade iniciada com parte do documentário “Eu Me Lembro” de Luis Fernando Lobo, Marcas da Memória/CA; da exposição da relatora da Comissão de Anistia, Carolina de Campos Mello, da psicanalista Maria Auxiliadora Arantes que apresentou um trabalho sobre a luta pela Anistia, e da representante do Projetos Terapêuticos de SP, Marta Azzolini. Fez-se a apresentação do Projeto Clínicas do Testemunho, que suscitou depoimentos de familiares e ex-presos políticos, e de interessados em inscrever-se no projeto. Entre os presentes, profissionais de saúde mental, ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, representantes e partidos políticos, de movimentos de Direitos Humanos.

2- Conversa Pública, dia 26 de setembro de 2013, no Instituto Municipal Philippe Pinel, Botafogo, Rio de Janeiro, no âmbito da ESAM, Escola de Saúde Mental, sobre o tema “A Clínica dos Afetados pela Violência de Estado”, com a participação de 28 profissionais da área de saúde mental da rede pública e privada do Rio de Janeiro.

3- Conversa Pública, dia 29 de agosto de 2013, no Conselho Regional de Psicologia de MG, em Belo Horizonte, com o tema: Reparação Clínica de afetados pela violência de Estado, com a presença de 31 pessoas.

Entre os presentes, Dr. Paulo Abrão, Dra. Amarílis Bush Tavares da CA, ex-presos políticos - que fizeram testemunhos públicos -, operadores de justiça e profissionais da área de saúde mental. Foi também uma iniciativa de expansão do Projeto Clínicas do Testemunho a outros estados. Evento organizado em parceria com a AAMA, Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil.

4- Conversa Pública, dia 6 de dezembro de 2013, no Centro de Ciências Humanas, na UFES, Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, no âmbito da Semana de Direitos Humanos, com o tema : A Escuta do Testemunho: como romper o silenciamento. Apresentação de testemunhos de ex-presos políticos, sendo um deles usuário do Projeto Clínicas do Testemunho – 24 participantes, entre professores e estudantes.

5- Conversa Pública, dia 28 de março, CAARJ, Marechal Câmara 210 anfiteatro, Rio de Janeiro. No âmbito dos 50 anos do golpe: Testemunho da Verdade, Testemunho da Justiça. 35 participantes. Participação especial de Fabiana Rousseau, diretora do Centro Fernando Ulloa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Argentina. Participação de membros comissionados da Comissão Estadual da Verdade. CEV-Rio.

6- Conversa Pública, dia 24 de abril, Sede do Arquivo Público, Rua Riachuelo 1031, Centro, Porto Alegre, com o tema: O Efeito da Violência nas Gerações Posteriores. Apresentação do filme os 15 Filhos de Marta Nering e Maria de Oliveira. 31 participantes. Na mesa de debate: Isabel Almeida, diretora do Arquivo Público, Tânia Kolker e Vera Vital Brasil, do Instituto Projetos Terapêuticos RJ, e Bárbara Conde, da Associação SIG, estas últimas do projeto Clínicas do Testemunho.

7- Conversa Pública, dia 22 de maio, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Centro, Belo Horizonte. Evento: 50 anos do golpe civil-militar, 50 anos do Departamento de Psicologia da UFMG: Conversas Públicas sobre Memórias e atualidades da violência estatal. 75 participantes Foram realizadas duas mesas de debates sobre o tema acima, na segunda mesa o tema foi: O direito à Reparação e o trabalho da Clínica do Testemunho. Com a presença do coordenador de Projetos e Políticas de Reparação e Memória Histórica da Comissão de Anistia, Eduardo Falcão Pires, da conselheira da Comissão de Anistia, Rita Sipahi, de Vera Vital Brasil, Equipe Clínica Política do “Projetos Terapêuticos RJ”, e de Betinho Duarte, membro da Associação de Amigos do Memorial da Anistia e da Comissão Estadual da Verdade de MG.

Houve debate e testemunhos de afetados pela violência de Estado.

Esta Conversa Pública foi organizada em conjunto com a Rede de Enfrentamento da Violência Estatal.

8 - Conversa Pública "Políticas Reparatórias para Filhos e Netos afetados pela violência de Estado", dia 17 de junho de 2015, realizado em parceria com a CEV-Rio, Rua Marechal Câmara 210, 6º andar, Centro do Rio de Janeiro. 58 participantes. Em atividade que contou com o lançamento do livro José Carlos Moreira: “Justiça de Transição - da ditadura civil-militar ao debate justtransicional – Direito à Memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil”, foi em seguida apresentado um vídeo, elaborado pelo Grupo de Filhos e Netos, com testemunhos das repercussões da violência de Estado na época da ditadura civil militar na vida de pessoas de segunda e terceira gerações. Foram realizadas duas mesas de debate. 1ª Mesa com testemunhos de 5 filhos de ex-perseguidos políticos e a 2ª Mesa: presidente CEV-Rio, Vice Presidente da Comissão de Anistia, José Carlos Moreira, Deputado Estadual, Flávio Serafini e familiar de morto político no Hospital Central do Exército, Felipe Nin Ferreira.

<https://youtu.be/RZinnCOJUMc>

<https://youtu.be/tvgEMUA-P6g>



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/filhos-e-netos-de-vitimas-da-ditadura-militar-se-reunem-e-buscam-reparacao>

Total de participantes nas Conversas Públicas realizadas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória e Porto Alegre: 381 pessoas.

VI – OUTRAS ATIVIDADES - divulgação do Projeto Clínicas do Testemunho:

O Projeto Clínicas do Testemunho foi também divulgado em eventos na Fiocruz, Fundação Osvaldo Cruz, em 23 de agosto de 2013, no SIMPRO (Sindicato de Professores), na Escola do Professor, em 18 de setembro de 2013.

A equipe da Clínica participou do noticiário da TV Brasil sobre Clínicas do Testemunho (<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/projeto-oferece-apoio-psicologico-a-quem-sofreu-violencia-na-ditadura#.UquzJtAe69g.gmail>).

Apresentação do Projeto Clínicas do Testemunho do RJ no âmbito do Congresso Internacional 50 anos do golpe de 64, UERJ, mesa redonda “Memória de Lutas”, dia 3 de abril de 2014.

O Projeto Clínicas do Testemunho foi também divulgado no marco dos 50 anos Nunca Mais Brasilentage, na Alemanha, nos dias 9 e 10 de abril de 2014 na Fundação Heinrich Böll. (<http://globoTV.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/t/todos-os-videos/v/mais-de-30-eventos-na-alemanha-lembram-os-50-anos-do-golpe-militar-no-brasil/3271612/>).

Foi dada entrevista para o Dia do Psicólogo pelo Conselho Federal de Psicologia: sobre o tema da tortura e políticas públicas: (http://diadopsicologo.cfp.org.br/?page_id=171).

No dia 29 de agosto de 2014, a equipe fez parte Roda de Conversa no âmbito da 8ª, Mostra de Práticas em Psicologia do CRP-RJ, na UERJ, cujo tema “Projeto Piloto

Clínica do Testemunho” reuniu cerca de 30 pessoas entre profissionais de psicologia, estudantes, antropólogos, operadores de justiça.

No dia 13 de setembro de 2014, a equipe participou na mesa de abertura do evento em comemoração ao Dia do Psicólogo, com o lançamento do livro: A Verdade é Revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogos e psicólogas sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”, no Auditório do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, situado na Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP.

No dia 21 de outubro de 2014, a equipe participou na mesa sobre atenção a afetados com a exposição: Testemunhos da Verdade: a experiência da Clínica do Testemunho do RJ, na Semana de Direitos Humanos na América Latina, de 20 a 24 de outubro, organizado pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda.

Dia 28 de outubro de 2014, participou na mesa sobre Reparação Psicológica com membros da rede Clínicas do Testemunho e Fabiana Rousseaux, do Centro Ulloa de Argentina, no I Congresso Internacional de Direitos Humanos : “Barbárie ou Civilização, os 23 anos do Movimento Direito Alternativo”, de 27 a 30 de outubro, promovido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos e Culturais, CESUSC, Florianópolis.

Dias 13 de novembro de 2014, no Rio de Janeiro de 2014, participou na Mesa Redonda: Mesa “Violência e Terrorismo de Estado ontem e hoje: Linhas de Fuga”, no âmbito do III Seminário de Psicologia e Políticas Públicas e IX SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS, promovido pelo CRP-RJ, na UERJ ocorrido nos dias 13 e 14 de novembro.

(<http://www.crprj.org.br/noticias/2014/112714.html#sthash.iVHXykCW.dpuf>)

Nos dias 19 a 23 de novembro de 2014, em São Paulo, participou no Congresso Brasileiro de Psicologia – Ciência e Profissão, na Mesa “Processos Ditatoriais e Subjetividades”, coordenado pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

(<http://www.crprj.org.br/noticias/2014/112714c.html#sthash.HePLYQhO.dpuf>)

No dia 5 de dezembro de 2014, participou na mesa redonda “Energia para resistir: 50 anos de golpe civil-militar no Brasil” na XXXIV Semana da Química: Energia: tendências e desafios do século XXI, no IFRJ, Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2014, ocorreu o lançamento da Revista Maracanan, revista digital da UERJ, com artigo “Memória e Clínica: Testemunho e Reparação”, no Dossier "O Golpe de 1964 e seus desdobramentos: lutas, artes, repressão e memória". Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/issue/current/showToc>

Em março de 2015, em homenagem ao Dia das Mulheres, membro da equipe debateu na programação da 9ª Mostra de Cine e Direitos Humanos do Hemisfério Sul, Projeto Democratizando, sobre o filme “Que Bom te ver Viva”, de Lucia Murat, no IFF, Instituto de Ciência e Tecnologia de Campos de Goytacazes, RJ, dia 9 de março, campus centro. Neste evento foi exibido o filme “Mulheres em Luta”, de Susanna Lira, episódio 5, em que uma das protagonistas é a diretora do filme documentário anterior. O debate se orientou para o tema da tortura, seus efeitos nas mulheres, violência sexual e a importância da reparação psíquica: o projeto Clínicas do Testemunho.

Ainda em homenagem ao dia das Mulheres, foi organizado no CINENCONTRO, iniciativa do ColetivoRJ Memória Verdade e Justiça, no Museu da República, com exibição do filme “Memória que me contam” de Lucia Murat, com a presença da diretora. Na ocasião, por se tratar de um filme sobre a memória de uma militante política, foi feito um pronunciamento sobre o Projeto Clínicas do Testemunho. Dia 16 de março.

Participação da equipe em atividade de des-comemoração do Golpe Civil militar, na qual foi exibido por primeira vez no Museu da República, o documentário “O Golpe: 50 olhares”, iniciativa conjunta do Coletivo RJ Memória Verdade Justiça com o Criar Brasil e Comissão de Anistia, com depoimentos testemunhais de membro equipe e clientes projeto. Dia 30 de março.

Participação em entrevistas à reportagem no G1 sobre as atividades do Projeto Clínicas do Testemunho (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/vitimas-da-ditadura-mostram-revolta-com-pedidos-de-intervencao-militar.html>) e, no dia 2 de

abril de 2015, à Radio Nacional sobre os 51 anos do golpe e o Projeto Clínicas do Testemunho.

No dia 1 de abril de 2015 a equipe Clínica participou da manifestação nos 51 anos do Golpe, na Cinelândia, no Memorial Nunca Mais, inaugurado pela Comissão de Anistia no ano passado. Foi realizada uma homenagem à resistência e a luta pela Anistia no Brasil. O evento foi organizado pela ADINAM com participação do Projeto Clínicas do Testemunho.

No dia 4 de abril de 2015, ocorreu o ato do movimento OCUPADOPS, organizado pelo Coletivo RJ Memória Verdade Justiça, com participação da equipe Clínica e de inscitos no projeto que deram seus testemunhos sobre a sua experiência de vida e de serem atendidos na clínica, no debate Reparação e Memória.

No Dia 3 de maio de 2015 participamos do Ato Público no Memorial “Nunca Mais”, na Cinelândia, organizado por militares praças cassados, atendidos pelo Projeto Clínicas do Testemunho, em homenagem à Inês Etienne Romeu, recentemente falecida.

Participação no seminário realizado no dia 16 de maio de 2015, organizado pela Associação de Terapia de Família no Dia Internacional da Família sobre o tema Violência contra a Mulher: Enfrentamento e Repercussões; apresentação de trabalho sobre a Violência de Estado em mulheres que foram presas e torturadas e seus efeitos sobre a rede familiar, a partir do documentário Mulheres em Luta, episódio 5, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Colégio Brasileiro de Altos Estudos, Avenida Rui Barbosa, 762, Flamengo. Programação: <http://atfrj.org.br/wp-content/uploads/2015/04/DIF-2015.pdf>

Realizadas duas apresentações de trabalhos na VII Semana da Psicologia, de 18 a 22 de maio, Campus Gragoatá, Universidade Federal Fluminense, UFF, com os temas: “Testemunho da Verdade e reparação psíquica: o Projeto Clínicas do Testemunho e a Comissão Estadual da Verdade”, dia 21 de maio, e “Efeitos Transgeracionais da Violência de Estado”, dia 22 de maio. www.semanapsiuff.blogspot.com

Dia 11 de junho de 2015, foi realizado o VIII Seminário Internacional “As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação”, com a participação na mesa de encerramento com o tema: A Comissão Nacional da Verdade e

os 50 anos do Golpe Civil Militar, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ. Maracanã. <http://www.seminarioedes.com.br/#>

No 12 de junho de 2015, membro da equipe clínica esteve presente na Plenária na CEV-Rio sobre o cumprimento das resoluções da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil no Gomes Lund versus Brasil - Caso Guerrilha do Araguaia. À convite da CEV-Rio, com a participação na mesa de discussão sobre as pendências do Estado Brasileiro nas decisões da CIDH, em especial sobre a atenção psicológica aos familiares de desaparecidos. Na CAARJ, Marechal Câmara 210, 6º andar.

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/06/relatorio-da-cev-rio-inclui-recomendacoes-sobre-guerrilha-do-araguaia>

Houve divulgação pública do vídeo da produtora Criar Brasil sobre o Projeto Clínicas do Testemunho do RJ (<https://www.youtube.com/watch?v=VOGUVsiVy6s>).

No dia 26 de junho de 2015, Dia Internacional de Apoio às Vitimas da Tortura, a Clínica participou de entrevista na Rádio do CFP (Conselho Federal de Psicologia).

Integrante da equipe participou como debatedora na inauguração da atividade de Cinedebate, sobre o filme “Que bom te ver viva”, de Lucia Murat. Atividade organizada pelo Departamento de História da UERJ em parceria com o Arquivo Nacional. Programa “Arquivo em Cartaz”, dia 16 de julho de 2015.

Participação da equipe clínica ainda na 9ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia do CRP-RJ, como palestrante na mesa redonda sobre práticas clínicas e o Projeto Clínica do Testemunho do RJ que ocorreu no dia 01/08 (sábado) às 11h, na Universidade Veiga de Almeida. E, em setembro de 2015, integrante da equipe participou como debatedora no programa televisivo da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia com o tema : “ Terror de Estado, violência de Estado: como Prevenir, Como Reparar?” e o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia/MJ.

Eventos em parcerias:

Nos dias 14 e 15 de novembro de 2014 no Museu do Mercosul, em Porto Alegre, foi realizado o evento “Diálogos e formas de Intervenções no campo da violência de Estados ditatoriais”, organizado pelos projetos Clínicas do Testemunho de Porto Alegre



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



e do Rio de Janeiro, Comissão da Anistia/MJ, em parceria com a coordenação de assuntos internacionais do Governo do RS e Museu do Mercosul. Este encontro houve lançamento do livro “Testemunho: reparação psíquica e construção de memória”, composto de artigos das equipes do Projeto Clínicas do Testemunho de Porto Alegre, do Rio de Janeiro e convidados. O evento reuniu representantes do MERCOSUL e profissionais da área clínica e de trabalhos em memória dos países Brasil, Argentina e Uruguai, para intercambiar suas experiências; foi lançada a proposta da criação de uma rede internacional de equipes que trabalham com atenção a afetados pela violência de Estado. Livro disponível em <http://Portal.mj.gov.br/anistia>; SIG: <http://www.sig.org.br>

No dia 5 de dezembro de 2014: Audiência Pública na UERJ da CEV-Rio em parceria com a Equipe clínica do “Projetos Terapêuticos RJ” sobre Efeitos Transgeracionais da violência de Estado, evento que contou com apresentação de testemunhos de Filhos e Netos de ex presos e desaparecidos políticos, com uma apresentação dramática de fragmentos de uma peça “ Sempre Poesia” sobre a relação de uma filha com seu pai (ex preso, torturado que enlouqueceu) e uma exposição de filmes documentários, fotos, escritos e desenhos. Presentes: ex-presos políticos, familiares, professores e alunos da UERJ e de outras instituições. Na ocasião houve o lançamento público do “Grupo de Filhos e Netos”, entidade pioneira no Brasil, criado ao longo do processo de preparação dos testemunhos por iniciativa dos atendidos pelo Projeto Clínica do Testemunho. Links de algumas matérias. <http://m.terra.com.br/noticia?n=1bb06f17f6c1a410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD>
<https://www.youtube.com/watch?v=NYSpaq7X1VI&list=UUSv9d0kQegylHWpP83jWSQg>
<http://youtu.be/KO0-7Wn-RNM>

Participação da equipe em ato Público “Militares Perseguidos e Torturados e a Justiça de Transição”, com apoio da CEV-Rio, no dia 3 de junho de 2015, auditório da OAB/RJ. Com a presença da atual presidente da CEV-Rio, Rosa Cardoso, do Presidente da Comissão da Anistia, Paulo Abrão, da Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, Eugenia Gonzaga, com procurador do Grupo de Justiça de Transição do MPF, Sérgio Suiama, e do Deputado Federal Wadih Damous, foram

apresentados testemunhos de militares e uma exposição de fotos e materiais gráficos. 77 pessoas participantes.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1637693-militares-torturados-na-ditadura-sao-ouvidos-em-audiencia-publica.shtml>

<http://globo.tv.globo.com/rede-globo/rjtv-2a-edicao/t/edicoes/v/comissao-estadual-da-verdade-ouve-militares-perseguidos-durante-a-ditadura/4228052/>

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/comissao-estadual-da-verdade-do-rj-ouve-ex-militares-que-foram-torturados#.VW-iI8BH4mg.gmail>

<http://www.cev-rio.org.br/noticias/militares-que-foram-perseguidos-torturados-e-cassados-a-epoca-da-ditadura-militar-prestam-depoimento-em-ato-publico/>

VII- INSUMOS

1) *Publicação*

Através do termo aditivo valor e de prazo para 2015 foi acrescentada ao Projeto Piloto a publicação digital “**Uma perspectiva Clínico Política de reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro**”, que reúne artigos, cartas, poemas, fotos, testemunhos e pode ser acessada no site da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça no link:

<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2.pdf>

VIII – DADOS PARA DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE PESQUISA

1) *Bibliografia*

Segue em separado por estar em arquivo PDF. (Anexo)

2) *Banco de Dados*

Segue em separado por estar em arquivo PDF. (Anexo)

VIX - RECOMENDAÇÕES

Como foi possível confirmar durante o período de execução do Projeto Piloto, os danos causados pela tortura e violações similares tendem a permanecer e a serem transmitidos para as gerações seguintes, sobretudo quando não há o reconhecimento público das violações praticadas pelo Estado e quando não são implementadas políticas reparatórias e programas para a atenção psicológica aos afetados.

No entanto, mesmo em caso de grave sofrimento psíquico, não necessariamente as pessoas afetadas pela violência de Estado se mostrarão imediatamente dispostas a buscar a reparação psicológica em um programa criado no âmbito do Estado. Contudo, como só o próprio Estado pode reparar um dano causado por seus agentes, é preciso acolher e lidar com os motivos que justificam a resistência e a desconfiança. Seja devido ao seu descontentamento com a tardia e incompleta iniciativa do Estado em assumir sua responsabilidade frente às violações passadas, seja porque as violações continuam, embora voltadas agora para outros setores da sociedade, ou seja pelo temor de reabrir dolorosas lembranças, sem a segurança de que a atenção psicológica continuará sendo fornecida ao final do Projeto Piloto⁶², a maioria das pessoas que têm direito a tal tipo de atenção pode necessitar de mais garantias e não se sentir suficientemente confiante para integrar-se a um Projeto com estas características.

Contudo, não é possível seguir esperando por elas. Enquanto passam os anos, vários ex-presos-políticos e familiares de perseguidos políticos vem adoecendo gravemente ou falecendo. Ao longo dos 30 meses do Projeto Piloto, só no Rio de Janeiro 4 pacientes inscritos vieram a falecer⁶³, sem falar nos vários outros não inscritos no Projetos, falecidos no mesmo período.

Pelos mesmos motivos, embora seja possível contar com a potência progressivamente irradiadora deste Projeto - já que a maioria dos atendidos acaba trazendo familiares ou amigos -, é preciso construir mecanismos institucionais para a

⁶² Como pudemos observar a interrupção precoce e indesejada dos processos psicoterapêuticos pode se constituir em um sério fator retraumatizante.

⁶³ São eles os inscritos: 144/2013; 226/2013; 121/2013; 156/2013.

sua divulgação imediata, assim como é preciso investir em medidas que garantam as demais condições para o processo reparatório, tanto no que diz respeito ao esclarecimento e responsabilização dos crimes cometidos durante a ditadura civil militar, quanto no que tange às reformas institucionais e legais para evitar que tais crimes continuem a acontecer. Nesse sentido, para viabilizar as condições para a atenção psicológica no âmbito de um Programa do Estado é necessário o investimento em medidas que visem à reparação dos laços de confiança rompidos, o que só pode ser garantido mediante políticas públicas integrais voltadas para a reparação e a não repetição de tais crimes, bem como pela concretização, sem mais tardar, das medidas político-administrativas necessárias à implantação de uma política pública continuada e efetiva para a atenção dos afetados pela violência de Estado e seus familiares.

Da mesma forma, para que esse processo seja efetivamente reparatório, é preciso garantir o seu acesso a todos os afetados pelo terror de Estado, direta ou indiretamente, anistiados ou não, nascidos no Brasil, ou exilados em nossas terras⁶⁴ e garantir que ele se estenda, no menor período possível, aos demais afetados pela violência estatal, inclusive a que vem sendo perpetrada no presente.

Por outro lado, tendo em vista o despreparo do funcionalismo público em geral, ou dos profissionais do campo da saúde e do direito em particular, no trato com pessoas que sofreram violações por parte do Estado e, considerando que a escuta de seus relatos também pode ser intolerável e traumatizante para quem os recebe, faz-se necessário o investimento em capacitação e atenção aos profissionais envolvidos, como forma de prevenir a traumatização indireta⁶⁵, ou evitar a própria retraumatização dos afetados. Nesse sentido, psicólogos, psiquiatras, médicos, profissionais do Direito, peritos e demais pessoas que trabalham com a recepção e atenção de pessoas afetadas pelo Estado, inclusive os servidores administrativos da Comissão de Anistia que recebem os requerimentos dos anistiandos, ou participam de alguma maneira na escuta de

⁶⁴ A este respeito ver o documento escrito por integrantes de um grupo terapêutico atendido pelo Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-on-line-2.pdf> e no final deste relatório.

⁶⁵ Segundo publicação do Instituto Interamericano de Direitos Humanos sobre a atenção integral a vítimas de tortura em processos de litígio, pode-se falar em processos de traumatização indireta afetando, inclusive, os juízes e o público. Por essa razão, o IIDH assinala a pertinência de se prestar apoio psicológico às equipes envolvidas nesse tipo de processo.

testemunhos, nos processos de busca por pessoas desaparecidas, de identificação de restos mortais encontrados, no esclarecimento dos crimes cometidos, devem ser capacitados para cumprir adequadamente com suas funções e receber apoio psicossocial para lidar com sua própria afetação.

De toda maneira, considerando o caráter político dos acontecimentos que deram causa a tais sofrimentos psíquicos é fundamental que os dispositivos clínicos utilizados não concorram, eles próprios, para a despolitização e psychologização dos danos. Pelo contrário, a visibilização e o reconhecimento público dos danos sofridos, a disponibilização de novos espaços de escuta pública de testemunhos e o pedido de desculpas por parte de representantes do Estado são medidas fundamentais para a recuperação da voz dos afetados e a garantia do seu direito à memória, à verdade e à justiça, sobretudo no caso dos familiares de desaparecidos, ou daqueles que tiveram mortes ainda não esclarecidas, que figuram como mortes acidentais, ou não relacionadas a causas políticas.

Nesse sentido, o próprio reconhecimento pelo Estado do direito à atenção psicológica em razão de danos psíquicos sofridos por ação de agentes estatais também é condição *sine qua non* para a recuperação da confiança na decisão do Estado de prover medidas reparatorias ao dano perpetrado e deve ser revestido de um caráter mais oficial e realizado por meio de uma resposta direta ao beneficiário da atenção.

Assim, com base na experiência desenvolvida no Projeto Piloto, apresentamos as seguintes recomendações adicionais:

1. O atendimento das Clínicas do Testemunho deve ser contínuo, permanente e estável, configurando-se como uma política pública de Estado, não mais de governo, com abrangência nacional, dentro do escopo da Justiça de Transição.
2. Para que tais processos tenham, efetivamente, um caráter reparatorio, deve ser garantida a contribuição e o protagonismo dos próprios afetados pelas violações, em todas as etapas da construção da política pública para a sua atenção psicológica.
3. Os dispositivos clínicos para a atenção aos afetados pela violência de Estado, tão logo seja possível, devem ser estendidos aos que foram afetados após o período coberto pela Lei de Anistia, adequando-os às singularidades e contexto social da

população atendida, garantindo a disponibilização em local próximo ao de sua moradia e levando em conta as questões de gênero e outras que se fizerem necessárias.

4. Tendo em vista que o tema da violência de Estado continua ausente da formação dos trabalhadores do SUS, é fundamental que os programas de formação oferecidos para este setor incluam temas voltados para as especificidades da atenção psicológica aos afetados pela violência de Estado e que o eixo “Capacitação” do Projeto Clínicas do Testemunho desenvolva junto ao SUS uma ação permanente.

5. Dada a magnitude e amplitude das afetações subjetivas do terror e da violência do Estado, as equipes profissionais dedicadas à atenção clínica de afetados e outras medidas reparatórias devem ter à sua disposição o suporte necessário para o acolhimento e o cuidado das repercussões e efeitos sobre suas próprias subjetividades. Da mesma forma, é fundamental garantir subsídios para a criação e o fortalecimento de redes (em nível local e nacional) para a troca de experiências, o cuidado e a capacitação mútuas na atenção psicológica/psiquiátrica às vítimas da violência de Estado.

6. Os demais profissionais que lidam com pessoas afetadas pela violência de Estado também devem se adequar às novas demandas e igualmente receber capacitação e cuidados para lidar com as repercussões e efeitos decorrentes desse tipo de trabalho.

7- Como uma medida de atenção e cuidado para com a equipe de servidores da parte administrativa da Comissão de Anistia, considerando que o recebimento de requerimentos e relatos sobre as violências sobre os afetados pode causar impacto na subjetividade destes agentes públicos, é recomendável que a rede Clínicas do Testemunho possa contribuir com a escuta qualificada como forma de prevenir o dano e evitar a retraumatização dos afetados.

8. As atividades do Clínicas do Testemunho devem estar articuladas com iniciativas públicas voltadas para a construção de memória, verdade e justiça e contribuir para a desindividualização do dano. Nesse sentido, ainda que a maior parte das Comissões de Verdade tenham encerrado seus trabalhos é fundamental continuar a garantir que os afetados possam dispor de apoio psicológico para construir seus testemunhos e instâncias públicas para escutá-los.

9- Com a criação de um órgão permanente, interinstitucional, multidisciplinar e aberto à sociedade civil, com a atribuição de dar seguimento às ações e recomendações

das Comissões da Verdade, Nacional e Estadual, no que se refere às investigações das violações de direitos humanos, recomenda-se o acompanhamento pela rede Clínicas do Testemunho dos afetados que procurem este órgão para prestarem seus testemunhos.

10. As atividades de disseminação de Memória da história não oficial, ocultada por décadas, devem ser expandidas principalmente em escolas e universidades, com palestras, produção de eventos e mudanças de nomes de logradouros que ainda homenageiam torturadores e ditadores. Recomendamos como memória viva deste período que os testemunhos dos afetados pela violência de Estado, atendidos pela rede Clínicas do Testemunho possam dar a sua contribuição para a construção de uma memória de lutas de resistência à opressão nestas atividades de difusão.

11- Como instrumento clínico-político privilegiado para a desprivatização do dano e a reconstituição de laços sociais decorrentes de traumas e danos produzidos pela tortura e violência de Estado, é recomendável a utilização da metodologia grupal entre as ferramentas a serem aplicadas na atenção clínica e na capacitação de profissionais.

12- Em face dos efeitos de subjetividade inscritos sobre o corpo físico dos afetados pela violência de Estado é recomendável a associação da terapia corporal como um recurso valioso na atenção clínica psicológica.

13- É recomendável a continuidade dos trabalhos da rede local de instituições públicas e organizações não governamentais em apoio às ações da rede Clínicas do Testemunho, visando o fortalecimento e interação entre instâncias de atenção clínica para o intercâmbio de experiências clínicas práticas e teóricas, assim como de assistência levando em conta a saúde mental e física dos afetados pela violência de Estado.

X – ANEXOS

1. TESTEMUNHOS

Testemunho 1

Assombramentos Clínicos em Tempo de Revolução

A clínica é revolucionária? Uma revolução seria “Um acontecimento solitário, inalienável, paradoxal, que atrapalha a classificação: é a própria revolução que, com seu volume específico, transborda das classificações didáticas por meio das quais muitos gostariam de dilacerá-las...” (BARTHES).

Esta definição Barthes a faz para aquilo que impede a classificação das Revoluções como simples mudança de regime, posto que o Homem impede uma revolução limpa e plena, “o Homem assombra as Revoluções com seus instintos e natureza”.

É possível pensar que o homem assombra uma “clínica limpa e plena”, no sentido de que um projeto clínico possui maiores probabilidades de ser efetivo quanto maior for sua capacidade de acolhimento dos meandros pelos quais aquilo que assombra o sujeito alcança seu cotidiano.

Esta é uma questão, ética e metodológica, no projeto de atendimento clínico aos sujeitos que tenham passado por experiência tão ímpar quanto a de militante político no período da ditadura no Brasil, com a proposta de oferecer suporte ao processo político atual instaurado pela Comissão da Verdade. Dar suporte ao processo político de deslindamento do período da Ditadura Militar no Brasil no que isto foi experienciado pelos sujeitos que se encontravam na posição de militantes políticos e instaurar os encaminhamentos jurídicos e políticos daí advindos.

A princípio, de acordo com o projeto, tratar-se-ia de ouvir as experiências havidas no período de sua militância recolhendo daí os efeitos desta. Localizar e elaborar o que nos dias de hoje parece estar vinculado ao vivido naquele tempo.

Uma demanda que me pareceu conjugar a especificidade metodológica do Projeto com a especificidade da clínica em Psicanálise: cada sujeito traz de seu percurso as marcas do que viveu, efeitos a serem elucidados e decantados de modo a não necessariamente capturarem o sujeito no tempo atual de seu viver.

Qual seria, então, no Real da Clínica o atendimento a sujeitos como aqueles sob a responsabilidade do “Projetos Terapêuticos Clínica do Testemunho” se propôs realizar?

A paciente chegou ao consultório em meio a um processo de tratamento médico delicado. De efeitos orgânicos significativos. Os primeiros tempos do atendimento foram atravessados por sua condição orgânica: não a impediam de vir à análise, embaralhavam um pouco sua memória e vitalidade. Mas, falar parecia ter se tornado vital, a ponto de superar o que parecia desviá-la nas outras atividades: a noção temporal desfocada, a memória de curto prazo fragilizada, o sono excessivo, a baixa vitalidade.

Traz duas primeiras questões (que à medida em que o atendimento prossegue se fazem menos importantes até que já não se fazem): o que poderia contar a esta pessoa que não se sabe quem é? O que a ajudaria mais, falar estritamente da experiência de militância no período da Ditadura e dos tempos de retomada da liberdade/ vida pública formalizada ou falar livremente do que lhe acontece agora?

A primeira questão é da natureza da clínica e todo paciente a atravessará. Quão confiável é este que me ouve? Esta pergunta parece tomar ainda maior peso frente às

perseguições sofridas e às inscrições subjetivas daí advindas. Neste ponto parece que algo do real da angústia vivenciada ainda é capaz de emergir e capturá-la.

Aliás, uma cena parece ter se tornado um marco nos últimos anos: instante em que a lembrança transbordando angústia captura o presente. A angústia é afeto que não engana, afirma Lacan, e dá lastro de memória vivida à cena concreta e atual.

Só depois, já em lugar protegido, consegue se dar conta de que sonhara. Entretanto, a consciência disto sempre será, atravessada pela dúvida: e se não foi sonho? E se estivesse certa?

Este episódio inscreve algo novo: o desejo de falar, a necessidade de falar, um pouco que fosse, sobre o que viveu – que sobreviveu.

Fica combinado: falará livremente. As conexões surgirão e não há como saber *a priori* qual é o *link* entre sua experiência em tal período do passado e agora o processo jurídico-político em andamento.

Esta decisão tomada pela analista fez uma aposta: o tempo lógico (de produção subjetiva do sujeito e que não acata o tempo cronológico) é o que rege a associação livre. Garantir a palavra livre era reduzir a ansiedade da decisão sobre o que contar e ampliar a possibilidade do aquilo-vivido e que em silêncio operava no campo do sintoma (a fazia sofrer de diversos modos) viesse operar no campo da palavra.

De fato, algo se operou. Das histórias recentes e cotidianas com os filhos, os trabalhos pelos quais passou e o atual, os casamentos, a família e a doença da qual se trata; vai escandindo o receio de que a perseguição ainda vigore, esmiuçando as tristezas e conectando com as cenas da infância e da adolescência. Os primeiros tempos da adolescência, as primeiras perdas familiares, o encontro com a militância. Os lugares subjetivos do pai, da mãe, da tia, deste e daquele irmão e irmã. As referências ideais políticas. O amor. A amizade. A solidão. A solidariedade. O(s) segredo(s). A igualdade e as diferenças no grupo de companheiros. A morte e a tortura. O saber que salvava vidas e também colocava em risco de morrer. Sobre viver. A esperança e a coragem no ontem, a esperança e a coragem no hoje.

E hoje? O que esperar como efeito de todo o processo político em andamento? Como avaliar o dano inscrito no sujeito pelas experiências naquele período? É legítimo se propor a fazer tal medição? Uma experiência banal e simples daquela época a uma

pessoa pode ser terrível e à outra não, uma experiência de horror pode ser superada e deixar marcas cicatrizadas a uns e a outros capturar de modo radical. Como objetivar o processo de reparação político-jurídico sem recair na lógica histórico-burocrática do capitalismo?

E ela escreveu. Na experiência de ser mãe precisou encontrar palavras para compartilhar com os filhos algo do que vivera. No encontro com as crianças (primeiro os filhos, depois alunos nas escolas em que atua) inventa modos de suscitar o desejo de conhecimento, do livre pensar, de encantar-se em um imaginário em que a morte não mate e o mal seja só um susto que se encerra na última página.

Trouxe os escritos à análise e também assim refez pontes com as histórias reais subjacentes.

O tempo corria e a proximidade do término do atendimento fez seus efeitos. Era preciso falar mais. Bom seria se pudesse falar mais. Por mais tempo e mais coisas.

Da experiência clínica de atendimento a uma pessoa que foi afetada pela violência estatal no período da Ditadura Militar resta/se inscreve também o testemunho daquele que sustentou o lugar de analista. Observar a partir deste lugar o sofrimento e efeitos de experiências traumatizantes o faz também testemunha do horror da Ditadura.

A clínica é revolucionária? Melhor será afirmá-la subversiva. No que não é plena e instaura as hiências pelas quais projetos totalitários encontram pontos de esvaziamento, pois

“A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.

Nesse ponto sou abastado.

Palavras que me aceitam como sou - eu não aceito.

Não agüento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.

Perdoai

Mas [é] preciso ser Outros.

Eu penso renovar o homem usando borboletas.” (Manoel de Barros)

Liliane Maria Alberto da Silva

Psicóloga e Psicanalista – Membro do Aleph-Escola de Psicanálise e do
CEDECA-MG. lilianemas@gmail.com

Testemunho 2

Sonhos, torturas, tristezas e alegrias.

Desde criança sempre fui vidrado na Força Aérea Brasileira. Do quintal da minha casa observava os aviões da esquadrilha da fumaça passando sempre baixinho vindos de Santa Cruz. Pedi ao meu querido pai que me fizesse um avião de madeira, pois ele tinha muitas habilidades de marcenaria, apesar de não ser um marceneiro. Um dia o meu desejo se realizou, meu pai me deu um lindo avião de madeira pintado de vermelho e cinza, com as cores daqueles aviões que passavam sobre a minha casa.

Gostava muito de brincar e também de estudar. Fui ensinado pelos meus pais que tudo tem a sua hora. Eu gostaria muito de ter um irmão ou uma irmã, mas o destino não quis. Cresci e as responsabilidades surgiram. Alistei-me na Aeronáutica e meses depois estava servindo à Pátria. Sofri muito para ter dinheiro suficiente para fazer um curso que me possibilitasse adquirir informações necessárias para ter sucesso nas provas da EPCAR, pois eram difíceis.

Um dia, quando saí de serviço do quartel e cheguei a casa, em uma sexta-feira à tardinha, fui informado pelos meus pais que 03(três) pessoas foram em minha casa se identificando como sargentos da Aeronáutica; estavam observando o local onde morávamos. Meu pai, juntamente com os meus tios, os recebeu bem, oferecendo-lhes água etc... Durante as conversas, meu pai e meus tios elogiavam muito Janio Quadros, João Goulart e Leonel Brizola e eles concordavam com tudo o que se dizia. Fiquei preocupado, com as nossas vidas e com minha prima que morava conosco, que futuramente seria minha esposa. Ela foi a minha única confidente, a minha Marília. Fui informado por ela que alguns vizinhos comentaram que as 03(três) pessoas que foram lá em casa fizeram indagações sobre o meu comportamento no bairro onde morávamos.

Na segunda-feira, fui para o quartel cumprir mais um dia de aprendizado. Todos os dias às 16hs, o boletim era lido e, após a leitura, o Ten. Guedes responsável pelo setor dispensava quem não estava de serviço, e quem estava, aguarda a hora de fazer a rendição. Estava eu dispensado, indo para casa, quando fui chamado por um Cabo antigo para ir até o alojamento que ele teria algo a me informar. Quando entrei no local, 03(três) encapuzados me mandaram tirar o uniforme e ficar somente de calção e um calçado de corrida. A seguir me algemaram com as mãos para trás e saímos pelos fundos do alojamento. Perguntei o que estava acontecendo e cada um deles me deu um tapa no rosto, me xingaram de filho da puta e disseram que eu iria pagar caro se não colaborasse. Me jogaram no chão de uma Kombi toda fechada, rodaram muito com o carro. Começava a escurecer quando chegamos a um local desconhecido e que seria o lugar onde eu ficaria confinado. Tiraram as algemas e me mandaram pular dentro de um buraco redondo e profundo, de aproximadamente 04 metros de profundidade. Começava ali a minha tortura com xingamentos e acusações infundadas. Perguntavam se eu gostava de estudar. Disse que sim e novamente diziam: “você quer estudar pra que, pra ser um líder revolucionário e saber falar com o povo pra incitar rebelião junto com outros líderes?” Eu respondia que não, eu queria seguir carreira na Aeronáutica! Riam dizendo que eu era safado igual ao meu pai e meus tios. Foi quando me veio ao pensamento que tinham sido eles que falaram com a minha família e com os vizinhos. Comecei a tremer de medo, pois, gritando começaram a dizer: você gosta do Brizola, de Jânio, de Jango, não é mesmo, "filho da puta", "safado" ? Fizeram silêncio por uns

minutos e voltaram a me xingar. Todas as perguntas eram acompanhadas de tortura psicológica, dizendo que iria morrer. Pedia, por favor, para acabar com aquilo e me tirar daquele buraco, quando a pior das humilhações aconteceu; os 03(três) infelizes começaram a urinar em cima de mim, não adiantava eu me esquivar, pois cercaram o buraco ficando um em cada lado. Só me restou abaixar a cabeça e pedir muito a Deus para me salvar daqueles malditos. Fui torturado por 03(três) noites e três dias. Durante aqueles dias rezei muito. Todos os dias me traziam a comida e água em sacos plásticos e quando eu abria a comida, exalava um cheiro de azedo e bem gosmenta, parecendo que haviam tirado da lata de restos. A água também sempre vinha quente e turva. Foram 03(três) noites e 03(três) dias intermináveis de sofrimentos, medos, torturas físicas e psicológicas que eu jamais pensei passar em minha vida. O local onde fiquei era de terra revolvida e com cheiro de chiqueiro e de esgoto. Outras pessoas passaram por aquele mesmo local degradante e aterrorizante.

Ao final do terceiro dia, já ao entardecer, fui finalmente retirado do confinamento através de uma escada de 02(dois) estágios. Colocaram-me com as mãos para trás e algemado me jogaram dentro da mesma viatura que havia me levado para aquele local infernal. Muitas coisas vieram em minha cabeça, como exemplo: Será que vão me libertar? Ou me levar para um outro confinamento? Mal acabei de pensar no que poderia acontecer o veículo que nos transportava deu uma parada e um dos encapuzados me puxou me fazendo ralar os dois joelhos. Sob uma árvore, em um espaço em frente à duas pedras de fogo, aquelas que fazem meio fio nas ruas, me vendaram e começaram a fazer a tortura psicológica dizendo para eu falar o que eu sabia. Quando eu respondi que não sabia de nada, levei um tapa de cada lado do rosto e me empurraram sobre a pedra de fogo, onde eu bati com a boca, quebrando 05(cinco) dentes frontais superiores. Neste momento eu desmaiei. Depois me colocaram sentado sobre uma daquelas pedras, sem a venda nos olhos. Fui acordando com muita tonteira; já não sentia mais o meu rosto por estar muito dormente e inchado. À medida que recobrava a consciência, me dava conta de como tinha sido sacrificado. Da altura do meu peito para baixo só via sangue no meu corpo. Ainda mui to grogue, com as algemas nos pulsos, os ouvi comentando alto “agora que este merda não vai falar mais”. Me jogaram no chão

da viatura, deram voltas dizendo “vamos jogar ele no rio, dar um tiro na cabeça desse safado”.

O carro parou, abriram a porta e um primeiro Sargento enfermeiro me recebeu e mandou-os tirarem as algemas para me atender. Durante instantes o sargento me examinou, fazendo algumas perguntas para ver a minha sobriedade. Pediu então que eu fosse ao banheiro tomar um banho para ele poder observar melhor os ferimentos. Minha cara parecia a de um babuíno, devido ao inchaço. Além disso, o enfermeiro observou a perda dos dentes, dizendo que havia uma raiz de um dente na gengiva precisando ser extraída, porém somente o cirurgião dentista poderia fazê-la.

O sargento deu-me alguns medicamentos como analgésico, antibiótico e antiinflamatório. Mandou-me recostar na maca com a cabeceira levantada para que eu não bronco aspirasse ao sangue que ainda saía da gengiva. Com o efeito dos remédios adormeci e pela manhã ao acordar, o enfermeiro me disse que falei muito durante a madrugada, mas que não havia entendido nada do que eu disse porque eu misturava as palavras.

Tomei café com leite com um canudinho para ter um pouco mais de forças, aguardando a chegada do Doutor que ficou sabendo do meu caso contado pelo enfermeiro, e pediu que me colocasse na cadeira do dentista para ser examinado. O médico era um Capitão e conversando comigo disse que me aplicaria umas anestésias para sacar a raiz que ficou presa na gengiva. Após todo o procedimento conveniente ao caso, com pontos na gengiva, o Capitão me deu 07(sete) dias de dispensa, e me encaminhou para o setor.

Apresentei-me ao Tenente entregando a dispensa do Capitão dentista. Fui dispensado com a assinatura do Tenente para passar na portaria do quartel. Já em casa, meus pais me vendo naquele estado perguntaram o que havia acontecido e eu disse-lhes que eu estava fazendo acampamento e caí com a boca em uma pedra grande e perderei cinco dentes superiores frontais. Meus pais nunca souberam das minhas torturas físicas e psicológicas. Durante os dias em que eu fiquei em casa, muitos amigos e parentes quiseram me ver; eu era muito considerado por todos. Contei à um amigo de infância que servia junto comigo e era do meu pelotão e fiz ele jurar que nunca diria nada a

ninguém pois a minha tortura tinha sido totalmente política e nossas famílias corriam o risco de serem também torturadas e mortas por militares bandidos.

Após o término da dispensa, retornei ao posto médico para falar com o Capitão dentista para me avaliar e o mesmo deu-me mais 05 dias livres de esforços físicos e da escala de serviço. Neste período tive a oportunidade de fazer serviços burocráticos na sala do Tenente Guedes, sendo observado todos os dias por ele. Fui indicado pelo Tenente para fazer as provas para S2, S1 e para Cabo. Após 06 meses naquele lugar, pude ser transferido de Unidade, saí do GAP (grupo de apoio), indo para o HAAf (Hospital de Aeronáutica dos Afonsos). Despedi-me de todos, e chegando ao Hospital dos Afonsos, me dirigi à seção do pessoal militar me apresentando ao sargento responsável por aquele setor, para que ele me orientasse sobre o que fazer. Este sargento disse que já me aguardava. A minha ficha de alterações e o boletim confidencial já estavam com ele. Mandou que procurasse o Tenente Elson, responsável pelos serviços gerais na garagem do hospital. Ao apresentar-me ao Tenente Elson, mal sabia que teria mais torturador na minha vida. Sabendo que ficara confinado em um buraco na Unidade vizinha, ele falou “ah! ele ficou no pinicão, por quê ? É filho de comunista que gosta de políticos que são contra as idéias do nosso governo? Gosta de estudar também, talvez queira ser um líder revolucionário, saber falar para convencer as pessoas a promover baderna. Deixa ele comigo!”

Todos os Cabos e Soldados do Hospital eram seus subordinados e sua mão de obra direta. Realizavam os piores serviços visíveis e inimagináveis, capazes de agredir qualquer um de nós física e moralmente. Dentre os serviços cruéis, foi o de limpar as fossas e caixas de gordura daquele hospital, sem nenhum tipo de proteção individual, como luvas, máscaras e óculos de segurança, fazendo com que lavássemos os braços e mãos sem nenhum tipo de detergente, sabão ou desinfetante, obrigando a todos a beber água naquele local, pois não haveria condições para bebermos no refeitório devido ao pouco tempo que restava para voltarmos ao trabalho.

Este militar criou um "brinquedo corretivo", como ele mesmo denominou. Era um tubo fino, comprido de antena de televisão, com uma cápsula de pistola "colt 45" deflagrada e colada na ponta deste tubo, batendo em todos os subordinados que ele visse sem estar fazendo alguma atividade relativa aos serviços gerais. Eu também

acabei sendo vítima daquele que mais parecia ser um neurótico de guerra. Quando eu estava pintando os meio fios, me levantei para esticar um pouco a coluna pois já estava à muito tempo abaixado, este Tenente neurótico bateu com aquele objeto atrás da minha orelha esquerda com muita força, abrindo e sangrando muito. Pedi a ele para ir a enfermaria fazer um curativo e ele respondeu que não podia, e que eu colocasse um pedaço de papel higiênico atrás da orelha para estancar o sangramento. Outra situação constrangedora foi quando eu estava almoçando, o Tenente entrou no refeitório dizendo para lhe seguir até a lavanderia do hospital. Ao chegarmos ao local, a responsável pelo setor já havia separado um recipiente plástico com 20 litros de desinfetante e o Tenente ordenou para que a levasse para o quarto de uma paciente que encontrava-se internada no terceiro andar, para que o banheiro fosse lavado. Assim que cheguei à porta do quarto onde estava internada a paciente, pedi licença e informei a que vinha a uma senhora, que se identificou como nora da paciente internada. Falou que o banheiro parecia que nunca havia sido lavado, que o fedor estava incomodando a sua sogra. Rapidamente entrei no local e ao destampar aquele recipiente com desinfetante, comecei a passar mal vomitando dentro do vaso sanitário. O cheiro espalhou-se por todo o quarto, fazendo com que a acompanhante me responsabilizasse e ofendesse muito. O Tenente Elson assim que soube do ocorrido, chegou feito uma flecha, mandando eu lhe seguir e durante o caminho fui mais uma vez humilhado diante de muitas pessoas que chegavam ao hospital para visitar os seus parentes e amigos internados. Caminhávamos rápido na direção da garagem do hospital, onde ele tinha a sua mesa de trabalho e chegando lá, fui xingado, me dizendo que se o diretor o chamasse para saber o que aconteceu no quarto eu estaria frito com ele; que a partir daquele momento eu estava sendo colocado para responder pernoite por trinta dias seguidos.

Ao fim do pernoite outra situação desagradável me aconteceu. Fui acometido de hepatite em consequência das vezes em que fui forçado por uma pessoa cruel a beber água com as mãos direto da torneira após fazer limpeza das fossas e não utilizar nenhum tipo de sabão ou desinfetante, somente água. Foram quarenta e cinco dias de internação, somente me alimentei com massas e doces. Aplicaram-me também corticóides, situação

que desencadeou problemas glandulares que me fizeram aumentar de peso que luto até hoje para diminuir.

Ao retornar às minhas atividades fui surpreendido pelo sargento responsável da seção do pessoal militar ao mandar todos os cabos e soldados para o auditório do hospital, pois ele tinha uma informação a nos passar. Ficamos super felizes quando o sargento disse a todos nós que o maldito Tenente havia sido transferido para uma outra Unidade militar e que o diretor do hospital havia contratado uma firma para fazer todos os serviços gerais. Outra ótima notícia foi a de que todos nós estávamos a disposição das seções do hospital. Como eu tinha mais estudo fui para seção de arquivo médico e estatística (SAME) e também fui indicado pelo Sargento para compor a escala de cabos, pois a mesma estava apertada, devido alguns cabos terem seus tempos concluídos. Um dia em que estava de serviço, juntamente com um sargento enfermeiro que trabalhava na mesma seção, e por isso já tínhamos mais liberdade para conversarmos, ele me confidenciou que o Ten. Elson era um revoltado. Havia feito prova para ser aviador, foi reprovado e para não mandá-lo embora, a FAB o colocou como Tenente Intendente e assim como ele, haviam outros mais dentro das fileiras que se sentiam humilhados e descarregam as suas frustrações nos seus subordinados. O tempo passou e para minha decepção, a promoção para a minha especialidade não surgiu; consequentemente fui obrigado a pedir baixa da Aeronáutica com muita tristeza. Mesmo depois da saída daquele Tenente, continuei a estudar frequentando o "curso de especialização", esperando uma abertura de inscrição para aviador que infelizmente o governo havia mandado suspender por prazo indeterminado. Procurei uma colocação profissional durante 02(dois) meses seguidos sem sucesso, porque grande parte das empresas do país era comandada por Coronéis aposentados que determinavam a não contratação de ex-militares das forças armadas. No mês de março, fui acometido novamente com Hepatite A, que me deixou arriado durante 04(quatro) meses seguidos. No tratamento, além dos remédios que me inchavam, a alimentação era feita a base de muita massa e muito doce, onde desencadeou em mim uma obesidade a qual luto até os dias atuais para revertê-la. Após a minha recuperação, o meu padrinho de batismo conseguiu uma oportunidade junto a um amigo seu que era Engenheiro chefe de uma Indústria Japonesa. Fiz parte de uma turma da Escola Técnica Federal do (RJ),

como funcionário da referida empresa, me especializando em mecânica pesada. As portas enfim abriram-se pra mim, pois mesmo no período da contenção de despesas nos anos 80, quando fui mandado embora, me contrataram para uma outra fábrica Francesa que estava começando sua produção no Brasil, graças ao meu curso profissionalizante.

Termino o relatório citando sonhos não realizados, muitas tristezas, perda de pessoas que amei e amarei enquanto eu viver, porém, posso avaliar em um compute geral que as alegrias também aconteceram em grande parte da minha vida até os dias atuais e que o Espírito Santo de Deus esteja sempre perto de mim me iluminando e me concedendo varias bênçãos. Amém!

Att, **Evaldo M. de Figueiredo**

Testemunho 3

Sou **Heliana Castro Alves**, nasci em 1975, sou filha de Francisco Xavier Castro Alves e Margarida Portella Sollero, militantes de esquerda, integrantes da AP (Ação Popular) e presos 3 vezes no período entre 1968 e 1973. Minha mãe foi presa no Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, indo depois morar no Rio de Janeiro, já na clandestinidade. Presos em outubro de 1970, foram torturados barbaramente e permaneceram por um ano entre o DOI-Codi do Rio de Janeiro, a Ilha das Flores e, minha mãe, no presídio Talavera Bruce, em Bangu. Nos períodos entre as prisões foram duramente perseguidos e conseguiram escapar diversas vezes. Minha mãe trabalhava no setor de “serviços” da A.P. – coletava contribuições, fazia contatos com familiares de presos e advogados, decifrava mensagens para organizar pontos e contatos nas páginas de classificados.

Em dezembro de 1971 foram soltos e presos novamente em outubro de 1973, em São Paulo, data esta em que eles foram levados para o DOI-Codi coordenado pelo coronel Ustra. Por ocasião desta prisão, meus irmãos estavam em casa: o do meio era um bebê de 3 meses, Carlos, que ainda mamava, e o mais velho tinha 5 anos, Francisco. Havia também o Cacau, na época com 13 anos, que era irmão por parte de mãe do meu irmão Francisco. Meu irmão Francisco, apesar da tenra idade se lembra deste dia. Segundo ele me conta, a polícia entrou fazendo muito barulho, derrubando tudo e minha mãe gritava apavorada pedindo para não levarem “eles”. A preocupação era com as crianças. Meu irmão conta que ficou apavorado, mas não tem nenhuma outra imagem, nem lembrança, a não ser a dos gritos dela e do desespero e de toda a correria na casa. Meus avós chegaram neste momento, porque já sabiam que a polícia estava lá, e buscaram as crianças bem na hora que a viatura “disfarçada” levou meus pais. Eles foram seqüestrados e levados ao DOI-Codi. Nas primeiras sessões de tortura, a polícia pediu para que minha mãe girasse a manivela para dar choques elétricos no meu pai. Ela se recusou aos choros, implorando aos pés da polícia. Dizia que não podia fazer isso porque era o pai dos seus filhos. Meu pai ficou extremamente nervoso com a cena e agrediu os torturadores neste momento, com uma cadeira na cabeça de um deles. Ele teve uma punição severa – foi duramente espancado por vários policiais ao mesmo tempo. Minha mãe foi retirada da sala de tortura e da sala ao lado ficava ouvindo as torturas contra ele quase a noite inteira, tendo ao fundo, em alto som, a música “que falta eu sinto de um bem...”. Na manhã seguinte, ela viu o meu pai sendo arrastado em um lençol ensangüentado, desacordado e pensou que ele tivesse morrido. Ela foi liberada da prisão antes dele. E por um tempo teve dúvidas se ele estava vivo ou não. Quase todos os dias ela procurava saber se ele estava vivo, mas não lhe davam qualquer informação. Um dia ela deixou na portaria um casaco para ele. E os guardas o receberam. Ela supôs que ele tivesse vivo.

Depois desta prisão, minha mãe sofreu uma depressão muito grave e chegou a ter alguns surtos psicóticos, precisando de hospitalização e remédios muito fortes. Foi um período em que ela relata ter tido muita dificuldade de criar os filhos. Meu pai foi solto poucos meses depois. Eu nasci no meio desta depressão profunda. Apesar do baixo peso, eu era normal. Acredito que tenha sido um momento difícil para todos porque

estávamos totalmente vulneráveis: meus pais ainda eram perseguidos. Meus pais se separaram um ano depois do meu nascimento e sozinha era mais difícil cuidar de três crianças principalmente em consideração ao seu quadro psiquiátrico grave. Alguém me contou que uma vez ela saiu correndo para a rua me segurando no colo e meus irmãos pelas mãos, no meio de um surto, gritando que estava sendo perseguida. Era frequente ela se perder no meio da cidade, não se lembrar onde estava, não saber voltar. Ela tomava remédios muito fortes. Meus avós ajudaram muito nesta época e nos acolheram na sua casa nos piores momentos. Minha mãe passou a frequentar um hospital-dia. Ao longo dos anos ela começou a se estabilizar e retomar a vida muito corajosamente. Ela fez terapia durante muitos anos e isso a ajudou muito. Eu não tenho muitas lembranças deste período... tomo emprestado as lembranças das pessoas ao meu redor como uma confusa colcha de retalhos. Mas tenho algumas memórias minhas. Poucas.

A maior lembrança que eu tenho é a tristeza e a irritabilidade da minha mãe... o fato dela nunca brincar com a gente... e seus longos períodos de silêncio e distância. Eu ficava muito insegura de deixá-la sozinha porque achava que ela ficaria mais triste se eu saísse de perto dela. Eu me lembro bem que descíamos rotineiramente em um ponto de ônibus e tínhamos que passar por um longo muro branco e que andávamos em silêncio absoluto e minha mãe era muito distante, não olhava muito para gente. O silêncio, sim, era a sensação de que havia um segredo, isso eu lembro bem, mas a gente não podia saber. Eu me sentia insegura. Eu ouvia cochichos às vezes e não sei quando foi a primeira vez que ouvi falar que minha mãe havia sido presa. Mas ouvi conversas o suficiente para formar uma imagem na minha cabeça, uma imagem muito antiga de quando ainda morávamos na edícula da Rua Heliadora. Eu devo ter ouvido alguma conversa que eu não devia, ou foi um sonho, uma fantasia, não sei – mas a imagem, recorrente, era a dela dentro de um quarto com baratas, xixi e ratos. Só muitos anos mais tarde é que soube que ela havia sido presa numa solitária e eu relembrei essa imagem recorrente, mas o silêncio não nos permitia saber muito mais além disso, e intuíamos silenciosamente. Eles nos poupavam muito e eram muito cuidadosos e nós também os poupávamos, deveras.

Eu tive um grande atraso na fala. Eu não falava nada até os 4/5 anos. Meu pai ficava muito preocupado com isso e fez minha mãe me levar em vários médicos. Eu me

lembro de ter feito muitos exames. Eu me lembro de que ficava dentro de uma cabine e que tinha que apertar botões grandes e coloridos quando eu escutava sons dos mais fortes até os mais fracos e que eu devia mostrar para uma moça de branco em que ouvido eu estava ouvindo aquele som, entre outros exames, na cabeça, por exemplo. Acho que suspeitavam que eu poderia ser um pouco surda ou ter a inteligência rebaixada. Eu achava divertido fazer exames. No final da bateria de testes, segundo minha mãe, os médicos constataram que eu não tinha absolutamente nada. Minha mãe correu com outros médicos, até que um médico perguntou: - a senhora conversa com ela? – foi neste momento que minha mãe percebeu que não conversava com a gente, não falava quase nada. Meus irmãos ainda tinham o estímulo do meu pai, mas eu era muito pequena e não o via muito, não gostava de sair de perto dela. Por indicação médica, meus pais me colocaram na ludoterapia e a terapeuta nos colocou juntas – eu e minha mãe - nas primeiras sessões. Segundo minha mãe, eu não falava absolutamente nada, apenas empurrava os brinquedos na direção dela, o tempo todo, em direção ao seu colo, talvez querendo chamá-la para interagir comigo, segundo avaliação da psicóloga. A partir deste estímulo da terapia, eu desenvolvi a fala muito rapidamente. Meus pais me dizem que no começo era terrível porque desatei a falar muito e falava um monte de coisas erradas, era atrapalhada.

Meu pai parece ter sofrido menos impacto psicológico, ou internalizava mais. Pelo menos aparentemente. Não me lembro dele triste, apenas muito ansioso, aliás, extremamente ansioso. Na época em que eu não falava, ele gravava minha voz num gravador para me estimular – ele literalmente corria atrás de mim com o gravador para arrancar alguma palavra. Eu só soltava barulhos incompreensíveis. Papai gostava de recitar Castro Alves em voz alta ouvindo música clássica.

Meus irmãos também sofreram impactos, embora não tenham externado da mesma forma que eu. Minha mãe conta que quando meu irmão Carlos tinha mais ou menos 5 anos, um dia perguntou a ela: “Mãe, você é louca?”- e ela chorou muito ao perceber a imagem que o seu filho fazia dela.

Depois, a vida seguiu – escola, cuidados, vida de criança, alegrias, ralação de Joelho. Éramos crianças. Sabíamos e sentíamos peso e tensão naquela época – eu, muito menos - mas não identificávamos por que. Segundo meu irmão mais velho, existia uma

preocupação com carros do tipo “veraneio”. Segundo ele, um dia meu pai foi parado por uma polícia rodoviária e ele ficou tão tenso e tão nervoso que parecia completamente fora do normal. Era apenas controle de documento, nada demais. Um dia meu irmão presenciou a prisão dos amigos do meu pai, na casa do Luis, onde eles tinham reuniões políticas. Já era a fase da anistia, o tempo era mais leve. A polícia entrou com uma arma, mas meu irmão desconcertou o policial com uma risada infantil porque sentiu curiosidade em relação à arma. O policial poupou meu pai da prisão porque ele estava com a criança. Já era 1979, ano da Lei da Anistia.

Só com o movimento das ‘Diretas já’ é que entendi o que era uma ditadura e o que era uma democracia. Eu tinha um pouco mais de 10 anos. Um dia abri uma grande gaveta de uma cômoda antiga da sala de jantar na casa do meu avô e vi um recorte de jornal com a foto da minha mãe abraçando meu avô no dia em que ela saiu da prisão do Congresso de Ibiúna. Lembro-me de ter ficado muito tempo olhando a foto e lendo a notícia muitas vezes. Eu guardava de volta na gaveta para retirar novamente numa próxima visita. Eu acho que eu queria entender. Meus pais me levaram para as passeatas pelas Diretas Já e eu me lembro muito nitidamente da multidão e dos cartazes e da alegria dos meus pais. A partir deste ano de 1988 - eu passei a compreender que isto tinha relação com a prisão dos meus pais – aquela que a gente ouvia entre burburinhos, mas que não se falava sobre isso, aquela da notícia de jornal na cômoda da sala de jantar. Eu e meus irmãos nunca questionamos nada, era algo inviolável, uma teia invisível que nos envolvia - e acho que também não queríamos saber muito.

Já mulher adulta, depois que meu filho nasceu, eu senti uma urgência interna, e muitas dúvidas para tentar entender a história dos meus pais – que era também a minha história e a história do meu filho, afinal – sentia necessidade de saber o que aconteceu realmente. Foi neste momento, algum tempo depois do nascimento dele, que eu tive coragem de questionar minha mãe sobre o assunto e passei a tentar gravar as histórias com a permissão dela. Tentei ser cuidadosa e nunca forcei que ela falasse nada que não quisesse. No começo ela não queria gravar, e depois permitiu. Não deve ter sido fácil para ela, não foi certamente para mim, mas trilhamos juntas. Este processo durou dos ou três anos, conversas muito espaçadas em meio às tarefas domésticas, e culminou na sua entrevista no Museu da Pessoa e no seu pedido de anistia. Na noite anterior à entrevista,

ela ficou muito ansiosa e não dormiu bem, estava agitada. Mas depois da entrevista, pela primeira vez, ela me disse que se sentia aliviada. Foram 30 anos de silêncio. Eu a acompanhei no dia em que ela foi à sessão solene da anistia. Fomos à Brasília juntas e ficamos num hotel. Na noite anterior à sessão, eu dei de presente a ela um par de brincos de pérolas. Pelo simbolismo desta joia.

Reparação: eu não acho que sofremos muito, eu e meus irmãos, porque tivemos muito apoio da família da minha mãe que deu todo o suporte para ela nos momentos mais difíceis. Além disso, apesar do seu silêncio e de sua tristeza realmente evidente, ela sempre nos tratava com carinho. O que ficou e o que ela conta, foi um vazio na nossa infância – uma falta. Ela sente muita culpa em relação a nós. No seu relato escrito para a Comissão da Anistia, ela diz: “O que mais sinto é não ter podido dar aos meus filhos durante sua infância a atenção e cuidados que necessitavam, embora os amasse muito”. Eu quero uma reparação simbólica para mim e para meus irmãos, um pedido de desculpas do Estado, principalmente para tirar esta culpa do ombro dela de uma vez por todas, para simbolicamente mostrar isso a ela. Que ela não teve culpa nenhuma e que, pelo contrário, cuidou da gente apesar de toda a grande dificuldade, nunca nos abandonou. O Estado nos tirou uma parte da nossa infância porque minha mãe não estava presente emocionalmente em muitos momentos. A segunda reparação que eu gostaria é de acompanhamento na Clínica do Testemunho para me ajudar a lidar com todo o material de fortes relatos que coletei durante este período. Eu gostaria de fazer uma ponte, para dar continuidade a nossa história. Escrever. Contar essa história. E oferecer isso para as próximas gerações da minha família... fazer uma ponte de memórias entre o silêncio dela e as minhas palavras - justo eu, que era uma menina muda.

Testemunho 4

Testemunho de **José de Souza Leal** sobre Clínicas do Testemunho em 23/102015.

“Pai, como posso me ver sem me olhar no espelho?”

Esta foi a pergunta que minha filha fez nos seus 7 anos de candura de criança. Passados tantos anos, hoje posso afirmar que esta pergunta foi como um pirilampo reluzindo em meu caminho nas trevas em busca do encontro comigo mesmo. O quanto foi difícil me permitir colocar as seqüelas sob as luzes. Da cruel impotência em retirar o capuz de minha memória para que fosse possível me ver, me reconhecer interiormente diante das dolorosas situações, das imagens vividas e que nenhum espelho consegue refletir.

No processo de realizar o sonho de retornar ao Brasil, Clínicas do Testemunho foi para mim a acolhida afetuosa que tanto precisava. Foi onde pude sentir o quanto é importante abrir as portas e as janelas de minha memória. Meu testemunho junto à Anistia Internacional em Hamburgo, Alemanha e no Centro de Reabilitação de Presos Políticos em Copenhague, não surtiram efeitos tão profundos. Mas foi em Clínicas do Testemunho, que o embate entre o medo e a coragem se intensificou. Este processo veio a transcorrer no Brasil, porque foi justamente neste país que a ordem arbitrária estabelecida me obrigou colocar as dores na sacola, lágrimas no cantil e partir triste dizendo assim:

- Te deixo porque te amo!

Parti como sobrevivente após três seqüestros, prisões em solitárias, sempre de capuz e torturas por causa de minha militância política. Parti ameaçado por haver reconhecido agentes em logradouros públicos e revelar o que havia sofrido. Parti ouvindo a frase de um possível comandante do DOI-Codi me dizendo, exatamente no dia do aniversário de uma de minhas filhas seguramente para estorvar mais esta importante data em minha vida:

“O melhor para você é esquecer que esteve aqui e o que se passou neste período. Faça com que este período seja uma folha em branco em sua vida. Melhor ainda, mentalizar que você nunca esteve aqui e, se por ventura, algum dia você reconhecer algum de nossos comandados pense que é pura ilusão sua. Caso contrário, terá problemas para o resto de sua vida. Podem levá-lo!”

Mais de trinta anos após a partida, foi em Clínicas do Testemunho que aos poucos fui readquirindo auto-estima e confiança para abrir a sacola de dores e o cantil com as amargas lágrimas reprimidas em minha memória. A cada sessão sentia que o revelar, dialogar sobre minhas seqüelas e ouvir a de outra(o)s companheiros era o que me acolhia e estimulava. Assim, baseado no princípio de solidariedade intensifiquei a busca de novos caminhos que revitalizam a vida. Sempre em constante luta contra o comportamento que me foi exigido pelos torturadores, para mim o revelar a verdade me trouxe o profundo sentido de libertação do cárcere, de desfiar fio por fio do capuz que tentou me confinar como vítima de minhas próprias paixões ideológicas. Da grandiosa vitória por não terem me embrutecido e por não terem conseguido matar a ternura que

cultivo pelos seres humanos. É também o imenso prazer de confirmar que minha vocação de lutar contra o arbítrio, exclusões e injustiças sociais jamais enfraqueceu.

Clínicas do Testemunho me proporcionou a convivência afetuosa com companheiras e companheiros que me passaram imensa dose de energia iluminando o caminho mais importante de voltar para mim mesmo, do encontro com a minha história e assim tornar possível meu retorno ao Brasil. É evidente que em cada sessão revelaram-se dolorosos conflitos internos e confrontos com outros participantes, mas isso enriqueceu o exercício do respeito, da postura democrática, da crítica e autocrítica. O caráter informal da prática do Clínicas do Testemunho gera um aprendizado individual e coletivo de grande dimensão. Evidente, que isto é fruto da clara sensibilidade, competência, consciência e dedicação por parte da(o)s integrantes da equipe de terapeutas, que sempre estimularam a importância das relações de afeto, solidariedade, suprimindo e aguçando minhas carências interiores. Assim, Clínicas do Testemunho me mostra que é possível restabelecer o elo perdido do respeito, da solidariedade, da amizade e ternura reprimidas neste período. Recebi o estímulo de companheiras e companheiros que continuam lutando em busca da fonte de humanidade, onde simplesmente todos de mãos em concha possamos saciar nossa sede de justiça. Que isso fortaleça nossa consciência de que o povo brasileiro tem o direito conquistado de anistia e não de auto-anistias, de criação de mecanismos para salvaguardar estas conquistas com justiça. Lutar para que o Estado tenha determinação política e realize a transformação que nos leve a romper com a herança maligna da impunidade. Para que assim a história do país possa se encontrar, dar as mãos e caminhar junto com a justiça social.

Finalmente, também o meu anseio de que os princípios democráticos cultivados em Clínicas de Testemunho, solidariedade, respeito e afeto, entre outros, ganhe as dimensões do Brasil e que as lutas cotidianas nos leve a digna realização de que somos seres da mesma espécie: Humanos!

José de Souza Leal

Testemunho 5

Disseco minha vida em busca de respostas que, talvez, sequer existam... Mas que, com certeza, fazê-las e encará-las poderá me libertar da prisão que se iniciou com um golpe civil militar no Brasil , seguido de outro golpe civil/militar no Uruguai e que se perpetuou ao longo da vida de quem nasceu e cresceu refém de um regime ditador.

Escrever este testemunho foi como dar um mergulho preciso e certo, rumo a mais profunda escuridão, ao mais mudo silêncio, ao mais angustiante dos medos, o medo de reencontrar aquela velha infância onde o “faz de conta” era “faz de verdade”, o esconde-esconde nunca terminava, e a cabra cega, vendada, desorientada, sem rumo, era – sempre - eu.

Como se transita no desconhecido?

Como rememoramos um passado necessariamente perdido no mais profundo de todos os oceanos?

Como se constrói um testemunho se, para construí-lo é necessário respirar quilos de poeira perdidas em décadas de atraso?

Me chamo **Marcia Curi Vaz Galvão**

Nasci em 12 de março de 1971, em Montevideo - Uruguay

Minha mãe se chamava Gladys Celina Curi Bermudez, mas era conhecida como Rina. Meu pai se chama Araken Vaz Galvão.

Eu tive uma infância profundamente marcada por cortes afiados e bruscos de tempos, espaços, pessoas, lugares e rotinas que acabaram por produzir em mim a construção, ainda que inconsciente, de uma amnésia vital para sobreviver a esses mesmos “inexplicáveis” cortes. Vale dizer que para escrever este testemunho além de ter me debruçado com muito cuidado nas minhas memórias esquecidas tive, também, que transitar por memórias alheias, memórias perdidas em lugares remotos, memórias desaparecidas, memórias embaçadas, memórias perguntadas, memórias mudas.

Por isso o que testemunho aqui não se trata apenas da minha distanciada voz, não se trata apenas de um jogo da memória, se trata da memória que me contam, se trata da memória que pude lembrar. O que pude traduzir das respostas que ouvi. O que pude digerir das minhas poucas e embaçadas lembranças. O que pude guardar das respostas que tive às várias perguntas feitas ao longo de muitos anos.

Algumas pessoas da minha família não compreendem porque estou aqui, e eu escuto coisas do tipo: “Mas minha filha!! Sempre remexendo no passado, parece que gosta de sofrer!!”

“Minha filha, o passado já passou, tem que viver pra frente, quem anda pra trás é caranguejo. Pra que ficar mexendo no passado, esquece, deixa pra lá. Não vai adiantar nada mesmo.”

Acontece que não sou eu quem está presa a esse incógnito passado, é ele, esse passado que simplesmente não passou! Que permeia meus sonhos, muda minhas direções e me desnorteia e, acredito que só falando dele, olhando para ele e dissecando-o é que poderei, finalmente, dele me despedir.

Estar aqui hoje tem vários significados.

Um deles sem dúvida é a minha mãe... Essa tão íntima desconhecida, com quem vivi a maior parte da minha vida, com quem tão pouco conversei. Que tanto me amou, a quem tanto amei.

E amo!!! É também por mim mesma, para me libertar da “prisão” onde fui trancada “por la história que me tocó” – como diz, em espanhol claro, minha querida tia Martha – e onde permaneci por décadas, por hábito ou talvez por desconhecer outros sítios mais livres e amenos para se viver. Pois foi lá, nessa prisão sem grades, que fui forjada, onde vivi a infância, adolescência, juventude... e da qual é tão difícil me desligar.

Porém diante da verdade que tanto busquei e que, ao me deparar com sua possível aproximação percebo o quanto temi, me pergunto outra vez: por que??? Hoje posso afirmar que se estou aqui me submetendo a mais este enfrentamento duro, escuro e frio é sim, repito, pela minha mãe - que sofreu calada desde o dia em que foi presa até o dia de sua morte, deitada numa cama, pesando menos de 30 quilos, consumida por tudo o que não disse ao longo de 30 anos; é também por mim pra receber enfim a minha “alforria” do calabouço de desestruturação onde passei toda a infância.

Mas, contudo, reviver este tão doloroso passado não está ligado apenas a mim e a minha mãe, mas sim a possibilitar a construção de um futuro diferente. Neste sentido fica evidente que é por ela, pela minha filha, Clara Curi Vaz Marien, que revolvo uma história que precisei esquecer. Porque acredito que ela, que hoje está com 09 anos, merece que a luta da avó, a luta do avô, o sofrimento da mãe não tenha sido em vão.

Quando eu estava com 1 ano e 3 meses os milicos entraram na minha casa, de repente, em plena madrugada, quebraram tudo enquanto procuravam não sei o que. Soube que permitiram que minha mãe trocasse minha fralda enquanto eu brincava com uma espingarda. Soube que depois desse dia ela ficou por uma semana desaparecida. Soube que naquela madrugada, meu tio, Juan Carlos Curi, o Mingo, então com 14 anos de idade, estava dormindo na nossa casa e foi com ele que fiquei após minha mãe ter sido levada encapuzada. Soube que após uma semana minha mãe apareceu no quartel 11 ou 13 na cidade de Montevideu, onde permaneceu presa por quase 4 anos. Soube que minha tia Martha Rosa Curi Bermudez e mais pessoas da família me levavam para visitá-la na prisão. Soube que durante a prisão da minha mãe, eu vivi na casa da minha

tia Martha por alguns meses ou anos. Soube que após um desentendimento entre minha tia Martha e meu pai eu fui retirada da casa da minha tia e deixada, por cerca de um ano, na casa de uma família que meu pai havia conhecido em Montevideú.

Meu pai que era sargento do exército na época do Golpe aqui no Brasil, esteve preso e fugiu da prisão no Rio de Janeiro e, após ficar um ano exilado na embaixada uruguaia, conseguiu ir para o Uruguaia onde conheceu minha mãe que era membro do **Movimento de Liberação Nacional – Tupamaros / MLN-T**).

Soube que após a soltura da minha mãe ela teve que sair rapidamente do país, pois estava ameaçada de morte. Soube que, apesar dos apelos de minha tia, minha mãe decidiu que deveria levar a filha consigo para o exílio. Soube que fomos para a Argentina (nunca compreendi o que fomos fazer lá).Soube que da Argentina fomos de navio até Barcelona onde vivemos por 6 meses;

Soube que em Barcelona minha mãe me colocou para estudar numa escolinha de freiras que, após as crianças entrarem e fecharem as portas, as freirinhas só falavam catalão entre si e com as crianças.

Aprendi catalão. Me disseram, eu não lembro.

Soube que depois fomos para Paris/França, onde moramos durante alguns meses ou, talvez, um ano.

Soube que da França minha mãe entrou em contato com um antigo namorado que, na época, estava exilado na Suécia.

Soube que nos mudamos para Estocolmo onde moramos por pouco mais de um ano com o namorado da minha mãe, ele se chamava Kimal Amir.

Outro dia estava remexendo coisas na expectativa de descobrir algo pra escrever este testemunho, lendo uns antigos cartões postais me deparei com alguns endereçados a mim por esse companheiro de minha mãe. Lendo, profundamente emocionada, pude perceber o quanto ele era uma pessoa muito carinhosa, doce, generosa e amorosa. E, pelas palavras do cartão, notei que cultivava um carinho enorme por mim. Foi um alento, nunca me senti querida, amada ou importante para ninguém.

Soube que passei pelo Jardim de Infância na Suécia durante esse ano.

Soube que após a relação de minha mãe e seu companheiro Kimal não dar certo, voltamos a Paris, onde fui alfabetizada em francês, claro.

Soube que um dia minha mãe arrumou nossas coisas e viajamos para outro país, onde não falavam nem espanhol, nem francês e tampouco catalão.

Nesse novo lugar, onde, fui informada que eu tinha uma coisa chamada família, falavam português.

Apesar de não ter lembranças que possa garantir que são minhas tenho alguns flashes, como se fossem imagens de sonhos, embaçadas, sem forma concreta. E estes flashes, muitas vezes apesar de me lembrar, tenho a impressão que não são meus, que fazem parte de um filme muito triste que me perseguiu como se fosse um pesadelo infantil.

Tenho vagas lembranças de uma casa grande com escadas, que minha mãe disse que moramos logo que chegamos em Paris, era a residência de padres onde minha mãe trabalhava como doméstica.

Tenho também lembranças vagas do apartamento onde vivemos que era próximo ou em frente à escola onde fui alfabetizada, e que numa parede desse apartamento tinha uma foto 3X4 do meu pai, lembro que perdia horas a fio observando aquele rosto.

Lembro de muitos medos e prantos sem explicação (que ocorrem ainda hoje) quando ficava só no apartamento, o que era bastante comum já que nem sempre minha mãe podia me levar com ela.

Lembro que quando ficou tudo pronto para a nossa volta para a América do Sul, após a anistia dada pelo então presidente João Figueiredo, um dos padres do tal casarão com escadas onde minha mãe trabalhou como doméstica foi jantar conosco, um jantar de despedida. Pois então lembro que chorei sem parar durante todo o jantar, deve ter sido muito desagradável, pois eu simplesmente não consegui parar de chorar, era um choro compulsivo, sofrido, doído mesmo. Tinha então 8 anos de idade.

Chegamos ao Brasil em julho de 1979.

Soube que no dia do meu desembarque o aeroporto do Galeão estava absolutamente lotado, pois um ator de novela, Toni Ramos, (hoje sei quem é...) também estava lá.

Pois bem, minha prima, uns 10 anos mais velha do que eu, filha da minha tia Celuta Vaz Galvão, irmã de meu pai, estava duplamente feliz: ia conhecer a priminha

que chegava do exterior e, de quebra, teria a chance de ver o galã da novela que passava na época, “Pai Herói”.

A Rede Globo já entrou na minha vida de cara!

Os nossos primeiros anos aqui no Rio de Janeiro foram muito complicados e eu tampouco guardo uma memória continua e lúcida. Apenas flashes. Sei que morei na casa da minha tia Celuta, em Higianópolis.

Acho que no início de 1980 fomos morar em Santa Teresa, onde morei por quase 30 anos. Foi em Santa Teresa que começou uma certa confusão e novas mudanças, mudanças essas ocorridas por causa de uma tal Operação Condor. Estava estudando em uma escola do bairro chamada E.M. Machado de Assis e sendo alfabetizada. Desta vez em português e, de repente, eu não fui mais a escola, nem morava mais na mesma casa, aliás não morava em casa nenhuma. Ora estava na casa de uns amigos, ora na casa de outros... e lembro que em uma das casas onde ficamos não se podia acender as luzes de noite. O que para mim era um suplicio, já que tinha pavor de baratas e fantasmas.

As baratas continuam me causando ojeriza. Os fantasmas... bem, esses eu estou tentando enviar para o além através deste testemunho, através da luta por Memória, Verdade e Justiça.

Testemunho 6

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO

CLÍNICAS DO TESTEMUNHO

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM EX-PRESAS E PRESOS POLÍTICOS QUE ESTIVERAM INTERNADOS NO HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO – HCE

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2015

TESTEMUNHO DE MARCOS PENNA SATTAMINI DE ARRUDA

1. Estive preso no Hospital Central do Exército, HCE, Rio de Janeiro, entre os dias 21.8.1970 e 1.2.1971, trazido do Hospital Geral de São Paulo, depois de torturado pela Operação Bandeirantes em 11.5.1970. No Rio, fui entregue ao

DOI-Codi, no Batalhão da Polícia do Exército sediado na Rua Barão de Mesquita.

2. Em setembro de 2014 participei da Comissão que visitou o HCE, composta de membros das Comissões Nacional e Estadual da Verdade, das Clínicas do Testemunho e de ex-presas e presos políticos que ali estiveram internados. Nesta ocasião, entreguei uma carta em mãos ao Diretor do HCE solicitando o meu prontuário. Até hoje não obtive qualquer resposta.
3. Cheguei de São Paulo numa ambulância-cela, com motorista e dois policiais fortemente armados, em vez de dois enfermeiros competentes, como fora dito à minha família quando tentaram me visitar em São Paulo antes de minha partida. Fui levado para o DOI-Codi, onde me esperavam quatro policiais e o Sargento Enfermeiro Argolo. Os policiais me obrigaram a despir-me para revista. Passei cerca de duas horas ali, até que me conduziram com o mesmo aparato de segurança ao HCE.
4. No HCE fui colocado num quarto-cela no pavilhão chamado de 13ª Enfermaria, onde fiquei em torno de 20 dias totalmente incomunicável, sem ninguém que me examinasse nem falasse comigo. E o servente que me trazia comida se recusava a trocar palavras comigo.
5. No fim deste tempo, fui transferido para uma enfermaria ampla e aberta, com cerca de 20 camas. Ela ficava no fundo à esquerda do corredor, e defronte dela havia outra enfermaria de mesmas proporções, para militares presos. Como algumas pessoas que passaram por lá não eram presas políticas, percebi que essa enfermaria abrigava presos políticos e presos comuns civis. Todos os que ali conheci haviam sido vítimas de sevícias pelos órgãos da repressão governamental.
6. Nomes
 - a. Reimundo Nonato dos Santos – torturado pelo I Batalhão da PE, Rua Barão de Mesquita. Estava com as pernas imobilizadas e sofria descontinuamente descargas nervosas espontâneas nas duas pernas. Depois de um mês foi levado de volta à PE. Ele me contou que fora acusado de tentativa de roubo de automóvel.

- b. José Carlos Tortima – contou que sofrera violentas torturas da mesma PE durante 9 dias, em fevereiro e março de 1970, fora hospitalizado em estado grave, voltara à PE e estivera preso sete meses na Ilha Grande. Estava no hospital para tratamento psiquiátrico.
- c. João Pedro Francisco – contou que sofrera choques violentíssimos nas mãos e tornozelos, que ficaram incinerados. Depois fora pendurado num pau-de-arara enferrujado, que provocara infecção das feridas. Os ossos e tendões de uma das mãos e um dos tornozelos estavam à mostra e João estava sendo submetido a operações plásticas de enxerto.
- d. Senildo da Silva – contou que estivera na Delegacia de Roubos e Furtos, no DOPS e na PE. Fora torturado com choques e muitas pancadas, que lhe quebraram o fêmur direito em dois lugares e a tíbia direita. Foi transportado para o Hospital Souza Aguiar e depois para o HCE. Os policiais diziam que ele tentara pular do terceiro andar de um prédio para fugir e quebrara a perna. Senildo disse que a própria Polícia quebrara sua perna com pontapés, em meio a sessões de tortura.
- e. Estrella Dalva Bohadana Bursztyn, arquiteta de 19 anos de idade – contou que fora trancada num quarto escuro durante seis dias no 1º. Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, e depois transferida para o Doi-Codi da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, onde foi violentamente torturada com chutes na barriga (quando disse que estava grávida), choques e pancadas. Estrella foi levada para o HCE em péssimo estado, com hemorragia interna e as pernas paralisadas. Contou-me que sofreu aborto, devido às sevícias que sofreu. Ficou em torno de um mês no HCE, entre novembro e dezembro de 1970, e pude comunicar-me com ela graças à ajuda solidária do servente Sr. Valter. Ele e o Sargento-enfermeiro Argolo mostraram total solidariedade para com as presas e presos políticos durante todo o tempo em que estive no HCE. Estrella recebeu alta pelo diretor da enfermaria, Major Dr. Wilson Boia, e foi levada de novo para o DOI Codi e de lá para o 1º BIB de

Barra Mansa, onde voltou a ser torturada brutalmente, sofrendo, entre outras coisas, fratura de duas costelas.

- f. Através da Estrella fiquei sabendo da presença de outra presa política, de nome Irony Bezerra, que estava em estado de gravidez avançada. Por isso, não tinha condição de suspender-se até a janela gradeada para ver, durante as noites de conversa minha com Estrella. Ela estava na cela ao lado daquela em que Estrella estava presa.
7. Os remédios que eu tomava diariamente incluíam pílulas anti-convulsivas (eu tive convulsões depois de horas de pau-de-arara com choques elétricos muito violentos, e elas retornavam de forma intermitente) e soníferos (creio que Valium, dois comprimidos à noite. Nos últimos meses de prisão, eu fingia tomar o Valium e depois guardava uma das pílulas, ou jogava as duas na privada, para evitar sentir-me lerdo e semi-drogado durante o dia. Durante esses meses fui tratado com fisioterapia diária, e tive visitas de um neurologista para examinar meu olho esquerdo, cuja pálpebra estava caída desde a tortura com choques elétricos.
8. O quadro do pessoal do HCE, quando lá estive, incluía:
 - a. O diretor General Galleno,
 - b. o responsável pela segurança, Capitão Moraes, que sempre tratou membros de minha família com gentileza e humanidade,
 - c. o Major Dr. Wilson Boia, dermatologista, que não dava praticamente nenhuma assistência aos pacientes, tratando-os como animais, aos berros e com ameaças;
 - d. os dois Sargentos-enfermeiros, Argolo, solidário e prestativo com presas e presos, e outro do qual esqueço o nome;
 - e. os dois serventes, Sr. Valter, sempre solidário e prestativo com presas e presos, e o outro, creio que de nome Wilson.
9. Durante minha estada no HCE, passei a maior parte do tempo incomunicável, apesar de todos os esforços da minha família de me visitar e mesmo do advogado que ela contratou parou de estar comigo pessoalmente. Só conheci o Tércio Lins e Silva depois que fui libertado, em 1.2.1970.

10. A função do HCE, assim como do Hospital Geral do Exército em São Paulo, onde eu já estivera preso entre 12.5.1970 e 21.8.1970 era “recauchutar” presas e presos políticos que haviam sido torturados, para que pudessem retornar aos centros de tortura para mais interrogatórios e novas sevícias. Portanto, os hospitais militares cumpriam a função de *elos da cadeia produtiva das torturas e dos assassinatos*.
11. Daquele período de cinco meses e 10 dias que passei de prisão no Rio de Janeiro, apenas três dias não foram no HCE, mas sim no DOI-Codi da Rua Barão de Mesquita. Dias de inferno, entre 23 e 25.12.1970, pois fiquei trancado numa cela num corredor em que havia várias celas com outros presos. Dia e noite vinham os soldados apelidados de ‘Catarinas’ levar um preso para a tortura. Seus gritos ecoavam por todo o prédio, inclusive durante a noite de Natal. Os soldados depois traziam o preso de volta apoiado neles ou arrastado pelo chão. Por falta de medicamento, voltei a ter convulsões e fui levado de volta para o HCE. Só fui libertado em 1.2.1971.

12. PROPOSTAS

- a. Expresso aqui minha gratidão aos membros das Comissões Nacional e Estadual da Verdade, e sugiro que seja criada uma instância governamental permanente, ligada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, para dar continuidade às investigações sobre o HCE em particular, e os Hospitais das Forças Armadas que serviram à repressão durante das décadas da ditadura empresarial-militar.
- b. Igualmente desejo expressar minha gratidão às psicólogas e psicólogos do Projeto Clínicas do Testemunho, que têm acolhido com carinho, competência e espírito de pesquisa vítimas de torturas do tempo da ditadura empresarial-militar, e têm colaborado ativamente com os trabalhos das Comissões Nacional e Estaduais da Verdade, em particular a CEV-RJ. Defendo que o Governo Federal transforme as Clínicas do Testemunho em projeto de governo, com mandato para realizarem sua missão sem horizonte temporal e contando com recursos suficientes para isto.

MARCOS PENNA SATTAMINI DE ARRUDA
CPF 606.957.147-91 – R.I. 1.641.396-5 Detran-RJ

Testemunho 7

Testemunho de Fátima Setúbal à Comissão Estadual da Verdade no dia 30 de julho de 2015

Durante minha estada no HCE (de fins de abril a início de junho de 1972) não tive contato com nenhum outro preso, senão o Camacho (Carlos Camacho França - do PCBR), com quem eu conversava lá. Nossas conversas me davam força para suportar o isolamento e o sofrimento das seqüelas da tortura.

Tenho prova documental da não entrega do meu prontuário médico. Tenho que encontrá-lo, pois após obra em minha casa ainda não consegui localizar o documento. Trata-se de um protocolo, impresso em cartolina pequena, do tamanho de um cartão de visita, timbrado com logotipo do Hospital Central do Exército, com a data de entrada do

início de 2002. A resposta ao meu pedido foi-me entregue sem data de saída e sem nada escrito atrás. A justificativa deles, de forma verbal, foi a de que meu prontuário não havia sido encontrado. E, apesar de meu veemente pedido, nada anotaram atrás do protocolo.

Necessito do prontuário para a investigação de seqüelas físicas, como, por exemplo, a origem de meu glaucoma sem controle, doença que já fez com que eu me submetesse as cirurgias nos dois olhos. Segundo meu oftalmologista, este problema pode ser decorrente de pancadas da tortura, uma seqüela físico-traumática que atingiu as duas vistas.

No HCE recebi doze litros de sangue por ter tido uma hemorragia vaginal fortíssima e sangramento pela boca, tive sangue pisado da garganta. Fiquei no soro com medicamentos por vários dias. Tive que fazer fisioterapia devido ao inchaço e dormência nas pernas, como uma seqüela do 'pau-de-arara'.

Em meu aniversário, dia 1 de maio de 1972, ao completar dezenove anos de idade, meus pais foram me visitar e levaram um bolo. Porém, não tiveram a autorização para entrar na cela, nem entregar-me o que levaram. O enfermeiro Sargento Argolo compadeceu-se de meu desolamento e me levou, então, um bolinho de padaria, um refresco dissolvido num copo plástico e uma vela de aniversário para que eu apagasse, cantou os parabéns. Isto me confortou, foi um alento, um rastro de humanidade em meio a tanta crueldade!...

O Capelão do HCE, Coronel e Bispo - Dom Alberto Trevisan - foi me visitar na cela-enfermaria em que eu estive presa, a pedido de minha família para levar-me apoio religioso. Disse que não poderia falar muito, pois estava incomunicável; apenas falamos por pouco tempo.

Solicito uma investigação desta Comissão da Verdade no caso do HCE. A jovem assassinada na Chacina de Quintino, viúva de Raimundo Figueiredo (desaparecido político em 1971) MARIA REGINA LEITE LOBO FIGUEIREDO e companheira na ocasião da chacina de meu irmão Antônio Marcos, talvez tenha sido morta no Hospital Central do Exército. Não se sabe se chegou agonizando ou se já havia falecido quando deu entrada no HCE, em 29 ou 30 de março de 1972.

Quero enfatizar aqui o tratamento humano e solidário do enfermeiro-sargento Argolo, uma pessoa alegre e generosa, uma exceção em meio a toda aquela gente que, no mínimo, compactuava com todas as atrocidades. Argolo era baiano, bem-humorado, enfim, uma pessoa que hoje, como alguns outros (as) companheiros (as) bem lembraram, poderia ser chamado de "mãos estendidas". Argolo e alguns poucos que se encontravam nos espaços de repressão e se sentiam incomodados, não compactuavam com aquilo. Estes eram "exceções à regra" da prática da tortura física e psicológica.

Fiquei incomunicável todo o tempo em que estive internada no HCE, e apenas nos dias de plantão do enfermeiro-sargento Argolo podia entrar em contato através de janela da cela com o supracitado Camacho, companheiro da cela em frente.

Tive alta do HCE cerca de um mês e meio após minha internação quando, então, no início de junho de 1972, me levaram de volta para o quartel da Polícia do Exército, onde funcionava o famigerado DOI-Codi, onde permaneci por mais um dia até ser levada para o Ministério do Exército e liberada, sob a condição de me apresentar a este Ministério semanalmente durante dois meses.

Sem mais, subscrevo-me,

Fátima Setúbal,

MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SETÚBAL

Escrito em 15/6/2015.

Testemunho 8

Ôi minhas queridas terapeutas Vera, Cristiane, Marília.....

Por mais de dois anos, junto com vocês na Clínica do Testemunho do RJ, fui conseguindo aceitar, mesmo sob forte resistência e discussões durante as sessões terapêuticas com Cristiane e Marília, a conviver com a minha mente e corpo, que além da alma, vitimada e mergulhada em um ódio visceral com os quais eu convivi com um "camufladíssimo" sentimento de culpa - culpa sentida em relação a todos, e contra qualquer tipo de poder.....

Me sentia culpada por desobedecer, por infligir, por negar, por rebelar-me, por tentar sobreviver, por festejar e até por dizer "obrigada"..... e, principalmente, ainda mais por contestar.....

Antes, todas as culpas eram sabotadas, escondidas num crescente chamado "instinto de morte", que, pedagógica e clinicamente, nem agora requer ser esmiuçado como exemplo terapêutico de superação. Hoje, meu ódio permanece, na prática mais no sócio-político, rejeitando o óbvio da corrupção.....!!!! Hoje, o meu ódio já está "desentupido", destampado, desconstruído, também graças ao trabalho terapêutico de corpo aplicado pela técnica da Clínica do Testemunho - massagens, muita dor, desbloqueio e gargalhadas também.....!!!!!!!

Hoje, sou mais tolerante, construtiva, socialmente participativa e amorosa, compreensiva nos embates da realidade, mesmo me permanecendo crítica - não mais aquele ódio mascarado, reservado, covardão de "florzinha", mas o do convívio controlado, educado, mesmo se não tão transparente quanto eu gostaria, por ter sido um ódio cristalizado com cargas de revolta que, creio, jamais desaparecerão em mim.....!!!!!!

Hoje, esse meu ódio está sendo admitido, por eu estar conseguindo levar a cabo o desafio de tolerar os medos, sabendo conviver com riscos e perigos - o perigo de reconhecer e constatar as "verdades" de outros e de mim mesma, num mundo imposto de perseguições, tortura, dor, sadismo, violação, como as que passei nas mãos da ditadura brasileira....!!!!!!!

O ódio "domesticado" está sendo plausível. Mas, no dia-a-dia, os fantasmas das perdas flutuam e flutuam gemendo sobre mim.....!!!!!!!

Miriam Malina

Outubro 2015

Testemunho 9

Carta pela aparição do corpo de Moniquita.

Durante o ano de 2013, muitas coisas significativas se passaram na minha vida. Entre todas elas, quero ressaltar uma muito especial, fruto de lutas e de resistências, do trabalho incansável de muita gente: apareceu o corpo da minha tia, Mônica Edith de Olaso.

No dia 13 de dezembro de 2013 fizemos o enterro em família. Hoje, sabemos onde está Mônica, sabemos com maior certeza que foi assassinada por aqueles que

contribuíram para o plano sistemático de aniquilação de pessoas, implementado pelo terrorismo de Estado no nosso país, na última ditadura militar.

Eu não a conheci. Os caminhos enviesados da identidade me uniram muito a ela. Como é raro sentir um sentimento tão profundo por uma pessoa que nem sequer conheci!

Vi-a pela primeira vez numa fotografia, juntamente com Alejandro. Estava na *Universidad de las Madres*, em 2004. De alguma forma, cheguei até aqui seguindo os seus passos. De alguma forma, já a estava buscando sem, no entanto, saber que existia. Já me estava rodeando de gente linda que quer mudar as coisas, já estava começando a militar, apesar das dúvidas, por medo familiar. Indo buscar o que queria ser, encontrei parte da minha identidade passada que estava oculta. Vendo a fotografia, perguntei quem era ela, enquanto o mesmo apelido de minha mãe me colocou perante uma bateria de perguntas incansáveis. No meio de muita confusão sobre o passado-presente, o sangue foi construindo um vínculo indestrutível, cheio de sentido, carregado de presente e de futuro.

Para saber quem era ela, tive que nadar no silêncio. Remando com perguntas sem resposta, agarrando crucifixos e sacramentos. Atravessando aos poucos a vergonha e o medo da família. Guiado pela luz de uma juventude que luta, esses HIJOS [FILHOS] que se negavam a colocar um manto de impunidade sobre o passado, esses novos movimentos que, em 2001, pariram consciência para muitos de nós; esses ruídos e essas ruas de atuais lutas que foram guiando uma busca desorientada, até chegar perto de suas companheiras e companheiros, suas amigas, minhas companheiras e meus companheiros, amigas e amigos, aqueles que hoje recusam viver com essa pulsão de morte que é a impunidade e que mantêm a vida e a esperança, depois de terem atravessado tanto terror. Não há nada que se consiga na solidão.

Mónica. (Moniquita)

Era a irmã mais nova de uma família conservadora; a sua mãe deixou de trabalhar quando se casou. Filha de militar, defensor do partido conservador, desses militares que deram o golpe contra Perón porque não gostavam do cheiro a povo que o seu governo tinha.

Desde pequena, com uma imensa criatividade, enchia de cores o cinzento cotidiano dessa casa da cidade de La Plata. Mesmo quando era castigada inventava novos jogos para transformar a sua realidade. Fez o colégio primário e começou o secundário no Normal 2. Aqui, através da mão das suas amigas, juntou-se à organização do movimento estudantil, participando nas lutas do colégio. Para “a afastar das más companhias”, a repressão familiar levou-a para uma “escola de freiras”. Resistiu desde o estudo às boas notas, para finalmente regressar à escola pública em Normal 1, construir organização com as suas companheiras e companheiros e lutar pelo bilhete estudantil (Que atualidade tem esta luta pelo transporte!).

O golpe de Estado no Chile lhe doeu tanto que não pôde se conter e gritou o seu repúdio no meio de casa. Desta vez, recebeu o golpe no seu próprio corpo, insultos, murros e pontapés do seu pai e da sua mãe, “Muita porrada para que aprenda”... E aprendeu. Moniquita aprendeu que tinha de se afastar dessa família, caso quisesse cumprir os sonhos de justiça para o povo.

Várias companheiras e companheiros seus me contaram que havia uma estranha combinação entre a sua beleza e a sua fragilidade física, a fortaleza das suas palavras e a sua convicção. Contaram-me que, nesses anos, fumava muito, que era extremamente livre para viver as suas relações, que adorava Vivencia, Beatles, Deep Purple, enfim, muitas coisas que a convertiam numa típica jovem de então.

Conheceu Alejandro Ford compartilhando atividades da organização. Viveram intensamente entre companheiras e companheiros do PST, que, como em outras organizações de então, militavam num mundo interno de humanidade e de valores muito profundos, o qual contrastava com o terror que se vivia cá fora. O amor foi um refúgio e a fonte de resistência perante a chegada da AAA e dos ataques contra a organização, contra as companheiras e companheiros. O amor foi um refúgio na clandestinidade da organização que resistia. Casaram-se muito jovens, em fevereiro de 1977. O casamento permitia a emancipação de Mónica, para poder decidir onde e como viver, sem depender da opinião de seus pais. Face à perseguição, ao assassinato e ao desaparecimento forçado de companheiras e de companheiros, o amor foi a trincheira que lhe permitiu resistir ao terror de não entender o que se estava passando, de ter 18

anos e de tanto querer se agarrar à vida, enquanto a gravidez foi a alegria de uma flor que brota entre as pedras.

A carta de Mónica a Alejandro é o melhor testemunho de que nunca estarão separados. Estavam juntos, apareceram juntos, e continuam se multiplicando juntos em milhares de jovens que, hoje, lutam a dois.

O dia 11 de maio de 1977, o dia que mais descrevemos em outros momentos, merece ser breve. Estavam na casa que alugava o partido, juntamente com Julio Matamoros, talvez discutindo a possibilidade de irem para o Perú, onde o Negro Lezcano os estava esperando para abrir uma pizzeria. Sabemos através de um vendedor de legumes do bairro que Alejandro estava chegando a casa quando viu aquele imenso operativo que levava Moniquita e Cabezón; parece que não se conteve e que começou a gritar, exigindo que os liberassem, dizendo que Moniquita era sua mulher e que estava grávida. Levaram-no com eles, juntos.

Juntos também apareceram em uma fossa comum no cemitério de Ezpeletra. Com vários outros dados que os organismos companheiros tratarão de difundir. Juntos também continuarão buscando justiça.

Foi difícil, mas também foi um alívio, no dia 13 de dezembro, no portão do cemitério de 72 e 136, ver a minha mãe, Graciela. Para mim, uma grande companheira que, à sua maneira, teve que suportar as pesadas consequências desta intensa busca, enchendo-me de orgulho o caminho que tem vindo a fazer ao receber a história. Agora, “vai poder passar as festas tranquilas”, em família, com o corpo de Mónica no “seu lugar”, como testemunho concreto que nos ajuda a conhecer a Verdade. A minha mãe tem, agora, mais um elemento, fundamental, para entender o que se passou em sua vida, em sua casa, em nossas histórias.

Com Mónica presente, com mais verdade, e menos mistério, toda a família pode, agora, conhecer melhor a minha tia. Porque aprendemos que o silêncio nos faz mal, não é salutar, e é a base da impunidade; não vamos de novo nos calar. Assumimos juntos o desafio para os próximos anos: exigir e construir justiça. Sabemos que os culpados não são, apenas, militares, sabemos que a justiça tem de alcançar toda a sociedade. E sabemos que não começamos agora e que não estamos sozinhos nesta luta.

Agora e sempre.

É imprescindível ter em conta o aprendizado de 11 de maio de 2012, quando, juntos, relembramos a sua memória no espaço público, no mesmo lugar onde foram sequestrados 35 anos antes, e pensar o quanto esse ato cheio de compromisso, juventude e novos sonhos têm a ver com a aparição de seus corpos, os quais, agora, dão resposta a algumas das perguntas que então fizemos. E abrem novos desafios.

Hoje, não posso deixar de recordar Elba, que lamentavelmente também não conheci. Era sua sogra, a preferida, que preparava umas milanezas excelentes, segundo os relatos gráficos do Negro. Foi a sua família eleita, aquela que a rebatizou de “Pelusa” [Penugem] e que os procurou incansavelmente, até ao último segundo. Juntamente com ela, recordo com um imenso afeto Chicha Mariani, assim como todas as avós e mães que, resistindo a tudo, carregando o pesado fardo desse tempo histórico nas suas costas, nos teceram pontes para continuar a luta. Atualmente, a figura de Nora Cortiñas nos mostra a coerência num tempo em que é mais fácil nos conformarmos do que seguir lutando.

Mónica é a raiz da minha liberdade de pensamento, a porta de saída para o círculo vicioso de negação e de esquecimento em que a minha matriz religiosa me submergiu. Conhecer as suas opções de vida, a resposta à pergunta de por que morreu, mas, sobretudo, por que viveu, por que amou assim, por que escolheu esse caminho, tudo isso é o que me permite pensar e eleger livremente como e por que quero eu viver. Às vezes penso que é uma lástima tê-la encontrado tão tarde, já que perdi muito tempo percorrendo livremente o meu caminho.

Na minha infância e adolescência prolongada, a religião ajudou a esconder durante 25 anos a verdade. Reconhecendo em Jesus histórico um referente de massas que lutou pelos pobres, contra o poder religioso de seu tempo, crendo na impostergável construção do reino aqui na terra, como disse o Che, “sentindo profundamente qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo”, é necessário divulgar a claridade que tinham Moniquita e suas companheiras e companheiros: a necessidade de destruir a religião do poder atual que constrói o reino do deus-Dinheiro, aquele que disfarça o verdadeiro valor das coisas, que está em nosso trabalho. A claridade de que tudo o que existe tem a ver com trabalho acumulado historicamente.

Essa religião do deus-Dinheiro é a que legitima que alguns nasçam com tanto e outros com tão pouco, pois antes alguns compraram o trabalho de outros a troco de dinheiro (sempre pouco), despojando-os de sua verdadeira riqueza, a capacidade de gerar riqueza com o seu trabalho e o seu tempo. A claridade que tinham da necessidade de travar este sistema e gerar uma nova ordem de coisas. A situação atual do mundo faz com que essa nova ordem seja mais necessária. Temos de saber cultivar em nós essa energia, essa decisão que eles tiveram. Temos de cuidar e cultivar a semente que, junto com os seus corpos, hoje cultivamos, essa semente de Revolução.

Dizem que os traumas se superam com etapas e que estas se vão superando com ações concretas: creio que, como povo, temos alguns desafios pessoais e coletivos para superar o que provocaram as últimas ditaduras cívico-militares em nosso continente. Falar do que se passou, descrever a dor, reconhecer as causas da injustiça, buscar a justiça como um remédio, recuperar os valores, os motivos da luta, reconstruir o projeto emancipador e nos organizarmos para construí-lo e defendê-lo. Contudo, ainda temos muito que fazer para completar essa justiça histórica que nos devemos.

“Há etapas”, disse o meu amigo-irmão Marco; em cada uma delas o passado, o presente e o futuro se unem para carregar de sentido as nossas ações. Há momentos que são *charneiras* entre essas etapas. A intensidade desses momentos e os passos aí dados configuram, de alguma maneira, as próximas etapas. Pessoalmente, para mim é claro, como me disse Cony, que “a pergunta sobre a identidade já não é quem somos, mas quem queremos ser e para onde vamos”. Essa mesma construção de identidade me fez encontrar Mônica que foi, ao mesmo tempo, raiz da minha liberdade de pensamentos, companheira e guia em minhas opções de vida, a mesma que marca o caminho para a próxima etapa. A quem recorro cada vez com maior realidade, e menor solidão. Não tenho dúvidas, as melhores etapas são aquelas que estão por vir, como dizia Mônica na sua carta: “Somos nós que fazemos o Futuro”... e deixa sentir de novo essa encantadora esperança de Revolução.

Talvez ter escrito 3 páginas tenha sido demasiado, contudo precisava fazê-lo. Por mim, pelos que a conheceram, pelos que, agora, a vão conhecendo e por todos os que precisam conhecê-la. E, creiam-me, há muito mais para contar.

Obrigado por acompanhar, por conhecer, por recordar, por multiplicar Monica, Alejandro, Cabezón, os 30.000 companheiros e companheiras... Sempre, como dizia Benedetti, defendendo “a alegria como trincheira” na nossa luta!

Feliz ano 2014 para todas e para todos, de MEMÓRIA, VERDADE e JUSTIÇA (que é, apenas, a construção de uma alternativa libertadora para os de baixo, para a imensa maioria oprimida).

Mónica presente com o seu testemunho no povo. Não nos derrotaram.

Vivem na Luta!

Diego Ferrari

Nasci em 31-7-79 em La Plata. Filho de Graciela de Olaso e de Mario Ferrari. Sobrinho de Moniquita. Militante da *Frente Popular Dario Santillán – Corriente Nacional*.

Testemunho 10

Meu nome é Olga Lins de Lemos, sou filha de Amaro Francisco Lins, militante do PCB, anistiado político, hoje já falecido (2000). Não posso precisar data, mas acredito que sua militância, ou pelo menos sua identificação com os ideais do partido comunista, aconteceu em torno do final da década de 1940. Sua atuação sempre foi na área rural e ainda em sua terra natal (Alagoas); fez parte das Ligas Camponesas. Sua bandeira sempre foi a Reforma Agrária, como dizia "terra e condições para o homem viver no campo". Usava o ofício de simples pedreiro para esconder sua verdadeira

atuação. Liderava grupos de camponeses na ocupação de grandes áreas de terras "abandonadas" com objetivo de plantar e assentar famílias que não tinham onde morar, muito menos como sustentar seus filhos. Assim foi nossa vida quando tínhamos nosso pai: entre ocupações, despejos, mudanças, fugas à noite pela mata e viagens constantes, para vários locais, em diferentes estados, sempre em áreas rurais sem o mínimo recurso econômico.

Para falar um pouco de minha vida, o que me vem imediatamente é um sentimento de invisibilidade, ou pior, de não existir, de que somos uma mentira, uma invenção nossa. Só agora percebo que esta situação veio de uma vida inteira na clandestinidade; fomos obrigados a viver escondidos durante toda nossa infância e boa parte da vida adulta. Eu e meus irmãos vivemos uma "infância" entre fugas, perdas, sofrimentos e muito medo. Costumo dizer que nós aprendemos de tal forma a nos escondermos que até hoje estamos escondidos e com uma dificuldade enorme de nos mostrar e de nos fazermos visíveis. Só agora, após muitos anos de terapia, principalmente há mais ou menos seis anos atrás, quando conheci o "Grupo Tortura Nunca Mais", que iniciou um projeto de atendimento psicológico especializado para pessoas que de alguma forma foram vítimas da Ditadura Militar, e atualmente através do projeto Clínicas do Testemunho, da Comissão da Anistia, é que finalmente eu estou podendo apoderar de mim mesma e sair da clandestinidade que o Estado nos impôs neste período obscuro da história recente do nosso país.

Passamos uma vida de privações e medo. Nós enquanto crianças não tivemos sequer os direitos básicos, por exemplo, o direito de brincar, estudar e viver em segurança. Por mais cuidado que tivéssemos em esconder nossa condição, não sabemos como, mas a vizinhança sempre comentava algo sobre a vida de nosso pai. Na ausência dele, minha mãe redobrava os cuidados para que falássemos o menos possível, por isso não devíamos brincar com outras crianças. Apesar de minha mãe não compartilhar das mesmas idéias de nosso pai, tinha uma forma muito especial de lidar com as diferentes situações que surgiam. Certa vez, durante um raro momento em que algumas crianças vieram a nossa casa, nos juntamos todos em torno de um velho rádio cedido pelo partido, que era a nossa maior diversão e eis que num momento este rádio foi derrubado no chão e sendo eu a menor do grupo falei: “cuidado, o rádio é do partido!”. Neste

momento minha mãe corre para o local gritando, "o rádio está partido, o rádio foi partido", na intenção de confundir a todos sobre o que falei. Éramos chamados de forma pejorativa de filhos de comunista. Minha irmã Anita, numa rara oportunidade que teve para estudar em um bom colégio, foi cortada porque alguém falou à diretora que ela era filha de comunista.

Sofremos perseguições, violações e ameaças, tanto da polícia (Polícia do Exército, Polícia Federal), quanto pelos supostos donos das terras, os grileiros. Numa dessas ocasiões, chegou um jipe do exército com dois homens à procura do meu pai e encontrando apenas a nossa mãe, indagam por ele. Quando ela respondeu que ele estava trabalhando no campo ali por perto, o tal homem que exibia na farda o nome de capitão Guerra, levantou meu irmão e a mim pelos braços (meu irmão 8 e eu 6 anos) e nos jogou dentro do carro. Então, sem o consentimento de nossa mãe nos obrigaram a levá-los até o nosso pai. Chegando ao local, avistamos nosso pai de longe, eles pararam o carro e o tal capitão empurrou meu irmão para fora e mandou que o soldado o acompanhasse até meu pai. Enquanto isto eu fiquei com este monstro no carro e ele me arrastou para perto dele, me apertou de maneira perversa, passou a mão pelo corpo de uma criança indefesa.

Tudo era muito sigiloso, escondido, até as conversas entre meu pai e minha mãe, elas aconteciam muito cedo, quando nós ainda dormíamos. Mas, eu que sempre fui muito apegada a meu pai, assim que ele se levantava acordava logo e sempre ouvia a conversa dos dois. Numa dessas conversas meu pai dizia que íamos fazer outra viagem, mais uma vez íamos mudar de estado, que era pra ela se preparar porque desta vez talvez fosse pra ficar. Deste dia em diante era a mesma conversa, ele tentando convencer minha mãe que deveriam ir todos, porque ele não sabia quando poderia voltar. Dizia: "o melhor é ir todos juntos". Mas dessa vez minha mãe estava decidida, "as crianças precisam estudar, eu não vou levar meus filhos para morrerem no meio da selva".

Para todos nós seria apenas mais uma entre tantas viagens de nosso pai; desta vez, me lembro bem, eu não era mais tão pequena, estava com 11 anos, ele parecia muito preocupado. Disse que eu me comportasse e que obedecesse minha mãe. Ele não estava como aquele pai brincalhão que me chamava "a alegria da casa". Por mais que

demorasse em suas viagens, antes do Natal ele chegava e passávamos todos juntos. Meu irmão Luiz Carlos, fazia aniversário em 1º de janeiro e sempre era feito um bolo. E para nosso pai naquele dia era comemorado o aniversário de todos. Porém neste ano de janeiro de 1967, como citei acima, ele estava diferente, com ar sério, chamou a nossa irmã Eva e pediu que ela fizesse o bendito bolo e dessa vez seria uma grande comemoração, porque como já havia dito, não sabia quando ia voltar. E assim foi feito. Depois disso ainda ficamos juntos mais uns três ou quatro meses e em seguida viajou sozinho. Por mim e meu irmão Luiz, nós íamos também, mas minha mãe já havia decidido e ficamos com ela.

Passaram-se os meses, pra mim muito devagar; quando vi já era Natal. Tudo muito triste, sem festa, meu pai não havia chegado, mas ele disse que iria demorar. O tempo passava e nada, ele não chegava. Vários natais passaram; talvez, não me lembro bem, acredito que ainda tivemos notícias dele através de um companheiro que veio procurar nossa mãe. Disse que ele estava bem e entregou um envelope a ela. Depois ficamos sabendo que era uma pequena quantia em dinheiro. Esta foi à única e última notícia que tivemos do Amaro Francisco Lins. Depois houve um pesado silêncio e um grande vazio ficou entre nós. Neste momento, mais que nunca não se falava no assunto. As dificuldades financeiras aumentaram. Á minha irmã Eva, ao completar os 18 anos e com pouco estudo, só restava trabalhar como empregada em casa de família. A outra irmã, Anita, estudava e vendia algumas miudezas numa barraquinha que o pai havia feito e deixado com a gente. Então mamãe descobre que meu irmão Luiz, nesta época com pouco mais de 12 anos, já estava há algum tempo vendendo balas na Central do Brasil e nos trens de Queimados, onde morávamos. Mais medo e preocupação para uma mãe já tão sobrecarregada de sofrimentos. Ela o impediu de continuar com esta atividade, mas ele dizia a ela que tinha que trabalhar. Logo depois consegue um trabalho de ajudante numa peixaria. Ficávamos com pena de ver nosso irmão sujo e cheirando a peixe. Depois foi trabalhar numa loja de doces, sempre ajudando a mãe. Algum tempo depois, aos 16 anos, meu irmão fugiu de casa, deixou um bilhete para mãe dizendo que foi procurar o pai. Deixou nossa mãe e todas nós com mais esta tristeza. A ausência do meu irmão aconteceu em um momento muito complicado pra mim que já me sentia muito só e agora sem meu único companheiro. É fato que nesta fase nós estávamos um

pouco afastados um do outro. Aliás, era um momento que eu me sentia afastada de todos, mas de alguma forma todos estavam ali. Mas ele até então não. Assim como meu pai, havia me deixado.

Neste momento eu estava terminando o primário, que era o 5º ano e nesta época era tudo que correspondia ao ensino público obrigatório. Havia outro seguimento complementar chamado de curso ginásial, que era pago. Então, as famílias que tinham condições colocavam seus filhos em escola particular, o que infelizmente não era o meu caso. De fato, minha mãe não podia pagar para eu estudar; com muito sacrifício já pagava para minha irmã Anita. Eu não me conformava, tinha que estudar. Era tudo que eu mais desejava naquele momento. Busquei convencer a minha mãe de que eu podia trabalhar para pagar o colégio, ela não permitiu, disse que não era possível, eu não iria conseguir. Mesmo assim não me importei com as negativas de minha mãe e consegui fazer a matrícula no colégio que eu já estudava, pois o mesmo funcionava à noite como escola particular.

Então com 13 anos eu vou à procura de emprego. Consegui trabalhar em duas lojas no pequeno comércio da cidade, mas logo fui dispensada com alegação de que não podiam me pagar. Decidi procurar trabalho em outra cidade, fui ao centro do Rio de Janeiro, no Saara, um grande centro de comércio e procurei trabalho até conseguir; no dia seguinte estava de volta ao centro de comércio para trabalhar no depósito de uma loja de roupas. Porém, desta vez a experiência foi muito pior: no meu terceiro dia de trabalho fui surpreendida pelo dono da loja me assediando, visto que o local onde eu ficava era isolado na parte de cima da loja. Felizmente naquele momento consegui sair e desci pra loja, onde estavam muitas pessoas. Bem, logo depois, na hora do lanche saí do local e fui para casa e não voltei mais. Foi mais uma situação difícil na minha vida que tive que enfrentar sozinha, já que minha mãe havia dito que não ia dar certo e muito menos permitido.

Enquanto tudo isto acontecia estava matriculada na escola e freqüentando assiduamente as aulas. O tempo estava passando e como iria pagar o colégio? Cada dia estava mais difícil continuar estudando; podia freqüentar as aulas, mas quando chegavam os dias de provas a coisa se complicava: era colocado um funcionário pra fiscalizar os alunos que estavam em débito, era exigida a caderneta com o carimbo de

pago. Eu tinha que estudar e pedi a uma colega que estava em dia com o pagamento que me emprestasse sua caderneta escolar. Eu abria a caderneta que não era minha, apenas na página que estavam os carimbos, daí eu entrava e fazia as provas. Desta forma aconteceu em todos os meses, de março a dezembro de 1970. Agora, eu me tornava clandestina no colégio também. Tinha muito medo de ser descoberta, mas sabia que uma hora isto ia acontecer, gelava ao pensar nisto, vivia sobressaltada a todo o momento em sala de aula. Até que um dia o inevitável aconteceu: um funcionário chegou à porta da sala e fui chamada a comparecer a secretaria. Fui convidada a conversar com o diretor, que queria saber como eu consegui freqüentar as aulas e fazer todas as provas, já que havia pagado somente a matrícula. Daí eu expliquei, argumentei sobre o meu desejo de estudar e as dificuldades financeiras da minha família. Só enrolei e não contei a verdade sobre a questão da caderneta, mas nada adiantou, era como se ele não ouvisse o que eu falava e voltava ao assunto do pagamento. Falei com minha mãe, ela tentou em vão pedir emprestado a alguns conhecidos; eu insistia e convenci a minha mãe procurar o diretor da escola na casa dele. Assim foi feito, mas de nada adiantou: foi irredutível, disse que não podia fazer nada. Muito triste e frustrada, ainda tentei um tipo de provas do estado (artigo 99), mas, minha idade não era compatível, só após os 18 anos.

A frustração era grande, agora já com 15 anos e namorando desde os 13 anos, me vi entre o sonho de estudar, crescer e a possibilidade de formar a minha família que, com certeza, seria melhor e não passaria pelas dificuldades que eu havia passado. Bem, assim aconteceu e, com um namorado que conheci aos 14 anos casei-me, sob todos os protestos e alegações de ambas as famílias, minha e dele. Casamos em dezembro de 1972, eu com 16 e ele com 22 anos. Tivemos três filhos e com tudo isto, continuamos juntos até hoje.

Preciso falar sobre a perda maior que tive na vida, que foi a morte precoce do meu único irmão, LUIZ CARLOS VERÇOSA LINS. Como citei antes, meu irmão saiu de casa aos 16 anos dizendo que ia a procura do pai. Então, anos depois, retornou com 20 anos, aparentemente bem, pra mim muito lindo, mas muito mudado, triste e frustrado. Contou como foi e por onde andou a procura do nosso pai. Andou por vários estados do norte e nordeste do país, chegando até ao Paraguai, que conseguira até carona de avião para chegar aonde foi. Com o passar dos dias logo fomos percebendo

que o pior que aconteceu com ele não tinha sido não ter encontrado o pai, mas sim tudo que aconteceu durante estes anos que viveu ainda adolescente solitariamente e longe da família. Sobre o que muito pouco ficamos sabendo, mas o bastante para entendermos o que aconteceu depois: meu irmão estava dependente de drogas. Daí pra frente passaríamos por um longo período de sofrimentos junto a ele. Várias quedas e acidentes de moto que era o seu veículo de transporte, além de envolvimento em brigas, internação e muitas prisões que felizmente nunca deu em nada mais grave, por nossas intervenções e até mesmo da constatação pela polícia de sua situação de usuário de drogas. Procuramos ajudá-lo em tudo que era possível, meu marido foi um importante aliado nesta fase. E mesmo com todos estes problemas que ele vivia, nunca deixou de trabalhar, conseguiu estudar, mesmo um pouco atrasado, mas terminou o 2º grau, fez um curso de agrimensor e nunca ficou sem trabalho. Casou, teve duas lindas filhas, cada uma de dois diferentes relacionamentos, mas que cuidava e amava muito. Infelizmente não teve equilíbrio emocional suficiente pra manter seus relacionamentos.

Entretanto o pior ainda estava para acontecer. Era o ano de 1985, justo quando eu estava percebendo que meu irmão estava mudando e que alguma coisa estava acontecendo. Ele disse que achava melhor ir morar fora do Rio, num lugarzinho distante, onde temos uma casinha, que eu e ele gostávamos muito. Era onde todos passavam as férias das crianças. Esses novos planos foram interrompidos de forma brutal e dramática com o assassinato absurdo e covarde do meu irmão, à luz do dia, bem próximo a Praça da Cruz Vermelha, no centro do Rio de Janeiro.

A partir desta perda se abre para mim e para nós da família um grande período de luto, sofrimento e depressão profunda. Neste momento felizmente eu já fazia terapia, que, lógico, de alguma maneira me ajudou. Mas lembro bem o que de fato me tirou do fundo do poço que mergulhei. O meu filho mais novo na época, do alto de seus quatro aninhos, o que disse me trouxe à realidade: “mamãe, você não gosta da gente, você só gosta do tio Luiz” E, de fato foi me retirando da depressão e me fazendo viver, apesar de tudo.

A vida continuava e nós não sabíamos que ela ainda nos reservava uma grande surpresa. No final de 80 e início dos anos 90, com o fim da Ditadura Militar e abertura política, começa um novo momento no país em que as famílias querem e precisam saber

o que aconteceu com seus familiares mortos e desaparecidos durante a ditadura. Ainda com medo e de forma muito tímida, buscávamos saber alguma notícia de nosso pai, através de jornais e noticiários de forma geral. Numa dessas buscas, li sobre o Grupo TORTURA NUNCA MAIS e chegamos a procurá-lo, mas sem resultado.

Não sei por que eu não me conformava com sua morte. É lógico que minhas irmãs também não o esqueciam, mas nem sequer acreditava na morte dele. Sim, tudo podia ter acontecido inclusive a morte. A cada dia que passava eu acreditava mais que iria saber notícias dele, que o momento era este. O assunto tomou espaço constante em toda a mídia, principalmente a televisiva. Era o assunto de toda semana que antecedeu aquele segundo domingo de maio, de 1996. A TV Globo anunciava uma reportagem sobre os mortos e desaparecidos da GUERRILHA DO ARAGUAIA que iria ao ar neste domingo no programa “Fantástico”, exibido semanalmente. Programei-me para não perder e comentamos entre nós, as três filhas, que seria importante assistirmos. Então na noite do domingo estávamos eu, meu marido e nossos três filhos diante da tv quando a reportagem começou. Confesso, eu estava trêmula, mais do que o “normal”. Sabia, não sei como, que algo iria acontecer e que seria muito bom. Acompanhando tudo muito atenta, vi a imagem de um barco com um velhinho sendo entrevistado pela repórter. Com o barco em movimento e ele apontando a região enquanto falava, não tive dúvida: aquele era meu pai, eu jamais esqueci aquele rosto. Gritava como uma criança, “é meu pai!...é meu pai!”. Minha família não acreditava, pedia que eu esperasse para ver o nome enquanto eu dizia: “pra que? Pra que?... eu sei que é meu pai, não preciso de nome”. Logo a seguir aparece o nome na legenda, AMARO LINS, e ninguém teve mais dúvida! Vinte e nove anos depois encontramos nosso pai vivo, e só então ficamos sabendo, com certeza, pra onde ele tinha ido quando nos deixou aos quatro com nossa mãe. Juntou-se aos primeiros brasileiros que comporiam a GUERRILHA DO ARAGUAIA e que foram covardemente massacrados pelo exército, marinha e aeronáutica.

Nossa alegria só não foi completa porque infelizmente ainda faltava um, o nosso irmão que havia ido pra sempre, com tudo que passou pela falta do pai, sem ter tido a oportunidade de sentir a alegria de reencontrar nosso pai.

O que de fato nos importa hoje é ter a nossa história de luta e de sofrimento reconhecida e inserida na vida, e a participação de nosso pai à recente história do nosso país. E dizer que ele não foi e nunca pretendeu ser herói, que foi um homem simples, quase sem estudo, mas que não se conformava com injustiças, por isso nunca se acovardou ou se furtou à sua responsabilidade para com a sociedade. Que sua história de luta não foi sua rápida participação na Guerrilha do Araguaia.

Hoje, mais do que nunca posso dizer que com tudo que vivemos em momento algum culpei meu pai pelo nosso sofrimento. Talvez por ter sido gerada e criada dentro desta situação, vendo meu pai e minha mãe que com toda luta e trabalho, nunca deixaram faltar comida à mesa. Enquanto pobres e vivendo na roça, posso dizer que tínhamos até fartura à mesa. O que nos faltavam eram as condições mínimas de dignidade humana como, por exemplo, direitos a terra, saúde e escola, pelos quais, nosso pai lutava. E que são dever do Estado.

Concluo, não fosse a perseguição e os crimes bárbaros cometidos pelo Estado, em nome da lei e de um sistema político caótico, injusto e repressor, com certeza teríamos a vida simples, comum do campo, podendo crescer ou não, segundo os nossos desejos e possibilidades.

Sobre reparação do Estado, não fomos nós quem decidiu. O Estado foi a julgamento e foi condenado, portanto, a todo condenado é imputada uma pena a ser cumprida.

Testemunho 11

Resumo do testemunho para a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em 2015 de **Paulo César Azevedo Ribeiro**.

1. Militando no movimento estudantil secundarista na Escola Técnica da Indústria Química e Têxtil (ETIQT) do Senai/CNI, situada no bairro do Riachuelo (Rio de Janeiro-RJ), tornei-me dirigente do grêmio e integrei a última direção da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI).

2. Participei da Ação Popular – organização política originada das frações das Juventudes Católicas (JAC, JEC, JOC e JUC) – que se opunha à ditadura civil-

empresarial-militar imposta à sociedade brasileira após o golpe violento de 1º de abril de 1964.

3. O movimento estudantil era integrado por militantes de várias correntes político-ideológicas, mas sua hegemonia era disputada -- nas direções dos movimentos e nas entidades estudantis dos vários segmentos (secundarista, técnico de nível médio e superior) – pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro ou “Partidão”) e por AP.

4. Respondi, como militante do setor secundarista de AP, a um processo político na Polícia Federal (Praça XV de novembro), sendo assistido juridicamente pelo advogado Artur Lavigne e seus colegas de escritório.

5. Participei do processo de constituição de uma dissidência política de AP chamada de Núcleo Marxista Leninista (NML) que em 1968 juntou-se à Dissidência Secundarista do PCB e à Dissidência da Dissidência para formar com o Comando de Libertação Nacional de Minas Gerais (Colina) e a Vanguarda Popular Revolucionária de São Paulo (VPR) a organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

6. Fui indiciado em outro processo político e obrigado a entrar na clandestinidade para não ser preso, torturado e talvez morto/desaparecido como tantos outros militantes das organizações da chamada Esquerda Revolucionária (Armada).

7. Integrei um grupo de ação e participei de alguns eventos no Rio de Janeiro e fui para São Paulo de onde sai delegado ao congresso de formação da Var-Palmares, em Teresópolis.

8. Com a reconstituição da VPR eu fiquei na Var e passei a atuar em um grupo de ação voltado para fortalecer a ação sindical em fábricas do Rio de Janeiro.

9. Utilizando uma outra identidade do Instituto Félix Pacheco e carteira de trabalho em nome de Fernando de Oliveira Torres militei na clandestinidade até ser preso em 1º de dezembro de 1970 em Niterói, por uma equipe da Polícia Civil, e detido

em uma delegacia próximo à Praça São João, no centro daquela cidade, onde fui interrogado e submetido a tortura.

10. Fui transferido com dois outros companheiros, na madrugada do dia 1º de dezembro de 1970 para o dia 2 para a Polícia do Exército (PE da Tijuca, próximo à Praça Saens Peña) que sediava o DOI-Codi, onde fui torturado e isolado em uma solitária durante 48 dias.

11. Nas vésperas do Natal de 1970, ouvia da cela onde estava sozinho no segundo andar do PIC da PE da Tijuca, onde funcionava o DOI-Codi, um companheiro gritando seu nome Celso Gilberto de Oliveira, (“Alan” da VPR), dizendo que seria morto, o que efetivamente ocorreu, porque seu nome consta como “Desaparecido” nos registros que denunciam as graves violações de Direitos Humanos praticadas por agentes do Estado durante o regime ditatorial.

12. Em função desta denúncia – de tortura, assassinato e desaparecimento forçado de Celso Gilberto de Oliveira - fui convidado pelo procurador da Justiça Federal Suyama a prestar depoimento o que realizei nesse ano de 2015.

13. Em janeiro de 1971 fui levado para outra cela do segundo andar do DOI-Codi onde conheci e convivi com um ex-colega de movimento estudantil secundarista em Canoas, na Grande Porto Alegre, de Celso Gilberto de Oliveira.

14. Em 19 de fevereiro de 1971 consegui, graças a uma estratégia bem sucedida de minha família e de um advogado amigo, quebrar minha incomunicabilidade casando-me no registro civil com minha então companheira e que seria mãe de meus filhos, com a presença de meus pais, do advogado e da noiva, no primeiro andar do prédio do PIC.

15. Em março de 1971 fui transferido com meus outros dois companheiros de processo para o Regimento de Infantaria (REI) na Vila Militar do Rio de Janeiro.

16. Depois desse quartel fui levado para o Regimento de Obuzes (RO-105) e para a Cavalaria.

17. Por volta de junho de 1971 fiquei gravemente doente e emagreci 15 kg, sendo diagnosticado com tuberculose, provavelmente, porque passei a tomar uma grande quantidade de comprimidos brancos, sendo transferido em julho para o Hospital Central do Exército (HCE) em Benfica, bairro do Rio de Janeiro, onde fiquei até ser libertado em 18 de janeiro de 1972.

18. Após minha libertação fui morar com meus pais e procurei emprego para ter condições de suprir minhas necessidades com autonomia o que consegui efetivamente em três ou quatro meses.

19. Trabalhei com carteira assinada no Jornal do Brasil de meados de 1972 até 1973, mas em virtude de uma segunda prisão no DOI-Codi em dezembro de 1972 fui demitido e fiquei receoso de que pudesse voltar a ser preso novamente.

20. Declarei que em razão das torturas físicas e psicológicas, da doença contraída devido às péssimas condições de vida e de higiene, da falta de banho de sol, e da deficiência no acompanhamento médico guardei seqüelas psíquicas que ficaram marcadas em mim e na minha família, cônjuge e filhos, principalmente, além de meus pais e irmãos.

21. Apenas no início dos anos 2000 reuni condições para requerer meus direitos políticos, solicitando informações para entrar com o pedido de Anistia Política e consegui assistência psicológica através da Equipe Clínico-Política, inicialmente ligada ao Grupo Tortura Nunca Mais.

22. Entrei com um pedido de obtenção do meu Prontuário Médico no Hospital Central do Exército, o que me foi negado sob alegação de que o perderam.

23. Graças ao atendimento em terapia de grupo da Equipe Clínico-Política consegui organizar a documentação necessária para solicitar reparação ao Estado do Rio de Janeiro e também buscar orientação jurídica para encaminhar meu pedido de Anistia à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça o que consegui após longos 7 ou 8 anos.

24. Nos últimos anos, graças ao apoio da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e ao trabalho dos membros da Equipe da Clínica de Testemunho, consegui conversar com meus filhos e minha ex-esposa mais abertamente sobre vários eventos ocorridos na resistência contra a ditadura que afetaram a todos nós de diversas maneiras.

25. O medo de voltar a ser preso a qualquer momento (durante os anos 1970 e primeira metade dos 1980) e a impossibilidade de buscar exílio em outro país, me fizeram calar e ocultar muitos fatos que precisaria revelar e discutir com minha esposa e com meus filhos.

26. As seqüelas do terror de Estado são várias e às vezes imperceptíveis. Além daquelas mais flagrantes temos também lapsos de memória, frutos em parte da

necessidade de esquecer para não revelar informações que poderiam levar a prisão, tortura e morte de companheiros e companheiras, além da destruição do trabalho político acumulado contra as arbitrariedades do regime ditatorial e por um mundo melhor. Temos também a fragmentação de nossas ações, alterações de humor e disposição de viver e fazer projetos de longo prazo porque nunca sabemos o que poderá acontecer. Mesmo depois de terminada a ditadura fomos seguidos, vigiados, tivemos nossos direitos cerceados, nossos currículos vitae marcados por ações de que nos orgulhamos, mas que ainda eram vistas e ainda são vistas como de “subversivos” e/ou “terroristas”, uma vez que os criminosos que deram o golpe e instalaram a ditadura e o terror de Estado ainda são homenageados de diversas formas e os combatentes da resistência ainda não foram devidamente lembrados por suas lutas pela Liberdade, Igualdade, Solidariedade, para resumir, na construção da Democracia.

27. Graças aos Coletivos de Luta por Memória, Verdade e Justiça e ao trabalho da Clínica de Testemunho muitos de nós conseguiram resgatar sua auto-estima, falar e escrever sobre os tempos de terror, e sobre os efeitos em nós e em nossos filhos, netos e bisnetos do que o povo brasileiro sofreu nos anos da ditadura. E que ainda sofre, devido à impunidade dos agentes do Estado que continuam a servir ao poder dos que acumulam riqueza, renda, privilégios e mantêm os instrumentos de opressão e exploração sobre as parcelas mais vulneráveis da população.

28. Nas reuniões gerais de beneficiados pela Clínica de Testemunho com seus profissionais julgamos necessário que o projeto torne-se um Programa permanente, com o Estado assegurando através de suas Políticas Públicas, assistência psicológica, médica, jurídica, social em todas as áreas para que todas as pessoas que foram vítimas de violência por parte de agentes do Estado sejam assistidas e obtenham reparação ampla, geral e irrestrita, além do reconhecimento de que suas ações não foram criminosas e que seus algozes precisam ter seus crimes apurados, divulgados, julgados e que os responsabilizados sejam efetivamente punidos, com todos os direitos assegurados democraticamente, o que não permitiram que ocorresse com suas vítimas.

Testemunho 12

Elementos para uma política pública de Estado

Testemunho de um dos grupos terapêuticos do Projeto Piloto das Clínicas do Testemunho RJ, agosto 2015.

Mais que uma ação de apoio à transição entre a ditadura e o Estado democrático de Direito, a reparação carrega em seu propósito a necessidade histórica de avaliar ações, identificar e corrigir processos e aperfeiçoar as políticas e o ideário de estados e governos.

E reparação é, também e mais amplamente, o conjunto de abordagens, mecanismos judiciais e não judiciais, estratégias de ação política reivindicatória de



Projeto
Clínicas do Testemunho

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



massa e institucional que contribuam para o enfrentamento do legado de violência em massa promovido, no passado, a qualquer tempo, pelo Estado e seus parceiros institucionais, buscando atribuir responsabilidades e exigir a efetividade do direito à memória, à verdade e à justiça, fortalecendo as já existentes e criando novas instituições que garantam a preservação dos valores democráticos e a não repetição das atrocidades cometidas.

Nesse contexto, ressaltamos, como obrigações do Estado, a adoção de medidas efetivas para prevenir violações de direitos humanos; o oferecimento de mecanismos e instrumentos que permitam o esclarecimento de situações de violência; a criação de um aparato legal que avalize a responsabilização dos agentes das violações e a garantia de reparação psicológica, material, moral e simbólica às vítimas dessas violações.

Há diferentes formas de ação e instrumentos básicos dos quais se valem as sociedades vítimas da violência em massa do Estado em sua busca por memória, verdade e justiça: ações penais; comissões de verdade; programas de reparação; reforma institucional e iniciativas de comemoração.

A sociedade brasileira está se valendo de todas elas e precisamos garantir a continuidade desse processo. Outras ações podem e devem ser acrescentadas a essas, com base na análise dos contextos sociais e das correlações de forças políticas envolvidas.

A Comissão de Anistia, a Comissão da Verdade e o projeto Clínicas de Testemunho são instrumentos concretos desse propósito transformador e, por isso, temos que lhes assegurar a continuidade, dentro de um conjunto de políticas públicas de direitos humanos e garantias constitucionais.

Além disso, precisamos avançar no sentido de transformar os resultados dessas ações em propriedade informacional e ideológica do conjunto da sociedade brasileira, em elemento de seu reconhecimento como nação comprometida com sua memória, suas verdades e sua busca pela justiça.

Para pensar, em conjunto com os componentes dos outros grupos terapêuticos:

1. Queremos afirmar a justeza e importância do Estado brasileiro ter acolhido em seus grupos deste projeto piloto os estrangeiros latino-americanos atingidos pela violência do Estado – tanto brasileiro quanto uruguaio ou

argentino ou paraguaio ou chileno etc. – nas décadas de 1960 a 80 do século XX e que viveram ditaduras semelhantes à nossa.

Uma vez provado que seus regimes agiram conjuntamente e na mesma direção por meio da Operação Condor (prisão e extermínio dos opositores), nada mais justo que possamos proteger, amparar, abrigar os sobreviventes *hermanos* que aqui vivem.

2. Reputamos, também, como de grande relevância, o Ministério da Justiça brasileiro, em seu Projeto Clínicas do Testemunho, ter apoiado e admitido aqueles atingidos que ainda não puderam dar seus testemunhos e, portanto, ainda não requereram seus direitos junto à Comissão de Anistia Política/RJ. Não tiveram condições de elaborar seus requerimentos, mas, de toda forma, foram presos e torturados pelo terror de Estado instalado e sofreram suas consequências e seqüelas.

Os processos devem ser pedidos à Comissão de Anistia individualmente e o ônus de provar a perseguição ou a prisão ou a morte – e, mesmo, o desaparecimento de militantes – cabe inteiramente a cada um de nós ou aos familiares. Fomos julgados em grupo e perseguidos por estarmos organizados, mas o requerimento é sempre individual.

3. Afirmamos, ainda, a necessidade urgente de uma política pública reparatória para filhos e netos de ex-presos políticos, de perseguidos e assassinados e desaparecidos políticos do período da ditadura, o que está sendo tratado, em particular, pelo grupo de Filhos e Netos.

4. Fomos perseguidos, presos, torturados, executados e “desaparecidos”, além de julgados por tribunais de exceção, porque resistimos à ditadura de forma organizada. Nossos processos eram classificados e constituídos por organizações políticas ou por atividades políticas em grupos.

Pensamos que, objetivamente, devido às dificuldades para conseguir arquivos da época e, subjetivamente, devido às consequências psicológicas e até físicas resultantes da perseguição, prisão, torturas, execuções e ocultamento de cadáveres de opositores do antigo regime, deveríamos ter a oportunidade de elaborar nossos requerimentos à Comissão de Anistia também em grupo (por exemplo, parte de uma organização, um grupo de teatro onde vários foram presos etc.). Ainda haverá tempo?

